

A Defesa Nacional



Neste número :

- **Síntese sôbre a formação das nacionalidades sul-americanas** (Cel Newton Reis)
- **Reflexões militares** (Cel Campos de Aragão)
- **A Zona de Defesa — Considerações** (Ten-Cel Arnizaut de Mattos)
- **Emprêgo militar do helicóptero** (Cap Ivo de Albuquerque)

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1961/1963)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente : General Aurélio Alves de Souza Ferreira
Diretor-Secretário : Tenente-Coronel José de Sá Martins
Diretor-Gerente : Tenente-Coronel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

General Armando Batista Gonçalves
Tenente-Coronel Hugo de Andrade Abreu

CONSELHO FISCAL

(Eleito para o exercício de 1962)

MEMBROS EFETIVOS

Coronel Adailton Sampaio Pirassinunga
Tenente-Coronel Ivan de Souza Mendes
Tenente-Coronel Luiz de Alencar Araripe

SUPLENTE

Tenente-Coronel Danilo Darcy de Sá Cunha Mello
Major Eduardo Nobrega
Major José Murilo Beuren Ramalho

PUBLICIDADE

Aos nossos leitores e anunciantes avisamos que o setor Publicidade da A DEFESA NACIONAL conta agora também com a cooperação do Exmo. Sr. Gen R-1 Ayrton Salgueiro de Freitas, antigo Diretor-Secretário desta Cooperativa, a quem ela e sua Revista muito devem.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLIX	Rio de Janeiro, GB — Novembro	Número 579
-------------	-------------------------------	---------------

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

—
É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

—
Aceita-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 240,00
(Desconto em folha autorizado).

Exterior ... Cr\$ 720,00
(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 50,00
Atrasado Cr\$ 70,00

ENDEREÇO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

Caixa Postal: 17 (do MG)
Tel. 43-0563

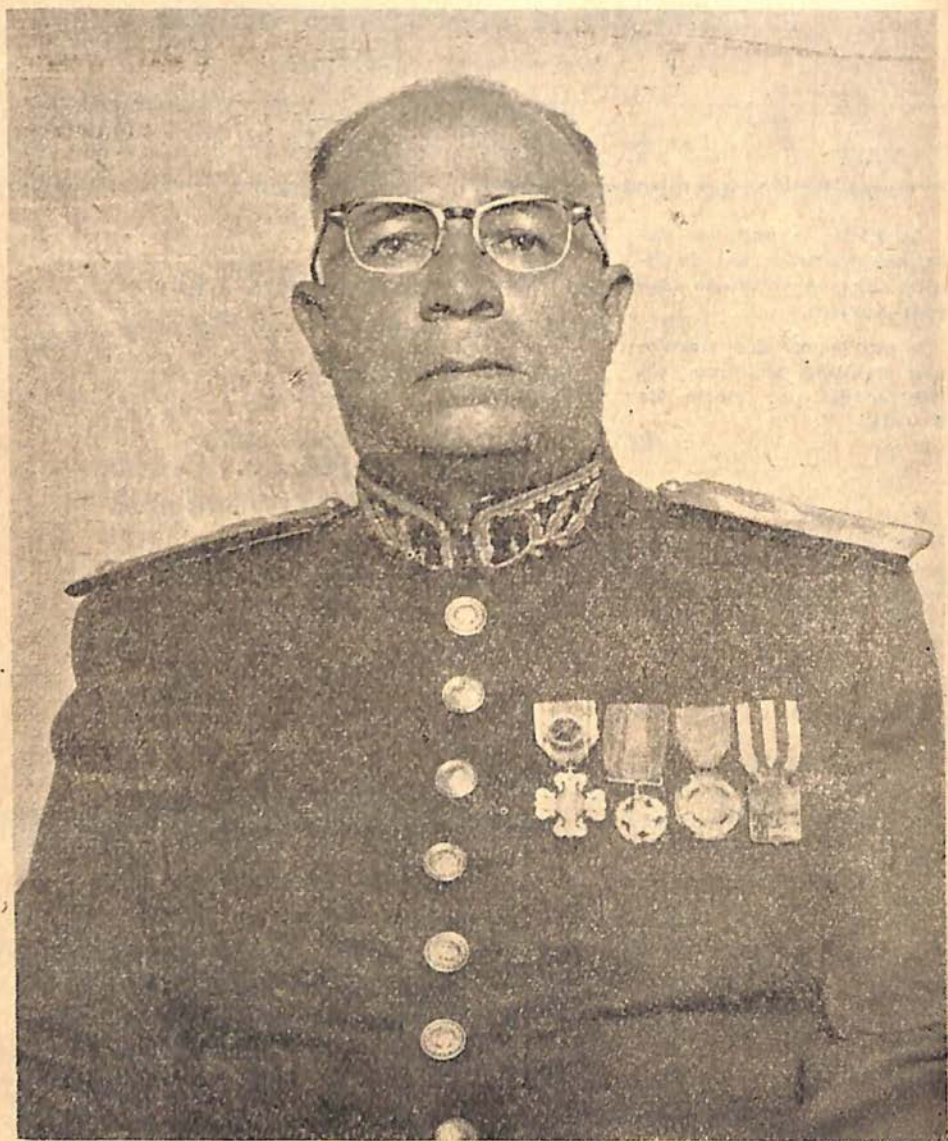
Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
<i>Homenagem póstuma</i>	2
<i>As Fôrças Armadas e as aspirações reformistas do povo brasileiro</i> — Ten-Cel Octavio Pereira da Costa ..	5
<i>A Cabanagem</i> — Maj Gustavo Moraes Rêgo Reis	15
<i>A Campanha da Cordilheira</i> — Maj Everaldo de Oliveira Reis	49
<i>Nacionalismo</i> — Maj Aloísio de Uzeda	81
<i>Penetração Soviética na África</i> — Maj Octavio Aguiar de Medeiros	91



PREITO DE SAUDADE



Gen-Div AURÉLIO ALVES DE SOUZA FERREIRA

HOMENAGEM PÓSTUMA

Gen-Div AURÉLIO ALVES DE SOUZA FERREIRA

Faleceu, no dia 18 de outubro último, o nosso Diretor-Presidente, o Exmo. Sr. Gen-Div Aurélio Alves de Souza Ferreira.

O seu desaparecimento está sendo chorado por todos que com ele tiveram a ventura de lidar.

Esta página é a nossa singela homenagem ao Chefe digno, bom e capaz que ele foi.

DADOS BIOGRÁFICOS

Nascido na cidade de Salvador (Bahia) a 15 Nov 1899, filho de José Alves de Souza Ferreira e D. Cristina Rosa de Magalhães Ferreira, casado com D. Natalina de Mello Ferreira.

Praça de 1 Fev 1917, como voluntário. Ingressou na Escola Militar do Realengo a 2 Fev 1918. Aspirante da Arma de Infantaria a 30 Dez 1919. 2º Ten: 15 Abr 1920. 1º Ten: 7 Set 22. Cap: 23 Jan 30. Maj: 25 Dez 37. Ten-Cel: 15 Abr 43. Cel: 25 Jun 45. Gen Bda: 21 Agô 53. Gen Div: 25 Mar 60.

Algumas comissões: Instrutor da Escola Militar do Realengo; Professor de História da Escola Militar do Realengo; Instrutor da Escola de Estado-Maior do Exército; Chefe do EM/10ª RM; Cmt 6º RI; Chefe EM/IV Ex; Cmt da ID/1; Secretário do Ministério da Guerra; Subchefe do EMFA; Cmt da 9ª RM; 2º Subchefe do EME (comissão em cujo exercício se encontrava).

Cursos: Infantaria, EsAO, EM e EsSG.

Condecorações: Ordem do Mérito Militar (Comendador); Alta Distinção da Ordem do Mérito Jurídico Militar; Medalha Militar (Platina); Marechal Hermes — Aplicação e Estudo (uma coroa); Pacificador; Mérito Santos Dumont (Prata).

A PÁTRIA

RUY BARBOSA

"A Pátria não é de ninguém, são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação.

A Pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de govêrno; é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados; a comunhão da lei, da língua, e da liberdade.

Os que servem são os que não invejam, os que não infamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emudecem, os que não se acobardam, mas resistem, mas ensinam, mas esforçam, mas pacificam, mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo. Porque todos os sentimentos grandes são benignos e residem originariamente no amor."

AS FÔRÇAS ARMADAS E AS ASPIRAÇÕES REFORMISTAS DO POVO BRASILEIRO

Ten-Cel OCTAVIO PEREIRA DA COSTA
Oficial de EM

Realizando profunda análise sociológica da conjuntura nacional, o eminente mestre Padre Fernando Bastos de Ávila sintetizou, nestas palavras, a sua interpretação dos atuais interesses e aspirações do povo brasileiro:

“As aspirações do povo brasileiro definem-se hoje em termos de reforma. Esta aspiração reformista dilata as esperanças de tôdas as camadas sociais, classes médias e classes economicamente fracas, que constituem a grande maioria de nosso efetivo democrático. Mesmo nas classes altas, nota-se uma intenção ou ao menos uma aceitação de revisão do próprio estatuto no sentido de transformá-lo de um privilégio hereditário em uma responsabilidade social. Só não participam desta aspiração os que, alienados do processo histórico do povo brasileiro, se obstinam exclusivamente em sacar vantagens pessoais e egoísticas da conjuntura, ou capitulam constrangidos, sob a pressão dos fatos, em barganhas e concessões, como uma quota inevitável de sacrifício para salvar o *statu quo*.”

“A aspiração reformista é uma corrente de fundo, com a força irreversível de um fenômeno telúrico. Ela nasce de uma tomada de consciência coletiva, de um estado geral de insatisfação”.

A seriedade e a importância destes pensamentos, a que a autoridade, a clarividência e a isenção do pensador emprestam especial relevo, levaram-me, de um lado, a meditar profundamente sobre a sua veracidade e exatidão e, de outra parte, a alinhar algumas reflexões sobre o papel das Forças Armadas face a esses interesses e aspirações.

Não hesito, inicialmente, em transcrever ainda algumas reflexões básicas que precederam e orientaram aquelas conclusões do Padre Ávila:

“Nossa realidade mais profunda, cremos, caracteriza-se pelo fato de que o homem brasileiro começa a compreender que ele é agente, que ele é sujeito da história”.

“O que queremos significar é que se passa entre nós o mesmo fenômeno profundo que marcou decisivamente o início da idade moderna: o homem brasileiro hoje, como ontem o homem europeu do fim do antigo regime, substitui uma visão estática, fatalista, do mundo e da história, por uma visão dinâmica. O mundo cósmico e o mundo social se lhe afiguravam como uma ordem imutável, imposta por um *fatum* extracósmico, com a inexorabilidade de um destino. Desta ordem faziam parte a estrêla, o minério, a flor, o nobre e o plebeu. Todos eram igualmente indispensáveis para a harmonia universal. Tal visão criava no

homem a aceitação fatalista de sua situação, da qual êle não podia emancipar-se, porque não tinha condições de corrigir sua própria visão das coisas”.

“O homem descobriria, em primeiro lugar, que as coisas mudam e, em segundo lugar, que êle, homem, era precisamente o agente dessas mudanças; descobrir-se-ia como fazendo a história, como sujeito da história. Esta não lhe appareceria mais como o reflexo, no tempo, de um traçado transcendente, mas como o resultado, a cada momento, de opções decisivas. A história perde o sentido pré-fabricado, para apparecer-lhe como um dinamismo criador, atravessado pelas forças imprevisíveis da intuição genial e da liberdade.”

“Devemos dizer que vivemos o momento exaltante, pela própria riqueza de sua inesperada plurivalência. É o momento sagrado e solene em que nasce propriamente um povo. Em que um povo emerge de sua condição primitiva de massa. Massa é um volume informe, manipulado por mãos estranhas, que amoldam à imagem e semelhança de seus configuradores, muitas vezes, segundo interesses inomináveis. Povo é um todo social consciente, e só um organismo dotado de alto grau de conscientização é capaz de uma opção, da formulação de um projeto coletivo, de afirmação de sua personalidade social. Notamos que tal fenômeno de conscientização não é ainda o atributo da totalidade do povo brasileiro. Mas notamos também que não é mais o privilégio de uma elite alerta e sensível às mutações sociais. Segmentos cada vez maiores da população brasileira emergem definitivamente para a visão destes novos horizontes. Camadas cada vez maiores de nosso povo realizam a mesma descoberta e se decidem no sentido de interferir nos processos sociais e orientá-los para a satisfação de seus interesses e aspirações.”

Motivados pelas notáveis palavras do Padre Ávila, passemos às reflexões a que nos propusemos.

Cabe, inicialmente, uma pergunta básica: qual a finalidade da interpretação das aspirações e interesses nacionais?

Os interesses e aspirações do povo se traduzem em objetivos nacionais, cuja consecução e salvaguarda constituem o dever sagrado do Estado.

Os objetivos nacionais podem ser permanentes ou atuais.

Os objetivos nacionais permanentes são aquêles que atravessam os séculos, são os alicerces da nação, consubstanciam os seu anseios de sobrevivência e possuem valor duradouro e vital. Esses objetivos configuram os interesses e aspirações permanentes, resultantes do processo histórico e das características do povo. A independência, no duplo aspecto político e econômico, a soberania, a integridade territorial, a unidade nacional, o regime democrático representativo, o desenvolvimento econômico o bem-estar parecem caracterizar os objetivos nacionais, cuja conquista e manutenção foi a tarefa dos nossos antepassados, é o nosso dever e há de ser, também, o ponto de honra das gerações futuras.

A aplicação do Poder Nacional para a conquista e salvaguarda desses objetivos, opondo-se às pressões e aos antagonismos, é o escopo da Política Nacional.

Os objetivos nacionais atuais cristalizam os interesses e aspirações nacionais em um determinado estágio da evolução histórica da nação, consideradas as limitações do Poder Nacional, os antagonismos e pressões dominantes, mas sempre tendo em vista os objetivos nacionais permanentes.

A correta identificação e a criteriosa interpretação dos objetivos nacionais atuais certamente muito ajudarão às classes dirigentes a conduzir a nação no rumo de seus objetivos permanentes. Essa compreensão é essencial, por isso que influi, decisivamente, na orientação da política financeira, da política de relações exteriores, da política de desenvolvimento e da própria estratégia nacional.

O que o Padre Ávila pretendeu ter auscultado na alma do povo brasileiro foram, inequivocamente, as suas atuais aspirações, embora o fizesse com aquele sentido de continuidade histórica que liga os objetivos de hoje aos objetivos permanentes da nação.

Vale ainda caracterizar uma distinção. O interesse é das elites, tem conteúdo racional. A aspiração é das massas populares, é essencialmente emocional. As elites compreendem os interesses, as massas sentem as aspirações.

É agora oportuno formular outra questão: a quem cabe identificar e interpretar os interesses e as aspirações do povo?

Certamente que isso constitui tarefa das elites dirigentes, daqueles que estudam, que meditam, que sentem, que auscultam, que lideram as massas populares.

No Parlamento, nas Universidades, nos Partidos Políticos, na Imprensa, na Igreja, nas organizações de classe e nas obras e instituições de assistência social estão os homens que têm vivência, acuidade e sensibilidade para contribuir em proveito da mais perfeita identificação das aspirações do povo. É precisamente o caso de Fernando Bastos de Ávila — sacerdote, educador, publicista e sociólogo de extraordinários méritos.

E as Forças Armadas? Estarão elas ou os seus integrantes capacitados à interpretação desses interesses e dessas aspirações?

É certo que são integradas de uma elite de homens preparados na melhor escola do patriotismo, mas é incontestável que, atuando num campo específico e bastante delimitado do Poder Nacional — o da Segurança Nacional — e constituindo os instrumentos de ação do componente de força do Poder Nacional — o Poder Militar — suas contribuições podem carecer de visão de conjunto ou serem mal compreendidas, recebendo o labéu de interferência e coação.

Amplamente caracterizada a competência e a autoridade do eminente Padre Ávila para trazer a sua contribuição à análise sociológica dos interesses e das aspirações do povo brasileiro, passemos a considerar e

discutir as suas afirmações, no rumo destas reflexões que visam situar o papel das Forças Armadas.

Será exato que as aspirações do povo brasileiro definem-se hoje em termos de reforma e que a aspiração reformista nasce de uma tomada de consciência coletiva e tem a força de um fenômeno telúrico?

Buscando resposta adequada a tal indagação, encontramos, de uma parte, os que negam veementemente a afirmação, atribuindo aos demagogos, aos aventureiros, aos agitadores e aos filocomunistas toda uma dialética impressionista e carismática, e a responsabilidade de um movimento artificial e fictício, sem qualquer base popular. De outra parte, há os que consideram a realização das reformas estruturais a última oportunidade para a eliminação pacífica de nossas imensas injustiças sociais e argumentam até que a idéia das reformas de base das nações subdesenvolvidas está no cerne da "Mater et Magistra" e constitui uma das exigências fundamentais da "Aliança para o Progresso".

O próprio Padre Ávila ressalva e adverte: "Tentando esta análise das aspirações do povo brasileiro, queremos assegurar que não estamos procurando fazer um alarmismo fácil. Nem enunciamos estas reflexões levados pelo pessimismo derrotista de quem diagnostica um mal irreparável. Nós as fazemos com uma intenção construtiva, precisamente porque cremos que a atitude de um otimismo ingênuo ou de um revisionismo superficial é uma atitude suicida, que ameaça a permanência de nossas tradições democráticas e cristãs. Sabemos que não faltam os que atacam as aspirações reformistas, com uma intenção subversiva, visando cultivar a insatisfação contra o regime e a decepção pelas instituições democráticas, para lançar-nos em uma desastrosa e irreparável experiência socialista de tipo totalitário. Nossa intenção é rigorosamente oposta: é chamar a atenção para a atual dinâmica brasileira, no sentido de colocar-nos diante de uma realidade, a qual, queiramos ou não, ergue-se diante de nós como um desafio. Tentar desconhecer-la seria loucura, porque nos exporia ao risco de sermos esmagados por sua própria inércia".

Será justa e verdadeira a acusação antecipada de que só não participam desta aspiração reformista os que se obstinam em sacar vantagens pessoais e egoístas da conjuntura?

Dizem uns que tal acusação, além de injusta e parcial, foi inspirada na linguagem violenta dos demagogos, que buscam a exploração eleitoral das massas populares. Outros, ao contrário, ressaltam a exatidão do conceito e caracterizam ainda mais a acusação e os acusados. É oportuno aqui mencionar as palavras pronunciadas por D. Hélder Câmara ao agradecer a outorga do Prêmio René Sand, a que fez jus por haver conquistado excepcional posição de destaque no trabalho pelo bem-estar social. Nessa ocasião afirmou que os democratas devem arrebatar dos comunistas a bandeira das reivindicações que estes apenas exploram. E disse: "Quando seres humanos não dispõem de casas que mereçam o nome de casa, de alimentos que não sejam dieta de fome, de vestes compatíveis com a dignidade humana, de um mínimo de educação e de um trabalho autêntico, faltam-lhe as preliminares da liberdade: não adianta, então,

falar-lhes em direitos fundamentais do homem e da pessoa humana, em liberdade de pensamento, de imprensa e de religião." E ainda: "Cabe-nos, com amor — pois só o amor constrói — despertar os ricos que ao menos em nosso continente — como afirma "The Economist" — não só detêm oitenta por cento das terras, mas quase sempre controlam os Parlamentos e têm o grau de idealismo e de fé no futuro medido por seus depósitos nos Bancos da Europa e dos Estados Unidos. É preciso que eles entendam, enquanto é tempo, que se não agirem por idealismo e convicção religiosa, ao menos devem agir por inteligência, para evitarem atitude suicida."

Corresponderá à nossa realidade a afirmação enfática de que estamos vivendo o momento sagrado e solene em que nasce um povo, em que ele emerge da condição de massa, e que o homem brasileiro começa a compreender que ele é agente, que ele é sujeito da história?

Este não suscita discordância tão nítida e tão profunda quanto os conceitos anteriores. As opiniões mais irreconciliáveis concordam na constatação do fenômeno da politização ou conscientização do povo brasileiro, divergindo apenas na avaliação do grau em que essa conscientização se verifica. Os mais extremados articulam, porém, que não existe, propriamente, um movimento partido do povo, mas sim o reflexo, na massa popular, do pensamento e da ação de seus líderes mais atuantes, mas, em qualquer caso, não chegam a negar a crescente conscientização do povo brasileiro. Em verdade, a cada nova consulta eleitoral esse fenômeno mais e mais se evidencia, no inesperado e na independência dos resultados.

Considerando que essa conscientização é realidade indiscutível, diremos, então, que a profunda análise sociológica do Padre Ávila só poderá ser plenamente comprovada e ratificada, com o veredicto das urnas nas próximas eleições gerais. Nas tendências de seus preferidos poderemos, possivelmente, distinguir os verdadeiros interesses e aspirações do povo brasileiro. Tal veredicto nos dirá se o ideal reformista, definindo em termos de reforma agrária, administrativa, bancária, tributária, fiscal, partidária, eleitoral, judiciária, etc, é uma aspiração da maioria do povo brasileiro ou se constitui, tão-somente, o interesse de certas minorias desejosas de agitação e subversão.

Se tais aspirações de reforma de nossa estrutura sócio-econômica estão ainda a exigir ratificação nas urnas, parece-nos possível, no entanto, identificar alguns ideais coletivos, verdadeiros anseios da imensa maioria do povo brasileiro. Desejamos referir-nos à defesa intransigente do nosso patrimônio de liberdades, de nossas tradições democráticas e cristãs, à luta contra o subdesenvolvimento, contra a injustiça social, contra o colonialismo e escravidão econômica, contra a discriminação racial e, muito especialmente, à reformulação e moralização de nossos costumes políticos e administrativos visando ao fortalecimento da democracia. Queremos referir-nos, finalmente, ao anseio generalizado de paz social para o trabalho construtivo.

Como considerar, por conseguinte, a posição das Forças Armadas face aos interesses e às aspirações reformistas que o povo brasileiro venha a revelar nas urnas?

Tal indagação sugere-nos três tipos básicos de reflexões: referentes ao dever das Forças Armadas diante das aspirações populares, à compreensão das aspirações do povo em relação às suas Forças Armadas e, finalmente, à interpretação dos próprios anseios das Forças Armadas.

Há no texto constitucional dois aspectos que emprestam singular relêvo às Forças Armadas: a sua definição e a sua destinação.

Definem-se como instituições nacionais permanentes sob a autoridade suprema do Presidente da República.

Destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

Em nome dessa definição e dessa destinação não faltam os que atribuem às Forças Armadas posição de árbitros dos destinos da nacionalidade, de guardiães inflexíveis de suas instituições e de seus objetivos, como se essas instituições e êsses objetivos tivessem caráter estático e absoluto. Tal interpretação parece esquecer o postulado fundamental, inscrito no artigo primeiro da Carta Magna, de que todo poder emana do povo e em seu nome será exercido, o que significa reconhecer ao povo o papel de único e verdadeiro árbitro de seu próprio destino.

Como, então, pode o povo fazer sentir a sua vontade?

Num regime democrático representativo, faz-se sentir essa vontade, fundamentalmente, no Congresso Nacional.

Assim, pensamos que o dever precípua das Forças Armadas diante das aspirações populares é o de prestigiá-las, de protegê-las, de garanti-las, na manifestação das maiorias parlamentares, que, são afinal, na mais pura doutrina democrática, a expressão da própria vontade do povo.

Manifestando-se em termos reformistas, ou em termos conservadores, não lhes cabe, senão, o dever de aceitar e respeitar a vontade do povo. Interferir no sentido da evolução ou da reação é violentar o processo democrático e malbaratar sua própria destinação.

Nossa segunda ordem de reflexões refere-se às aspirações do povo relativamente às suas Forças Armadas.

A êsse respeito não conhecemos pesquisas sociológicas dignas de crédito e, por outro lado, os Partidos Políticos e os candidatos a postos eletivos raramente incluem em suas plataformas idéias sobre as Forças Armadas, o que não nos permite aquilatar, com certo grau de precisão, as tendências ou as aspirações populares em relação à política de segurança nacional. Ocorrem manifestações isoladas, no Parlamento e na Imprensa, em geral carentes de conhecimentos básicos, nem sempre justas e patrióticas ou orientadas no sentido do bem comum.

Deveriam as Forças Armadas realizar pesquisas de opinião, por meio das quais pudessem sentir, com razoável exatidão, como o povo as vê e o que delas espera. Poderiam também, por intermédio de bem conduzidas campanhas, esclarecer a opinião pública sobre as exigências da segurança nacional, os sacrifícios que ela exige e como vem sendo assegurada.

Estamos certos de que essa interpenetração haveria de tornar as massas populares mais sensíveis e compreensivas aos objetivos e missões de suas Fôrças Armadas e estas, ainda mais atentas e mais fiéis aos seus deveres.

Desejamos fazer algumas especulações sôbre quais poderiam ser as principais aspirações do povo relativamente às suas Fôrças Armadas.

Acaso não terá os contornos de verdadeira aspiração o anseio generalizado de que elas se mantenham adstritas, exclusivamente, aos seus misteres profissionais?

Não será uma aspiração generalizada no seio do povo a reformulação da legislação referente ao Serviço Militar, visando torná-la mais consentânea com a realidade de nossa explosão demográfica, com as restritas possibilidades de adestramento dos enormes contingentes anuais e com as necessidades de nosso desenvolvimento?

Não será também uma aspiração, constantemente expressa na imprensa, a de que a nação pague por sua segurança preço mais compatível com as suas possibilidades e mais coerente com os imperativos de seu desenvolvimento?

Entre inúmeros pronunciamentos neste sentido, ilustramos a indagação com as palavras candentes de Rubem Braga, que soam como um libelo: "Gastamos com as Fôrças Armadas uma percentagem despropositada de dinheiros publicos. Ficamos com muito pouco, excessivamente pouco, para as grandes obras necessárias ao nosso desenvolvimento econômico. Ora, toda gente sabe — e não há nenhum soldado moderno que também não saiba — o poderio militar de um país depende de seu poderio econômico. Isso não apenas pela sua capacidade de fabricar armas e prover as fôrças militares de tudo o que precisam; também pela facilidade de formar quadros. Um povo doente e ignorante não pode fornecer elementos em quantidade e qualidade desejáveis em caso de guerra. O nível tristemente baixo de educação impede que se formem, com facilidade, homens capazes de fazer a guerra moderna, que exige, digamos, assim, muita mão-de-obra especializada. Não seria mais inteligente gastar menos com as Fôrças Armadas e mais com educação, saúde, transporte, energia?"

"E o pior não é isso. O pior é que, apesar de gastarmos tanto com as Fôrças Armadas, estamos sempre ... desarmados. Não sou quem diz, são os próprios chefes militares, sempre a clamar que estamos desaparelhados, que é urgente reequipar nossas tropas. Os engenhos de guerra modernos são tão caros que, mesmo na hipótese absurda de queimar toda a receita da União nas pastas militares, ainda assim estaríamos desaparelhados."

"Ora, é urgente repensar todo o problema da defesa nacional. Será que não temos chefes militares com categoria intelectual bastante para enfrentar corajosamente êsse reexame geral de nosso problema de defesa? Que não se limitem a raciocinar em termo de Exército, de Marinha ou de Aeronáutica e se arrisquem a pensar em termos de Brasil?"

Nossas reflexões finais dirigem-se ao seio das Fôrças Armadas e aos seus problemas de correlação e de estrutura interna.

Sendo elas e particularmente o Exército, por sua formação democrática, a própria imagem do povo brasileiro, acaso não refletem também os mesmos anseios e as mesmas inquietudes do povo a que servem?

É certo que sim. Mas é possível também distinguir e auscultar, nos seus quadros, as suas próprias aspirações. Não nos atrevemos a realizar a análise sociológica dessas aspirações, mas tão-somente a fazer algumas reflexões que estimulem a meditação e o debate construtivo.

Não hesitamos em afirmar que, ao lado das aspirações comuns a todo o povo brasileiro, de preservação da paz interna, de eliminação da injustiça social e de moralização de nossos costumes políticos e administrativos, a aspiração mais generalizada no seio das Forças Armadas é a sua própria reestruturação básica, visando assegurar-lhes maior eficiência na garantia de nossas instituições democráticas. Cremos que, embora busquem maior capacitação, elas são patrioticamente sensíveis ao reclamo contra a enormidade dos gastos militares e, por conseguinte, a imensa maioria de seus componentes vê na integração das Forças Armadas um dos caminhos para o milagre do aumento da eficiência associado à diminuição do gravame orçamentário. É opinião generalizada, ou pelo menos da maioria, que essa integração, eliminando o desperdício de três estruturas paralelas de natureza similar na mesma unidade de objetivo, evitando a multiplicidade de serviços de natureza comum, combatendo a dispersão de esforços, banindo as competições paralisantes, e assegurando mais justa e coordenada aplicação dos recursos, assim como o melhor atendimento das prioridades, muito haveria de contribuir para a redução das despesas militares. Para esse objetivo também poderia contribuir uma radical mudança na estruturação dos quadros das Forças Armadas, reduzindo-se os benefícios da estabilidade a um mínimo de pessoal permanente indispensável e fazendo-se o mais largo emprêgo das reservas, desde os graduados até os postos intermediários de oficial.

No que respeita ao âmbito do Exército, também não hesitamos em afirmar que, em todos os escalões da hierarquia, sobretudo nos mais responsáveis, é aspiração generalizada o empreendimento inadiável de reformas fundamentais, que asseguram maior eficiência à instituição.

Cremos que essa aspiração traduz-se, principalmente, em termos de reforma dos órgãos de cúpula, de adaptação das organizações militares às imposições da guerra moderna e da guerra revolucionária, de rearticulação do dispositivo visando às novas servidões, de redução e transformação de certas unidades em proveito de maior eficiência, de simplificação dos métodos da administração, de reforma de algumas leis básicas, como as de movimentação, de inatividade e de promoções.

Parece-nos ser opinião generalizada que a cúpula de nossa organização deveria ser mais simples mais leve, mais funcional e menos onerosa, eliminando-se a superposição e a duplicidade de órgãos, mesmo considerados os cortes e as reduções que essa simplificação pudesse acarretar às perspectivas da carreira.

Cremos que as imposições da guerra moderna e da guerra revolucionária, estão a exigir a eliminação da coexistência, em nosso parecer quase impossível, numa mesma organização militar, das necessidades de emprego imediato e de instrução militar de formação, com todos os seus estágios e especializações. Talvez devêssemos tender para a organização de centros de formação de reservistas, em que pudéssemos instruir contingente maior com melhor economia de recursos, e dispor de um número menor de unidades constituídas à base de homens mobilizáveis, em superiores condições de emprego.

Cremos que a maioria dos quadros responsáveis sente a necessidade de, com o mínimo de gastos, rearticular o dispositivo, atualizando as servidões relacionadas com as possíveis áreas operacionais, e colocando-nos em condições mais favoráveis para enfrentar as ameaças do presente e, ao que tudo indica, as do futuro.

Cremos que é aspiração generalizada a implantação da verdade administrativa e a eliminação da mentira, que exige dos nossos comandantes de unidades malabarismos de toda ordem para assegurar a sobrevivência de suas organizações.

Como mentira administrativa, queremos significar a atribuição, às organizações militares, de verbas antecipada e sabidamente insuficientes ou irrisórias, permitindo-se, ao contrário, a criação de fundos paralelos, provenientes de economia de etapas, o que nem sempre é possível conciliar com os interesses da instrução. Ou, ainda, a atribuição de créditos suplementares, feita pela alta administração militar, muitas vezes tardiamente, em decorrência dos saldos de fim de exercício. Essa mentira administrativa poderá conduzir ao absurdo de que os melhores comandantes e administradores sejam aqueles mais hábeis no economizar na alimentação de seus homens ou os mais felizes na obtenção de créditos suplementares.

Como verdade administrativa, queremos significar fundamentalmente, a atribuição de verbas compatíveis com a realidade e a proscrição da economia de etapas como recurso básico de sobrevivência, ainda que para isso seja necessário reduzir o número de organizações militares ou o volume de encargos da Força Terrestre. A título de ilustração, compare-se, por exemplo, o que se passa na Amazônia em relação às três Forças Armadas. A Marinha, que tem a concepção de que a tarefa a realizar está condicionada aos recursos atribuídos, limita suas atividades à faixa oceânica e à zona do estuário, com apenas esporádicas incursões para montante do rio-mar. Mas sem qualquer idéia de continuidade de apoio às numerosas colônias militares e guarnições de fronteira existentes naquela imensa área. Ela condiciona a efetividade desse apoio à concessão de vultosos créditos, judiciosamente planejados, que lhe permitirão reunir todos os recursos necessários, — tais como bases e embarcações apropriadas. Enquanto isso, o Exército, cuja concepção de vida é a de que a tarefa se cumpre até com “meios de fortuna”, amplia e agrava cada vez mais os seus encargos naquela imensurável região, montando e acionando novas colônias e guarnições de fronteira, chegando

até a manter, com ingentes sacrifícios, uma estrutura de navegação fluvial. O mesmo se passa em relação à Aeronáutica, que supera a carência de recursos e presta aos homens da fronteira desvelado e inestimável apoio de transporte aéreo.

Cremos ainda ser generalizada a opinião de que é mister reformular ou revitalizar a legislação de movimentação, tendo em vista assegurar o estímulo e a confiança, pela distribuição justa e equitativa dos ônus e das oportunidades da profissão.

Cremos, com a maioria, ser indispensável a revisão da legislação de inatividade, visando, não só assegurar um fluxo adequado nos diversos postos, em idades compatíveis com a eficiência militar relativa, mas também, com toda a coragem, alijar do Exército, desde os estágios iniciais da carreira, os que, comprovadamente, não o servirem bem.

Cremos também ser necessária corajosa atualização da legislação de promoções, pois a vigente, embora destinada a corrigir tremendos defeitos da anterior, contém incoerências, contradições e imperfeições incompatíveis com uma organização que tem permanente necessidade de selecionar os seus chefes e de estimular o trabalho profícuo, a iniciativa e a ação, combatendo a rotina, o marasmo, o determinismo e a inércia.

Cremos, finalmente, que a maioria de nossos quadros, sobretudo os mais jovens, interpretando as realidades do nosso século e as tendências da guerra, sente a necessidade da reformulação de inúmeros outros aspectos da legislação, visando desenvolver uma mentalidade e uma consciência tecnológica e científica que, lamentavelmente, vamos até afrouxando pela negação de oportunidades aos nossos técnicos e pela limitação das possibilidades de acesso aos conhecimentos científicos, restritas agora a poucos quadros. Cremos, com a maioria, que sem essa generalização da consciência tecnológica e científica, associada a indispensável devotamento profissional, nenhum Exército moderno estará à altura de sua missão.

Ao término destas considerações, suscitadas pela controvertida análise sociológica do eminente Padre Ávila, como reflexão final e conclusiva, interpretamos o papel das Forças Armadas face às aspirações reformistas do povo brasileiro, como sendo o de garantir a soberania de sua vontade, se livre e inequivocamente manifestada nas urnas, e, por outro lado, o de, patrioticamente, se reformarem a si mesmas, no sentido do menor grave para a nação e da maior eficiência na salvaguarda do nosso patrimônio democrático e cristão.

Estamos convencidos de que não é válido o argumento de que, face à nossa conjuntura sócio-econômica, modificações básicas das Forças Armadas são perigosas e inoportunas. Este é o caminho do marasmo e da ineficiência, muito mais ameaçador que o caminho da evolução.

Pensamos que o momento que vivemos não é tão cedo, nem demasiado tarde para o início de uma reformulação honesta das Forças Armadas, em nome da própria segurança nacional, de que elas são as fiéis guardiãs.

A CABANAGEM

UM EPISÓDIO HISTÓRICO DE GUERRA INSURRECIONAL NA AMAZÔNIA (1835-1839)

Major GUSTAVO MORAES REGO REIS
Oficial de Estado-Maior

"A insurreição é uma arte. Tal como a Guerra ou outras artes, ela também se submete a certas regras que não podem ser negligenciadas."

ENGELS

INTRODUÇÃO

Cabanagem foi o nome dado à sedição popular que engolfou a província do Pará de 1835 até 1839, sob a forma de verdadeira Guerra de Libertação.

Muito embora levada a efeito contra as autoridades constituídas essa luta brutal visava aos portugueses, partidários da Restauração, denominados pejorativamente "bicudos", "marinheiros" ou "pés de chumbo" — grandes proprietários da terra e da escravaria e detentores irredutíveis das posições de mando administrativo e político — contra os quais se insurgia a população.

O grosso do contingente nacional era constituído de caboclos humildes e índios mansos moradores de beira rio — os Cabanos — sendo seus adeptos conhecidos por "filantrópicos" ou "nativistas".

Como pronunciamento popular a Cabanagem foi, sem dúvida, o mais expressivo movimento de massas de quantos têm assinalado a evolução política, econômica e social do Brasil. Caracterizou-o de maneira singular: a efetiva e dominante participação das massas; a ascensão e direção de líderes oriundos das mais modestas camadas da população; a declarada e incontida violência das ações em força; e, afinal, a amplitude que atingiu a insurreição, chegando à tomada e manutenção do poder, por período não pequeno.

Do ponto de vista militar, as peculiaridades geográficas da região amazônica condicionavam (como ainda hoje) a natureza e o tipo das operações e sua perfeita adequação à forma de guerra conduzida pelos insurretos. É o que se apercebe pelo simples exame das diferentes medidas de repressão adotadas até a vigorosa e acertada atuação do General Soares de Andréa — e que apresenta sugestiva atualidade — erradicando os focos insurrecionais e pacificando, afinal, a província.

Trata-se agora de uma tentativa. Nosso propósito é reestudar este sugestivo episódio histórico ocorrido na Amazônia, há mais de 120 anos, à luz da moderna conceituação e do método de análise dialética da Guerra Insurrecional, buscando, tão-somente, despertar a atenção e provocar o interesse de camaradas maiores conhecedores do assunto.

Assim, na primeira parte apresentaremos um Estudo de Situação “do ponto de vista dos insurretos”. Em seguida, uma descrição sucinta da evolução dos acontecimentos. Depois a Repressão e Conclusões.

I — SITUAÇÃO GERAL DA PROVÍNCIA ATÉ 1835

1. O quadro

A província do Grão-Pará, desmembrada do Maranhão em 1775, estendia-se por toda a vasta área amazônica, englobando os atuais Estados do Pará, Amazonas e os Territórios do Amapá, Rio Branco, Rondônia e Acre, com suas fronteiras externas ainda não perfeitamente configuradas.

A população concentrava-se (como ainda hoje) nos arredores de Belém e em pequenos núcleos à margem dos rios e igarapés e nas incontáveis ilhas do estuário. Subindo os rios, para o interior, humildes e distanciados lugarejos isolados indicavam a remota presença humana, balizando as rotas, ocupando pontos mais favoráveis — os “firmes” — não só a salvo das inundações periódicas, como também, dominantes pela observação sobre extensos “estirões” fluviais.

De resto, as duas constantes panorâmicas: os rios e a selva.

O intrincado labirinto da rede fluvial, a que está subordinado todo sistema de transportes, faculta uma variedade de alternativas, de itinerários, graças ao conhecimento local de passagens, “furos”, “paranás”, ligações várias, desbordantes de largos trechos dos cursos principais. E a existência de um infindável número de lagos e lagoas, enseadas e abrigos proporciona locais convidativos para reuniões, ciladas e ardis.

A floresta densa, luxuriante, inundada em grandes faixas marginais — o “igapó” — alteia-se, aqui e ali, galgando pequenos desníveis — os “tesos” — atingindo afinal a “terra firme”, cobrindo tudo de maneira compacta.

Tribos de índios, notadamente, rebeldes ao jugo colonial, habitavam, então, algumas daquelas paragens a cavaleiro dos rios de penetração.

O cenário geográfico da insurreição desenvolveu-se desde o litoral paraense, pelas ilhas do arquipélago de Marajó, o litoral escassamente habitado pelo Amapá, o Baixo Amazonas pelo Tocantins e Xingu, Santarém no Tapajós e Borba no Madeira, Manaus. Remontando o Solimões atingiu Tabatinga. E pelo Rio Negro alcançou Santa Isabel ou Tapuruquara.

Vivia a província, completamente isolada do restante do país e, em muito maior e estreito contato, do que outra qualquer, com o governo da metrópole. Até a Independência, recebia, diretamente, das Côrtes de Lisboa tôda a orientação política e administrativa através de ordens, leis, alvarás e regimentos. Assim também procediam os governantes provinciais, entendendo-se com o Governo Português, à revelia dos poderes constituídos do Rio de Janeiro.

O mecanismo do governo provincial funcionava à base de Juntas nomeadas pelo Reino, elegendo a Província representantes seus junto às Côrtes, em Lisboa.

Após a Independência, os presidentes da Província passariam a ser nomeados pelo Rio de Janeiro.

A relativa proximidade de Caiena, Gibraltar, Portugal, Marselha e Nova York, face às ainda maiores distâncias que as afastavam do sul do Brasil, proporecionava a Belém franca atividade em suas relações comerciais diretas, atraindo o interesse de negociantes estrangeiros e representações diplomáticas de diferentes países.

A grande exportação constava de cacau, arroz, café e algodão. A borracha ainda não havia encontrado sua aplicação industrial. O interior amazônico produzia anil, cravo, cacau, café, piassaba, breu, estôpa, farinha de mandioca, castanha, tabaco, couro de animais silvestres, peixe seco, manteiga de tartaruga e madeiras de construção. A pesca também era desenvolvida nas ilhas do arquipélago de Marajó.

As atividades se distribuíam no âmbito das vastas propriedades feudais caracterizadas, significativamente, pela extração de produtos da floresta e dos rios e a produção de gêneros de subsistência visando à exportação.

A escassa demanda de mão-de-obra livre e remunerada nas áreas de produção e de trabalho, submetia as camadas inferiores da população ao pauperismo generalizado sem poder aquisitivo. Na dependência, pois, de sua limitadíssima capacidade de produzir para consumo próprio.

O escravo negro africano não oferecia maior expressão no quadro racial da extensa província.

O trabalhador nas atividades agrícolas e pastoris, o braçal das cidades e vilas, o remador, o soldado das milícias era o índio.

Este sim, constituía a grande e respeitável massa, violentamente recrutada para a escravidão em sucessivas operações de captura — os “descimentos” — que arrastavam tribos inteiras, submetendo-as ao trabalho servil, dominado e dirigido pelo colono branco.

Seguidas leis do Reino e depois, a própria Constituição Imperial, haviam proscrito a escravidão do índio. Mas a província abstinha-se em aplicá-la, contida que era pelos tradicionais padrões de sua estrutura econômica e social, baseada na alienação do trabalho e da própria condição humana do índio como escravo.

A contenção dos silvícolas, sob o regime de aldeias administradas por prepostos do governo ou mesmo particulares, como prescrevia o documento normativo denominado "Diretório" (instituído por Mendonça Furtado), alinha-se entre as causas relevantes do processo insurrecional, segundo observa Capistrano de Abreu.

Na verdade, o índio era mantido em condições de escravidão, trabalhando para o "diretor" da aldeia ou para os grandes proprietários a quem eram cedidos. A alegação de que, anteriormente, vinham sendo explorados pelos missionários, quando seus aldeamentos achavam-se entregues à administração destes, agravou-se ainda mais pelos excessos e pela impiedade dos novos senhores que, deliberadamente, buscavam exaurir toda a capacidade produtiva daquela mão-de-obra obtida de forma tão fácil e vantajosa.

Além do mais, os serviços de demarcação das fronteiras exigiam a participação de grandes contingentes de carregadores, remadores, mateiros, todos mobilizados nas aldeias indígenas. Contribuía isso para o abandono, por tempo indeterminado, das mulheres e filhos e da incipiente agricultura que chegavam a realizar para o sustento da família. Dizimados pelas doenças e azares dessas expedições, muitos não regresavam. Em consequência desses transtornos, a organização familiar ficava ao desamparo, sofrendo os penosos efeitos do descontrôle social e dos desregramentos de toda ordem que atingiam a comunidade.

A grande rebelião do chefe índio Ajuricaba, no rio Negro, reprimida pelas sanguinárias chacinas de Belchior Mendes, determinando o extermínio sumário de mais de vinte mil indivíduos, e a dos Mundurucus em Maués, caracterizam o índio amazônico, indômito e rebelado contra a aceitação desumana da escravidão.

Já em 1821, reflexos imediatos da Revolução Liberal do Pôrto, contra o absolutismo, encontravam no Pará, mais do que em qualquer outra província, repercussão profunda. Todavia, o processo político que se desenvolvia no sul do país e que culminaria com a proclamação da Independência, não achava ressonância na administração do Pará, dominada sempre por Juntas Governativas lusófilas, firmemente empenhadas em isolar-se do governo do Rio de Janeiro, dadas suas estreitas vinculações e interesses com Lisboa.

Um longo período de agitações inicia-se, ligado, a princípio, ao acolhimento e integração da província ao novo sistema constitucional vigente em Portugal. Simultaneamente, as facções mais radicais, insatisfeitas ainda com a presença de reinóis no governo provincial, passaram a insuflar a opinião pública, propugnando pelo direito dos nacionais gerirem seus próprios negócios.

O sentimento autonomista se espraia e ganha corpo, alimentado pelas contradições e compromissos de sucessivas Juntas inseguras e incapazes de dominarem a situação, ciosas, tão-somente, de resguardarem os interesses da Coroa e dos poderosos senhores da terra e da escravaria.

O clima da Independência gera a inquietação popular que assume proporções alarmantes. As populações do interior, progressivamente, convocadas a participar das divergências, seja pelos patriotas que desenvolviam sua propaganda com amplitude, seja pelo recrutamento militar compulsório, ordenado pelos Comandantes das Armas e para o qual não havia solidariedade, identificavam-se, pouco a pouco, ao campo que, ideologicamente, encarnava suas mais elementares reivindicações materiais e espirituais: a sobrevivência e a liberdade.

Os acontecimentos que se desenrolaram no sul do país, em setembro de 1822, só encontraram sua manifestação efetiva na longínqua província em agosto do ano seguinte, sendo então incorporada ao Império.

O processo revolucionário havia porém extravasado em toda sua amplitude e violência, estimulado pela incompreensão de antigos e poderosos reinóis, grandes proprietários, e pela permanente e continuada persuasão das populações através da demagogia desenfreada dos inconformados.

O Amazonas, então comarca do Rio Negro, embora alimentando aspirações de autonomia que, quando não concedida oficialmente pelo Governo Central, era proclamada episodicamente à revelia do Pará, mantinha-se anexado àquela província. Para tanto utilizava o governo de Belém processos escusos de interceptação de correspondência do Rio de Janeiro para a distante comarca, levando a efeito violentas ações de repressão, toda vez que a insubordinação buscava concretizar-se. Tumultos, incidentes e motins de natureza grave, provocados pelos desmandos de sucessivos prepostos designados para a direção da comarca exacerbavam os ânimos, alimentando ainda mais os rancores políticos e aprofundando os dissídios partidários.

Belém, por sua incontestável posição-chave, exercia com absoluta e inelutável vantagem o monopólio político e comercial de toda a Amazônia.

Afinal, a participação estrangeira no devassamento da Amazônia.

No decorrer do século dezenove as regiões tropicais do mundo passaram a despertar inusitado interesse de exploradores e cientistas da Europa e dos Estados Unidos. Atraídos pelo exotismo dessas áreas, primeiro na Ásia e na África, depois na América meridional, homens do melhor quilate intelectual lançaram-se em pesquisas e estudos, empreendendo longas e arriscadas incursões de caráter ostensivamente científico.

Todavia aquelas empreitadas, financiadas e assistidas pelas grandes potências da época, não se limitariam aos interesses e indagações especulativas da ciência pura, senão também, a realizar, paulatinamente, profundo e minucioso inventário dos recursos naturais e humanos de extensos e desconhecidos territórios. A expansão colonialista encontrava assim, nessa devassa, seu mais eficiente instrumento de orientação para futuras atuações políticas, diplomáticas e militares.

Os relatos e descobertas daquelas nações, além dos estímulos nacionais que ostensivamente propiciavam no campo científico, facultavam aos respectivos empresários francos e ajustados planos para suas ações expansionistas, em pleno curso.

Inúmeras foram as expedições que transitaram pela Amazônia sob a égide generosa da Ciência Universal, atendendo, porém, veladamente à cobiça incontestável de diferentes potências européias. E episódios de fronteira chegaram a concretizar as pretensões mais ambiciosas da Inglaterra. Na primeira década do século, militares ingleses estabeleciam seus primeiros contatos com os destacamentos luso-brasileiros no Alto-Rupununi.

INTERPRETAÇÃO

Do ponto de vista geográfico destaca-se a imensidão da província, o isolamento das pequenas vilas e povoados, a topografia predominantemente "aquática" e de selva e o extraordinário afastamento do centro do Poder político e militar, situado no sul do país.

Interpretando êsse Quadro chegariam os Cabanos às seguintes conclusões parciais:

— Fatôres favoráveis: impossibilidade de atuação de efetivos importantes em ações centralizadas; exigência de conhecedores do terreno e das peculiaridades da topografia local; facilidades para a realização de emboscadas, ações de surpresa e atuação de pequenos efetivos fluviais e terrestres sem exigir maiores conhecimentos militares; oportunidades para o saque, a pilhagem e o terrorismo contra populações indefesas do interior; possibilidade de se tornarem "esquecidos", dadas as dificuldades na tomada de providências pelo Poder Central, muito distante e empenhado também, em outras ações de repressão em pontos, politicamente, mais importantes do país.

— Fatôres desfavoráveis: a vastidão da área, dificultando a propagação das idéias e restringindo a reunião de maiores contingentes para eventuais ações em força contra centros de resistência mais importantes; dificuldades quanto à manutenção submissa de regiões distantes já conquistadas.

Do ponto de vista econômico e social ressalta o desequilíbrio dos padrões de vida dos grandes proprietários de origem portuguesa e da massa de origem nacional, agravado pelos desmandos e arbitrariedades dos órgãos do poder e a impossibilidade virtual de acesso dos nacionais à administração pública. Afinal, a aspiração legítima de autonomia e independência que insuflava todo o país.

— Fatôres favoráveis: superioridade numérica das populações pobres de beira rio e, em particular, em torno de Belém, onde significativo contingente de escravos exercia as atividades na agricultura

e pecuária além de remadores e pescadores das inúmeras embarcações de transporte e pesca que tinham Belém como pôrto; antagonismo econômico, social, político e étnico entre a massa de nacionais e escravos e a classe dominante dos colonizadores reinóis.

— Fatores desfavoráveis: dificuldades quanto ao recrutamento dos quadros dirigentes pelo baixíssimo nível intelectual dos elementos ativos das camadas populares; carência de recursos materiais de toda ordem.

No plano internacional, cabe assinalar o interesse demonstrado por diferentes potências européias no tocante à Amazônia, enviando expedições técnicas e científicas para investigar aquele mundo remoto.

— Fator favorável: o entrecchoque de interesses aguçados pela cobiça internacional na Amazônia.

— Fator desfavorável: a insurreição não poderia esperar nenhum auxílio exterior fora das soluções de compromisso que atentavam contra a soberania nacional e a unidade do Império.

2. Relação entre as forças político-militares

O aparelho administrativo, policial e militar à disposição das autoridades constituídas apresentava notórias fragilidades.

A sucessão ininterrupta de Juntas de Governo, ora destituídas, sumariamente, pelo poder central da Regência, ora depostas de forma violenta por sedições populares, dizia bem da grave e declarada crise de autoridade por que atravessava a província e, afinal, o próprio país.

O quadro de oficiais e a própria tropa de linha e as milícias, sem instrução e sem disciplina, imiscuíam-se na política partidária submetendo-se a compromissos facciosos e personalísticos estranhos à orientação governamental. Pronunciamentos e atitudes políticas de chefes militares, que não dispunham do indispensável prestígio profissional em suas corporações pela indisfarçável incapacidade demonstrada no preparo das mesmas, provocam focos permanentes de levantes e motins. O terreno era pois altamente favorável à infiltração de idéias, a tomada de posições políticas, à atuação facciosa de desagregação das Instituições e ao nucleamento de grupos ativos de sublevação capazes de proporcionar o eventual domínio de pontos sensíveis e a obtenção de armamento susceptível de mudar de mão.

As medidas preventivas e repressivas adotadas pelos governos que se sucediam, sem que primeiro buscassem firmar as verdadeiras bases institucionais dos organismos políticos e militares, constituíam antes, fatores capazes de se tornarem favoráveis aos insurretos, do que reais e eficientes providências de contenção.

Assim, os freqüentes desarmamentos da tropa de linha e a redução de seus efetivos, visando a eliminar ou reduzir os permanentes riscos de

sublevação; a criação de corpos de Guardas Municipais Permanentes, formados, sem enquadramento e sem instrução, pela reunião, na capital, de contingentes recrutados em diferentes localidades do interior; o próprio recrutamento compulsório, embora amparado em normas legais, visando a reduzir as possibilidades de mobilização voluntária para os insurretos e, principalmente, atingir seus mais influentes chefes, chamando-os à incorporação nas forças do governo, não correspondiam aos resultados esperados.

Também os processos de repressão, quando levados a termo, não diferencavam daqueles outros adotados pelos promotores e adeptos da ação insurrecional em violência, intimidação e terror contra populações indefesas do interior.

Tudo isso facultava aos insurretos a exploração dessas medidas em proveito próprio pelos compromissos e pela impopularidade que traziam em seu bôjo.

A feição, eminentemente, popular do movimento, apoiado na efetiva, mas desordenada e violenta participação das camadas inferiores do povo e em sistemáticos pronunciamentos e sedições da tropa, que não dispunha, a essa altura, dos mais elementares resquícios de hierarquia, disciplina e mesmo capacidade militar, não podia proporcionar, obviamente, condições para a adoção de organizações regulares, por mais simples que se apresentassem.

Por seu turno, os chefes insurretos, rudes e incultos, mantinham-se, tão-somente, graças à instável ação pessoal que exerciam sobre as massas, das quais haviam emergido, e pela notável intuição operacional que os inspirava na concepção das manobras, na dosagem dos escassos meios e, afinal, na conduta geral político-administrativa. Buscavam ampliar a área da insurreição adaptando sua conduta operacional às características geográficas do meio, isso com magistral habilidade.

Grupavam-se em bandos, mais ou menos numerosos, que se reuniam e se dispersavam, de acordo com os objetivos visados e a importância das bases, eventualmente, mantidas.

Viviam dos recursos locais, habitualmente, retirados dos rios e da floresta.

O peixe, o açaí e a farinha de confecção caseira constituíam, como ainda hoje, a base de sobrevivência de toda a população pobre da Amazônia. A pilhagem, o saque e os motins da tropa constituíam outros processos de obtenção de recursos, inclusive armamento.

INTERPRETAÇÃO

O longo período de agitações que sacudia a província, desde 1821, se apresentaria, do ponto de vista dos insurretos, como:

— Fatores favoráveis: a formação natural de líderes populares, mais ou menos experimentados na sublevação das massas, na conduta de guerrilhas, nos rios, na selva e nas cidades; o enfraqueci-

mento e a desagregação das organizações militares responsáveis pela segurança da província; oportunidade para a formação de grupos ativos no meio militar, em condições de levarem a sublevação e a desordem ao seio da tropa; o enfraquecimento sensível da capacidade militar da tropa e a segurança do dispositivo pelas medidas adotadas de redução dos efetivos e armamento, recrutamento e processos de repressão.

— Fatores desfavoráveis: estimulou as massas na aquisição de hábitos de violência, pela apropriação, pela destruição e pelo extermínio, dificilmente controláveis; baixo nível intelectual dos chefes insurretos e despreparo militar e administrativo para a consecução dos objetivos.

3. A vontade de lutar

As contradições do meio proporcionavam aos insurretos decidido e vantajoso apoio da população. A despeito do sentimento de terror que inspiravam foram eles dispendo, pouco a pouco, de contingentes convocados na capital e no interior, ostensivos ou não, e que lhes proporcionavam uma infra-estrutura de apoio. As vilas e povoados ameaçados, mesmo após oferecerem eventual resistência, acabavam por solidarizar-se com a insurreição.

As providências violentas de repressão — o confinamento pelo recrutamento, prisão ou exílio, e mesmo a morte de seus chefes e os reveses militares — não eram bastantes para prejudicar ou arrefecer o espírito de sacrifício e a determinação dos insurretos, dispostos que estavam a aceitar a luta nos termos de violência que eles mesmos impunham ao adversário.

Tudo leva a crer, que essa determinação levada ao paroxismo da violência, haja atingido grau suficiente de "tensão de ruptura" em vários setores, pela exacerbação total de diferentes complexos, tais como:

— O poder econômico dos grandes proprietários rurais nas chamadas "Fábricas Nacionais" ou "Roças Comuns", organizações criadas com a instituição do Diretório e que visavam, sub-repticiamente, assegurar a exploração do índio em condições servis e submetidos a ilimitada crueldade em flagrante descaso a expressas leis do Reino e depois à própria Constituição Imperial.

— A inviabilidade de acesso às posições de governo por parte dos nacionais, desejosos de participar da administração e dos interesses públicos.

— O antagonismo virulento e declarado contra os portugueses e que estremecia todo o Império.

— A desvinculação da Província do Pará em relação ao sul do Brasil, seu alheamento político e social aos movimentos nacionais e o temor de persistir em relação a Portugal em situação idêntica ao Canadá em relação à Inglaterra, leva a rejeitar todo e qualquer auxílio e tutela.

Quanto ao Amazonas, alimentava, ainda mais, a inaceitação das condições de subordinação política e administrativa ao Pará em virtude de sua anexação.

— Afinal, o complexo de igualdade étnica, no caso, a opressão exercida pela poderosa minoria dos reinóis sobre a raça nacional majoritária, em seu considerável contingente de caboclos e índios mansos.

— O clero e a maçonaria, esta última organizada e atuante em favor dos reinóis, aquele proporcionando destacados líderes para ambos os lados, impuseram, em episódios sugestivos, “tomadas de posição” vinculadas ao prestígio dos personagens e às convicções religiosas do povo.

O que não resta dúvida, é que a exaltação da agressividade polarizou-se na trama de todos estes complexos de reivindicação econômica, de melhoria social, de xenofobia, de libertação, de nivelamento étnico e, episódicamente, de convicção religiosa, na incapacidade e na impotência da autoridade constituída em resolver as injunções, agravando-as, pelo contrário, levada pelo arbítrio e a inadequação dos meios coercitivos.

INTERPRETAÇÃO

Quanto à Vontade de Lutar dos insurretos, alinham-se como:

— Fatores favoráveis: a “tensão de ruptura” atingida pelos diferentes complexos; a aceitação da luta nos mesmos termos de violência impôsto ao adversário.

— Fatores desfavoráveis: a conduta extremada das massas e a progressiva perda de controle das mesmas, alarmando os chefes mais moderados do movimento e as populações eventualmente ameaçadas.

4. Conclusões

Um Estudo de Situação da Província do Pará, em 1835, levaria os Cabanos a concluir:

— O Pará era uma província vastíssima, de complexa feição geográfica, mais próxima da Europa do que do centro de poder político e militar do país, e, também, bastante afastada deste último.

— Escassamente habitada por uma população paupérrima de nacionais e índios escravizados, e sofrida de longos anos de agitações e violências, apresentava sua estabilidade administrativa e social seriamente comprometida.

— O adversário — as autoridades administrativas, políticas e militares — pelas vinculações, compromissos e propósitos, encarnava a prepotência social, o monopólio político-administrativo e a opressão do poder econômico, ainda nas mãos dos estrangeiros colonizadores.

— A natureza do sistema colonial chocava-se com a, ainda que incipiente, tomada de consciência do povo subjugado, que reivindicava instituições livres, cujos princípios, afinal, havia apreendido nas aspirações liberais do próprio colonizador.

— Um movimento eminentemente popular não disporia de organização estável, capaz de permitir uma ação coordenada. Ao contrário, contaria mais com as fragilidades das instituições de governo e do aparelho policial-militar e as possibilidades destas se transformarem em fatores favoráveis à insurreição.

II — EVOLUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS

As modestas proporções dêste trabalho e o objetivo a que nos propusemos — “uma aplicação” do método de análise dialética da Guerra Insurrecional — não implicam, necessariamente, na descrição pormenorizada de todo o contexto das obras compulsadas para a elaboração do estudo em seus aspectos essenciais.

Daí adotarmos para a descrição que se segue transcrições, tanto quanto possível, condensadas da excelente “História Militar do Pará” do Coronel LUIZ LOBO e para os episódios desenrolados no Amazonas “O Amazonas — sua História” de ANISIO JOBIM.

Todavia estiveram sempre presentes os autores indicados na pequena bibliografia final.

1. Os chefes

Chefes Cabanos:

— BATISTA CAMPOS, (João Gonçalves) — Cônego audaz, bravo, aventureiro e ambicioso. Jornalista exaltado e demagogo violento. Dirigiu o jornal “O PARAENSE” e colaborou ativamente no “SENTINELA MARANHENSE NA GORITA DO PARÁ”.

Gozava de largo prestígio e mesmo autoridade junto à indisciplinada tropa e exercia poderosa influência sobre as massas populares.

Aparentemente contraditório em suas atitudes, compreendia porém, perfeitamente, a situação, ora apoiando as hostilidades contra a política da Regência, ora intrigando as classes abastadas contra o governo provincial, sob a acusação de pretender êste libertar os índios, ainda escravos.

VINAGRE, (Francisco Pedro) — O mais velho de três irmãos (Antonio e Manoel) jovens lavradores do rio Itapicuru e que foram as mais notáveis figuras da insurreição. Inculto mas inteligente, intrépido, robusto e muito disposto, identificava-se com a massa e suas aspirações e na conduta violenta dos processos de atuação terrorista em que se destacava seu irmão Antonio. Sem nenhum conhecimento militar, porém extraordinariamente corajoso e astucioso, conduzia com notável habilidade e energia a guerra de guerrilhas, os golpes-de-mão e outras ações arriscadas, graças a seus minuciosos conhecimentos das peculiaridades do terreno e da própria cidade de Belém.

— ANGELIM (Eduardo Nogueira) — Jovem cearense contando apenas vinte poucos anos quando foi aclamado 3º e último presidente cabano.

Completamente dedicado à causa que considerava sagrada, era um lutador ardente, corajoso e tenaz. Identificava-se à massa popular que o consagrara como líder, sem contudo partilhar dos desmandos aos quais se opôs com energia e desprendimento, quando no exercício do govêrno. Conduzia com notável desembaraço as ações de seus escassos meios na guerra irregular, principalmente no interior da cidade de Belém.

— MALCHER (Félix Antonio Clemente) — Antigo Alferes da tropa de linha envolvido, desde o início, nas articulações políticas. Foi o primeiro presidente cabano. De caráter sombrio e impetuoso era severo, chegando à perversidade. Irritável, espírito pouco cultivado e de atitudes dúbias.

Chefes Legais:

LÔBO DE SOUZA (Bernardo) — Homem enérgico, opinoso, agitado e intempestivo. De visão estreita e inábil na conduta política dos acontecimentos. Assumiu a presidência da província em dezembro de 1833 sendo eliminado de forma brutal em janeiro de 1835.

— Marechal MANOEL JORGE (Rodrigues) — Velho chefe português cauteloso e refletido. Via-se sem recursos para impor sua autoridade e assegurar a eficiência das medidas que a situação exigia. Empenhou-se porém com iniciativa e coragem, sendo destituído dos cargos que ocupava com sacrifício de maneira surpreendente e precipitada, considerando seu passado militar e o alto pôsto que atingira.

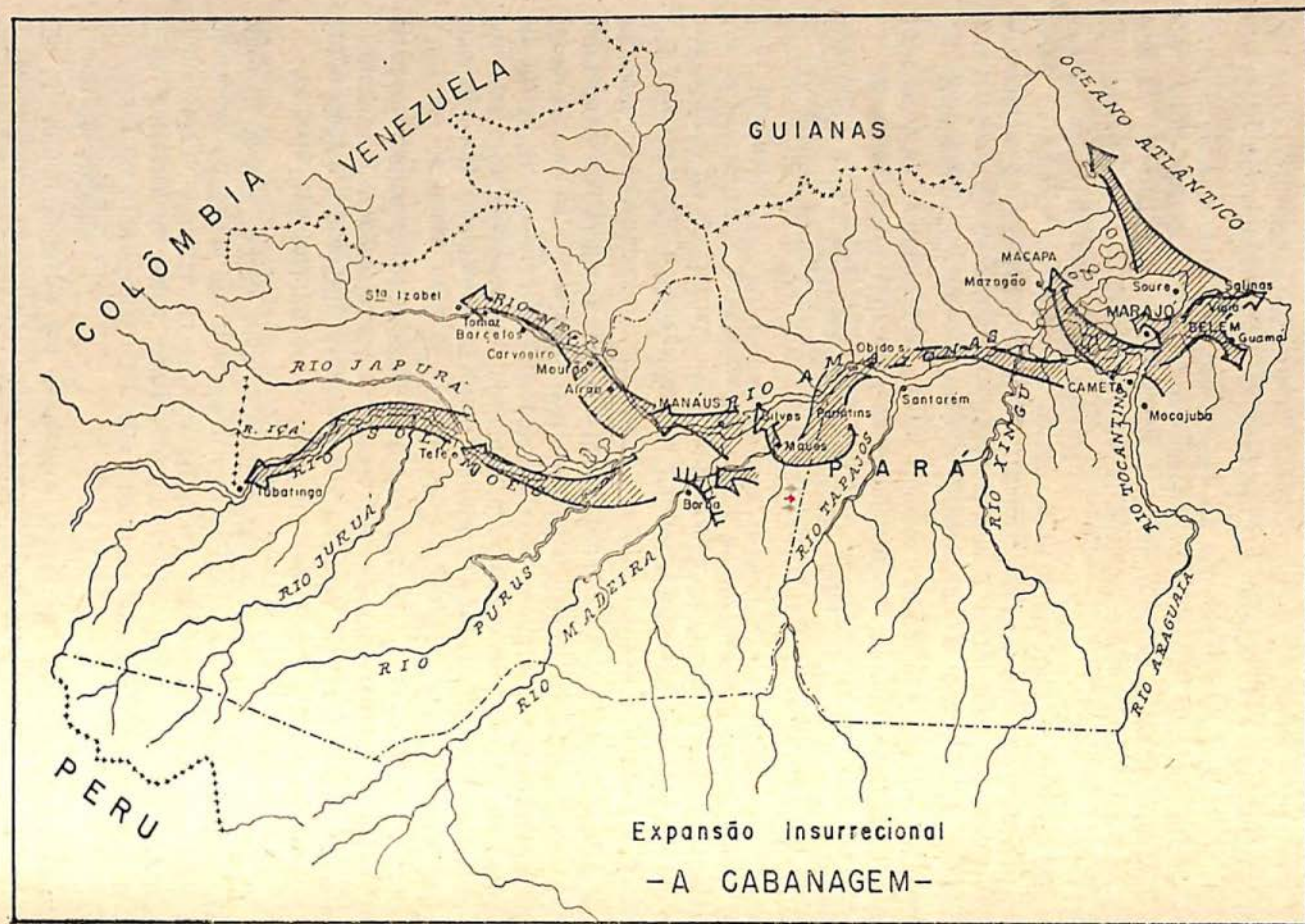
— Brigadeiro SOARES DE ANDRÉA (Francisco José de Souza) — Enérgico, disciplinador, decidido, competente e capaz como soldado e administrador. Compenetrado da instrução da tropa e inflexível mantenedor da ordem e da disciplina. Meticuloso em seus processos de administração e de govêrno. Conduzindo suas ações com vigor, energia e exemplar habilidade.

2. Os acontecimentos

— O Govêrno de Lôbo de Souza:

A 4 de dezembro de 1833 assumé a presidência da província o Doutor Bernardo Lôbo de Souza e o cargo de comandante das armas o Tenente-Coronel Joaquim José da Silva Santiago.

O episódio é relevante, pois que, seu antecessor, o desembargador José Mariani, nomeado um ano antes, nem mesmo lograra desembarcar em Belém para empossar-se, obstado que fôra pelos eventuais detentores daqueles cargos, os Coronéis Machado e Seára envolvidos na conduta política dos acontecimentos, sujeitos à orientação dominante de Batista Campos. Era evidente o declarado estado de anarquia reinante no Pará. Lôbo de Souza iniciou seu govêrno disposto a acalmar a indisposição reinantes, sem contudo descurar das providências militares que garantissem o exercício da autoridade e a aplicação da lei e da ordem.



Assim, procurou executar a lei da anistia como medida persuasiva na redução dos contingentes insurretos e, ao mesmo tempo, determinava o recrutamento compulsório para preencher os claros dos corpos de linha, incidindo inclusive em destacados chefes da insurreição, como foi o caso de Angelim.

Reforçou o armamento das duas corvetas estacionadas em Belém e o da Fortaleza da Barra, como também aquêle distribuído aos guardas municipais e à legião da Guarda Nacional. Convocou para reforçar a guarnição de Belém 480 guardas nacionais dos corpos dos distritos vizinhos de Bujaru, Acará, Moju, Abaeté e Muaná.

Todavia, sua inabilidade no incidente com o bispo D. Romualdo de Souza Coelho a propósito de uma Carta Pastoral, na qual aquêle prelado condenava a Maçonaria, foi suficiente para provocar uma "tomada de posição" reativando as paixões aparentemente arrefecidas.

Lôbo de Souza acusava o bispo, figura respeitável e espírito reconhecidamente conciliador, de pregar "doutrina subversiva" através de sua Pastoral. Em conseqüência, proibiu a divulgação, ameaçando seu autor de prisão. D. Romualdo, de acôrdo com sua conduta pacífica aquiesceu. Muito embora se apercebesse, posteriormente, o governador, do juízo precipitado e da violência que praticara prosseguiu desmandando-se em ameaças.

Inconformado, o cônego Batista Campos publica a referida Pastoral nas páginas de seu jornal, sem a autorização do bispo. Os acontecimentos se precipitam e o governador ordena a prisão de Batista Campos e seus partidários.

O popular cônego refugia-se no Acará, na fazenda de Malcher, reunindo-se a êste e aos irmãos Vinagre e Angelim.

Inicia-se violenta atividade de propaganda e proselitismo através de proclamações redigidas por Batista Campos contra o govêrno.

Malcher, os Vinagre e Angelim prosseguem a reunião de adeptos no Acará. A 19 de outubro de 1834 envia o govêrno uma expedição sob o comando do 2º Comandante dos Municipais José Maria Nabuco composta de guardas municipais e nacionais, para eliminar o foco de agitação instalado na fazenda de Malcher.

Surpreendido na madrugada de 22 por elementos sob o comando de Vinagre e Angelim, o comandante Nabuco viu sua fôrça destroçada e êle mesmo, depois de prêso, assassinado por Angelim, que assim se vingava de quem o prendera por ocasião de seu recrutamento.

Lôbo de Souza conheceu a extensão do desastre por intermédio de um prisioneiro que se evadira.

Reuniu então sob os comandos respectivos do Coronel Falcão e do Capitão-de-Fragata James Inglis cêrca de 300 homens, entre soldados e marinheiros, todos embarcados em cinco embarcações.

Na tarde de 24 partem para o Acará.

O Coronel Falcão é morto numa emboscada e o Major Monte Roza, que assume o comando da força terrestre, desembarca a 28, próximo à fazenda de Malcher encontrando-a abandonada. Os insurretos haviam se dispersado pelos rios Castanhal, Itapicuru e Guamá. Comunicando-se com o comandante Inglis o major Monte Roza incendeia a fazenda e inicia a perseguição ordenada pelo governador depois de conhecer aqueles sucessos.

A 3 de novembro após um encontro, Manoel Vinagre é morto e Malcher e seu filho feitos prisioneiros, além de grande número de insurretos, todos recolhidos a Belém.

Em Acará permanece uma força de Permanentes apoiada por uma escuna e três lanchões.

Lôbo de Souza continua a tomar providências.

Manda recolher todo o armamento da tropa que não lhe inspirava confiança. Determina que 100 homens de cada um dos batalhões da Guarda Nacional de Muaná, Bujaru e Capim fôssem deslocados para Belém, substituindo a tropa de linha da guarnição.

Organiza ainda uma vigilância fluvial com quatro embarcações de porte, e reforça a guarda fluvial do rio Acará. Determina o recolhimento da pólvora e munições do depósito do Uaurá aos navios de guerra. Repara a artilharia das fortalezas e ativa a aquisição de armamento e correame na Inglaterra. Convoca os oficiais reformados do Exército e os da reserva da Guarda Nacional para as rondas na cidade.

Modifica afinal o antigo sistema de recrutamento por distritos, efetuados pelos juizes de paz, designando executores de sua confiança e devendo a convocação incidir sobre os indivíduos mais aptos, independente dos distritos, tendo em vista recompletar os claros da tropa de 1ª linha.

Em que pèse o acêrto de várias dessas medidas, particularmente na esfera militar, sua execução repousava na honestidade de propósitos e na disposição enérgica dos escalões subordinados. Tal não acontecia porém.

A arregimentação de sediciosos, principalmente soldados de tôdas as corporações, os conluios, defecções e compromissos de parte da officialidade estimulada e desenvolvida por Angelim, pelos Vinagre e por partidários de Batista Campos era levada a efeito em ritmo crescente sob clima de exaltação.

A 6 de janeiro de 1835 reúnem-se os insurretos em três regiões nos arredores da então cidade de Belém. No mato do Cocalino (atrás do atual presídio São José) sob o comando de Francisco e Antonio Vinagre, na estrada para o arraial de Nazaré (na altura do atual largo da Memória) e no fim da estrada da Pedreira.

Às primeiras horas do dia seguinte a coluna de Vinagre penetra na cidade e assalta o quartel onde se alojavam os Caçadores e o Corpo de Artilharia no Largo do Quartel (atual praça Saldanha Marinho).

O Major Caetano Alberto e o Capitão Manoel Gomes Varela facilitam a operação sublevando aquelas unidades que eles mesmos comandavam.

Os insurretos apoderam-se de todo o material e senhores do quartel destacam patrulhas para guardar as ruas que desembocam naquele Largo.

Sobre o Largo do Palácio (atual praça Pedro II) marcham os outros dois grupamentos da estrada de Nazaré e da Pedreira. Assaltam o palácio e a residência do comandante das armas. Matam este último quando tentava escapar no Largo de São João.

Vão à cadeia (na atual rua João Alfredo) soltando os presos, armando-os e municionando-os. Prosseguem em suas ações de destruição e morte até o Pôrto do Sal. O comandante Inglis também é morto.

O presidente Lôbo de Souza abandonando o asilo junto da residência do Coronel Geraldo Abreu regressa corajosamente ao palácio sendo afinal atingido e morto pelo índio Domingos Onça.

Às onze horas, ainda do mesmo dia 7, Malcher, tirado da prisão, faz-se aclamar presidente da província pela mesma massa enfurecida que arrastando os cadáveres de Lôbo de Souza e do Coronel Santiago para a Casa das Canoas (atual Necrotério) permanecia durante sete horas profanando os despojos de suas vítimas.

— O 1º Governo Cabano — Malcher:

Malcher empossou-se na presidência perante a Câmara Municipal e Francisco Pedro Vinagre assumiu o cargo de comandante das armas.

As forças da Marinha que se achavam em Belém — seis navios de guerra, uma corveta, um brigue, três escunas e um iate — julgaram-se incapazes de combater o movimento. Seus comandantes entenderam mais acertado aceitar o fato consumado, reconhecendo as novas autoridades que se declaravam dispostas a manter a província vinculada ao Império e ainda fiéis ao imperador, resolvidas porém a conservarem-se no poder até à maioridade.

Muito cedo o presidente Malcher percebeu a alternativa em que se encontrava e para a qual havia contribuído. A desordem generalizada dominando completamente o povo e comprometendo de forma irremediável as instituições permanentes. Às medidas indispensáveis de contenção para o exercício elementar de governo contrapunha-se o processo revolucionário que agora se espalhava com toda a sua carga de paixões, ódios e vingança.

As dissensões surgiram inevitáveis entre Malcher, de um lado, e os Vinagre e Angelim do outro. Já agora o Comandante das armas e seus partidários exploravam a eventual impopularidade das atitudes do presidente.

Malcher prevenindo-se tratou de estabelecer núcleos de defesa, retirou as tropas de artilharia e infantaria que haviam a princípio ocupado o palácio e o convento do Carmo reunindo-as no Forte do Castelo.

Julgou-se então bastante forte para jugular a atuação de seus adversários.

Sem o conhecimento de Francisco Vinagre, Comandante das armas, manda no dia 19 de fevereiro, cercar com força de linha a casa onde se achava Eduardo Angelim prendendo-o.

Vinagre considerando-se atingido em sua autoridade funcional reúne a tropa de linha no quartel das Mercês, onde se achava o arsenal, armando-a e municionando-a. Artilha sua posição com quatro canhões, reforçando-a com mais 200 homens do capitão Francisco Macedo e pelos grupos dirigidos por Antonio Vinagre e outros, inclusive oficiais.

Malcher disposto a assegurar sua autoridade de governo e conhecendo a vocação de violência de seus adversários, instala-se no Forte do Castelo reunindo permanentes, guardas nacionais e populares adeptos de seus propósitos. Reforça sua posição em terra com oficiais e marinheiros das guarnições dos navios de guerra.

Ainda Malcher toma a iniciativa das ações lançando uma coluna de 300 homens sob o comando do Alferes Gonçalves Campos para atacar a posição de Vinagre no Largo das Mercês apoiando-a com patrulhas de menor efetivo.

Às 11 horas dêsse mesmo dia 19 de fevereiro a vanguarda da coluna é dizimada quando toma contato com a posição, sendo o grosso batido por cerrado fogo de artilharia de Vinagre. Batido no primeiro encontro o Alferes Campos ordena a retirada de sua força conduzindo Vinagre imediata perseguição até conseguir estabelecer o cerco da posição do Castelo para onde haviam refluído os remanescentes da coluna.

Às 15 horas Vinagre ocupava os edifícios do Seminário e casas fronteiras ao Hospital (atual 5ª Cia de Guardas) bloqueando tôdas as saídas com exceção do rio.

Vendo-se cercado e fortemente hostilizado pelo fogo partido dos edifícios vizinhos ao Forte, Malcher, na noite de 19 para 20, retira-se para bordo da força naval deixando a posição em terra sob o comando do 1º Tenente da Armada Costa Cabedo.

Determina o refôrço da posição do Castelo com outros contingentes de marinheiros de navios de guerra e mercantes.

Afinal decide bombardear com os canhões dos navios as posições do Arsenal (Largo das Mercês) e do Palácio do Bispo e Seminário, cau-

sando grandes estragos e avultado número de vítimas, principalmente entre seus próprios correligionários defensores da posição contígua do Forte do Castelo.

Êsses efeitos ampliam as defecções nas fileiras governamentais, sem maiores convicções pelo sacrifício a que se propunham.

Malcher tenta negociar através de Eduardo Angelim, então seu prisioneiro. Todavia a trégua é rompida aproveitando-se Vinagre para consumir violentamente a conquista e posse da posição do Castelo, eliminando toda a resistência. Uns poucos conseguiram escapar lançando-se ao rio. O 1º Tenente Cabedo morre no comando de sua posição.

A 21 de fevereiro de 1835, Francisco Pedro Vinagre é aclamado presidente da província e comandante das armas.

A prisão de Malcher foi consumada graças à traição de seu mais próximo colaborador e mentor de variados atos de sua conduta.

Quando transportado para a Fortaleza da Barra, Malcher é assassinado, recebendo seus despojos o mesmo tratamento desrespeitoso e selvagem proporcionados aos de seu antecessor Lôbo de Souza.

— O 2º Govêrno Cabano — Vinagre:

Via-se agora Francisco Pedro Vinagre na chefia do govêrno galgada na crista de uma insurreição cujos paroxismos de exacerbação de ânimos, de violência incontida, de desordem, sedição e descontrôle social haviam contado com sua decidida e atuante contribuição.

A despeito de seus esforços para restabelecer o império da autoridade e promover condições mínimas para o exercício da administração nada conseguia.

Seu irmão Antonio, a quem foi entregue o comando do Forte do Castelo empolgava, pelo exemplo, a massa descontrolada de extremados, primários em seus ódios e vinganças pessoais.

Francisco Vinagre demonstrando disposição ao retôrno à legalidade manda proceder à eleição da Assembléia Provincial declarando que entregaria o govêrno, que se dizia no exercício interino, ao cidadão mais votado naquelas eleições.

Como providências militares Vinagre determinou guarnecer o Trem (Arsenal das Mercês) com guardas nacionais. Organizou em três companhias os permanentes criados em 1831 para elevar a 300 o número de suas praças.

Temendo a reação natural de seus atos mandou proceder o desarmamento da tropa de linha e dos populares e buscou explicar sua conduta através de proclamações.

O resultado das eleições de 7 de abril de 1835, deu como o mais votado o Dr. Angelo Custodio Corrêa de Cametá.

A notícia de todos êsses acontecimentos chegou ao Rio de Janeiro em fins de março e, um nôvo presidente, o Marechal Manoel Jorge Rodrigues, foi nomeado, acumulando o cargo de comandante das armas.

O Chefe-de-Divisão João Taylor foi nomeado comandante da divisão naval, seguindo imediatamente com uma fragata, uma corveta e uma escuna.

Tendo em vista porém assegurar a posse do Dr. Angelo Custodio eleito pela Assembléia Provincial o presidente do Maranhão antecipou-se, enviando ao Pará uma fôrça de 600 homens, embarcada na fragata "Imperatriz", sob o cômando do Capitão-Tenente Pedro da Cunha e um brigue.

Pressionado pelo clima dominante Vinagre procurou sub-repticiamente eximir-se dos compromissos assumidos. Para tanto determinou o desarmamento de alguns navios de guerra e a substituição dos comandantes que não lhe mereciam confiança.

Simulando sua disposição de entregar o govêrno ao Dr. Angelo Custódio que ainda se achava em Cametá, Francisco Vinagre convidou-a dirigir-se a Belém e, ao mesmo tempo, prepara uma emboscada a meio caminho com embarcações armadas. Todavia, o precavido Comandante Pedro da Cunha, bem compreendendo a situação de compromisso do govêrno insurreto, dada a exaltação popular ampliada, até mesmo, pela presença de sua fôrça naval e a duvidosa disposição de Vinagre para cumprir o disposto, antecipa-se mandando a Cametá uma forte escolta para transportar o vice-presidente eleito.

Mantém ainda Pedro da Cunha seus navios ao largo e a fôrça de desembarque reforçada por contingentes vindos de Bujaru, Abaeté e Acará pronta para entrar em ação.

A 8 de maio Angelo Custódio chega à baía de Guajará, embarcando na fragata "Imperatriz", ao largo de Belém. Sua escolta havia desbaratado a emboscada preparada por Vinagre, próximo à ilha de Burajuba.

A essa altura dos acontecimentos já se tornavam ostensivos os propósitos de Vinagre. Decidiu então Pedro da Cunha realizar um desembarque à viva fôrça para conquistar Belém.

No dia 12, após o bombardeio dos pontos fortificados e a destruição do Forte de São Pedro Nolasco partiu a fôrça de desembarque, em escaleres e canoas, sob o comando do Major Aires Carneiro. Alcançando a Alfândega destacou a fôrça quatro colunas, duas das quais atacaram o Trem (Arsenal) no Largo das Mercês, marchando as outras duas sobre as posições do Largo de Santo Antonio. O grosso da fôrça porém permaneceu na praia, sem ligação com os elementos de primeiro escalão.

Assim, êstes, após atingirem seus objetivos, a despeito da violenta oposição encontrada, viram-se isolados sem o indispensável apoio do grosso.

Refeitos os insurretos e tendo suas fileiras engrossadas não só pelos contingentes populares que apropriavam-se das armas dos que caíam e

pelas defecções de guardas nacionais que se passavam levando armas e munições, retomam a iniciativa que coincide com a ordem de retirada determinada pelo major-comandante da expedição. A perseguição é levada a efeito impiedosamente, determinando ainda Vinagre o bombardeio das unidades navais com grande resultado.

Impossibilitado de desembarcar Angelo Custódio retira-se para Cametá, a bordo da escuna "Bela Maria", que ali permanece estacionada. O comandante Pedro da Cunha considerando sua posição face a Belém insustentável, retira no dia 16 suas forças para a baía de Santo Antonio, estabelecendo uma enfermaria na ilha de Tatuoca, dado o grande número de feridos.

Nessa situação irá encontrá-lo o Marechal Manoel Jorge Rodrigues, novo presidente nomeado pela Regência, e que trazia consigo uma ala do Batalhão de Caçadores do Maranhão. O Chefe-de-Divisão Taylor assume o comando de toda a força naval.

A 21 de maio toda a força fundeia frente a Belém e Francisco Vinagre apressa-se em transmitir suas disposições ao Marechal Manoel Jorge, sendo o novo presidente tranqüilamente empossado.

Por esse tempo a agitação já havia se alastrado pelo Amazonas (Comarca do Rio Negro). As populações do baixo Amazonas eram as mais atingidas pelas violências e pela desordem geral reinante no Pará. A anarquia prolonga-se, remonta o Solimões até Tabatinga e pelo Rio Negro até Santa Isabel.

Os episódios de janeiro em Belém, culminando com os assassinios de Lobo de Souza e do Coronel Santiago, levaram o Conselho Municipal de Manaus a solicitar auxílio aos distritos e vilas vizinhas, convocando-os para a defesa e concitando-os a reagir face à agressão iminente dos cabanos.

Luzéia (Maués) e outras vilas organizam suas defesas dispostas a resistir.

Da vila de Bararoá (Tomar) no Rio Negro iniciou-se uma convocação geral dos habitantes das regiões ameaçadas, dirigida e estimulada pelo cidadão Ambrósio Aires. Dispondo de notável capacidade de liderança Aires organizou uma expedição, no que foi apoiado pela Câmara de Miuriuá (Barcelos), e desloca sua força improvisada sobre Icuipiranga (próximo a Óbidos) onde os cabanos se concentravam a despeito da resistência oferecida tenazmente pelo cônego Sanches Britto.

Os insurretos haviam remontado o rio Tapajós, alcançando em seguida o rio Amazonas pela via de Luzéia (Maués). Esta vila não suportou a invasão. Apesar da oposição oferecida acabou aderindo como o fez Parintins.

Também Silves, após grande resistência, entregou-se ao adversário. Borba, no Madeira, resistiu heróicamente.

No dia 6 de março de 1835, a vila de Manaus é cercada por força superior a mil homens, sob as ordens de Bernardo Sena. Regressava

assim este, após ter sido libertado por seus correligionários no baixo Amazonas, quando era conduzido prêso para Belém. A cidade foi assaltada sem que seus moradores oferecessem maior resistência, mesmo por que eram grandes as defecções para o interior e para as linhas cabanas.

No dia imediato a Câmara Municipal declara-se solidária aos insurretos. Todos aderiam aos vencedores. Nas vilas vizinhas porém pronunciava-se a reação e Ambrósio Aires continuava convocando defensores da ordem e combatendo ao longo do rio Negro as incursões dos cabanos sobre Airão, Moura, Carvoeiro, Miuriuá (Barcelos), Bararoá (Tomar) e Santa Isabel (Tapuruquara).

— O governo do Marechal Manoel Jorge Rodrigues:

A convulsão dominava a província. Os reduzidos recursos militares (metade de um Batalhão) trazidos pelo novo presidente pouco significavam. Os efetivos da tropa já existente — o 5º Corpo de Artilharia e os 4º e 5º Batalhões de Caçadores — não somavam 100 homens e a força naval não dispunha de pessoal nem mesmo para guarnecer seus navios. E, todos, profundamente atingidos no moral, quando não, minados pela indisciplina.

Cerca de três mil armas, inclusive canhões, retirados do Trem (Arsenal) desde 1833 andavam nas mãos dos insurretos sem o menor controle.

Por outro lado, a própria nomeação do velho Marechal Manoel Jorge era considerada "portuguesada", dando ensejo à exploração de preconceitos raciais e estimulando a aversão já declarada ao colonizador.

A conciliação simulada por Francisco Vinagre seria episódica visando mais assegurar aos insurretos a retirada para o Acará, da maioria dos meios existentes na capital, inclusive artilharia, tudo sob a direção de Antonio Vinagre.

Fortificados no Acará, os cabanos assaltam, dias após, a Vila de Vigia cometendo toda sorte de barbaridades.

Conhecendo da participação de Francisco Vinagre determinou o Marechal Manoel Jorge sua prisão, levada a efeito juntamente com mais duzentos partidários seus, sendo todos embarcados prisioneiros.

Vendo infrutíferos seus apelos de socorro solicitados ao Rio, Maranhão, Ceará e Pernambuco e até mesmo aos navios de guerra estrangeiros o Marechal Manoel Jorge dispôs-se a resistir na defesa de Belém contando com seus próprios e escassos recursos.

Melhorou as condições de defesa do Trem (Arsenal) entregando-a ao Corpo de Artilharia até então estacionado no palácio; fortificou o Seminário e o hospital militar (atual 5ª Cia de Guardas) no Largo da Sé para garantir o Forte do Castelo dos tiros de flanqueamento. Abriu trincheiras na retaguarda do palácio e determinou previsões para guarnecer o Arsenal de Marinha e o Forte de Santo Antonio. Dobrou a ronda

e patrulhas na cidade e destacou um navio para guardar a foz do rio Acará, ponto de passagem obrigatória dos insurretos.

Os cabanos reuniam na fazenda Itabocas, no rio Moju, um efetivo aproximado de 2.500 homens, muitos dos quais desarmados.

Decidiram eles atingir a cidade pelo rio desembarcando nas matas de Murutucu (atual Instituto Agrônomo do Norte).

Em seguida, articular-se-iam em três colunas. A mais importante, comandada por Antonio Vinagre teria como objetivo o Trem (Arsenal) do Largo das Mercês e todos os pontos fortificados do bairro da Campina. A segunda, sob o comando de Eduardo Angelim atacaria o palácio do presidente e a terceira de Gavião, realizaria uma ação sobre o Arsenal de Marinha e as fortificações do bairro da cidade (cidade velha).

A natureza essencialmente improvisada da tropa cabana não se ressentia tanto da exiguidade de meios. Suas fileiras eram constituídas de homens sofridos na pobreza de alimentação e do vestuário, dispondo apenas de uma invariável vocação para aquele tipo de luta altamente favorecidos pela larga experiência adquirida em inúmeras ações.

A eventual limitação do armamento disponível levava-os a adotar um dispositivo em que o pessoal desarmado marchava à retaguarda em condições de substituir imediatamente os camaradas de primeiro escalão que tombassem de armas na mão.

Tal era a disposição moral dos cabanos.

— A conquista de Belém:

Na madrugada do dia 14 de agosto de 1835, burlando a vigilância dos navios, os insurretos desembarcam nas matas de Murutucu e o grosso se desloca para o arraial de Nazaré (atual praça Justo Chermont).

Alertado por um morador ribeirinho, o Marechal Manoel Jorge lança sobre o arraial de Nazaré uma coluna de 200 homens de artilharia e Caçadores, sob o comando do Capitão Jeronimo Rodrigues, seu filho.

A vanguarda estabelece contato no largo da Memória (atual, na avenida Nazaré) e o grosso alertado entra em posição, bombardeando o arraial. Cerrando sobre a posição insurreta ao alcance das armas portáteis a força legal é varrida por intenso fogo, recuando.

Percebendo a indecisão, Angelim, enquanto continua a pressionar de frente a força legal em seu retraimento, lança duas colunas suas, uma pela estrada São Jeronimo (atual avenida) e outra pela do Cemitério (atual Avenida Gentil Bitencourt) buscando atacá-la pelos flancos e cortar-lhe a retirada no mesmo Largo da Memória onde se iniciara o contato.

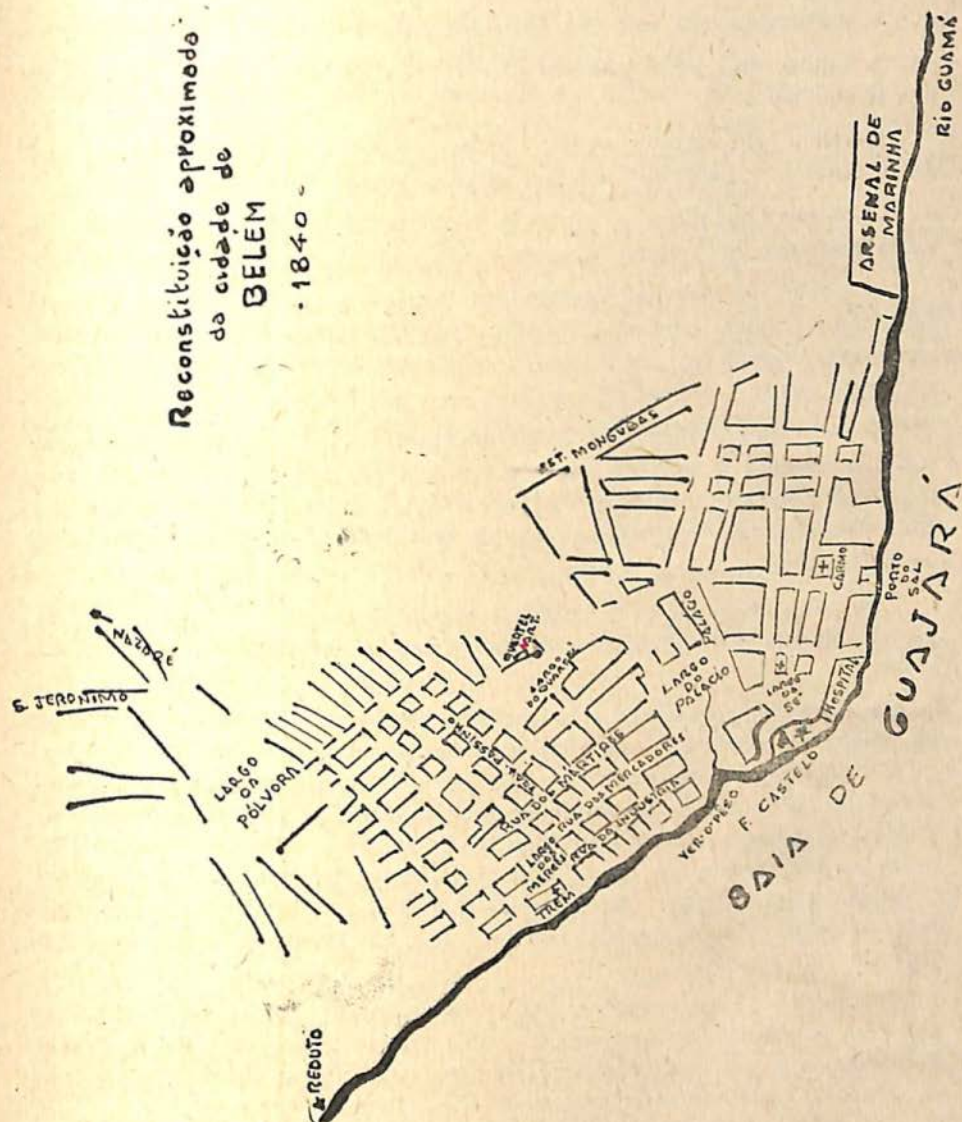
Todavia a coluna legal conseguiu escapar ao cerco, sendo acolhida por outra força que veio em seu auxílio, instalando-se afinal no palácio.

de MARAJO

escolto. 1,500.000

(indicando apenas evidências ativas
no texto)

Reconstituição aproximada
da cidade de
BELEM
- 1840 -



Angelim porém não cessara a perseguição. Sendo hostilizado por violento fogo partido do palácio e temendo uma ação em sua retaguarda vinda do Quartel da Artilharia (atual QG-8ª RM), retraiu até a travessa São Mateus. Entrou naquela praça (Saldanha Marinho) e sob intenso fogo investiu e tomou de assalto o quartel da artilharia. A tropa que o guarnecia fugiu pela rua São João para o palácio do governo.

A coluna de Gavião não encontrou resistência no Arsenal de Marinha e tomou-o.

Marchou, em seguida, sobre o convento do Carmo batendo a tropa do Arsenal que para ali refluía, dispersando-a totalmente.

O objetivo principal — o Trem (Arsenal do Largo das Mercês) — cabia à coluna de Antonio Vinagre.

O diretor do Arsenal Capitão Joaquim Andrade organizara sua posição para a defesa contando apenas com 30 soldados e 50 civis. Estabeleceu uma ligação por água com a fragata "Imperatriz" que se achava ao largo.

Quando observava a posição para dispor suas forças para o ataque, Antonio Vinagre é morto por um atirador de tocaia. O pânico se generaliza nas fileiras cabanas, sendo porém oportuna e vigorosamente dominado pela chegada de Eduardo Angelim que assume então a direção geral do movimento.

Na noite de 14 para 15 Angelim procurou ocupar as casas dos Largos da Mercês e do Palácio que favoreciam as ações sobre os objetivos visados.

O Marechal porém não esmorece. Determina a retomada do quartel de artilharia, perdendo seu filho nesta ação, mas conseguindo expulsar o inimigo da posição. Determina em seguida uma operação de limpeza nas casas vizinhas e tenta expulsar os insurretos do convento do Carmo. Todavia a escassez dos efetivos legais não permite guarnecer as posições conquistadas. Assim as casas, tão logo abandonadas são novamente ocupadas pelos cabanos. Desta forma Angelim vai pouco a pouco estabelecendo um cerco, cada vez mais apertado, em torno das posições ainda em mãos do governo.

Ocupando casas próximas abre comunicações interiores ligando-as entre si, a coberto da observação e dos fogos legais. Realiza a guerrilha em toda a sua plenitude desgastando as diminutas forças do governo e reduzindo cada vez mais a área dentro da qual podiam mover-se.

Nos locais mais adequados Angelim mantinha nucleados pontos fortes bem comandados e armados para realizar incursões e contra-atacar. Reservou afinal aqueles mais dispostos e decididos para a ação principal contra o Trem (Arsenal do Largo das Mercês).

O dia 16 de agosto foi escolhido para o assalto.

Articulou Angelim seu dispositivo em duas colunas. A primeira para atacar o Largo das Mercês cobrindo-se face a rua de Santo Antonio e dos Mercadores (João Alfredo) contra elementos que marchassem do Palácio em socorro do Trem. A segunda, que iniciaria a ação, estendia-se pela rua da Indústria (atual Gaspar Viana).

O ataque à posição desenvolveu-se com extraordinária violência. Iniciado pela madrugada do dia 16, alcançava a noite sem que as sucessivas vagas de assaltantes que se lançavam sobre a posição conseguissem dominá-la. A heróica e sistemática defesa do seu comandante o Capitão Joaquim Rodrigues de Andrade repelia os sucessivos ataques cabanos provocando grande número de claros nas fileiras insurretas.

Na madrugada de 17 os navios de guerra vêm em socorro dos defensores do Trem e bombardeiam as colunas atacantes.

O Marechal Manoel Jorge considerando a situação, após nove dias de combates na cidade, julgou-a insustentável. Dispunha apenas das posições do palácio, Seminário, Forte do Castelo e do Trem, mesmo assim em condições precaríssimas com efetivos mínimos e cercadas essas posições pelas casas próximas ocupadas pelos insurretos que as dominavam com seus fogos.

O bombardeio feito à cidade pela força naval fôra mais danoso ao Governo do que aos insurretos.

A exigüidade das guarnições não permitia desembarcar reforços e as deserções não tinham conta.

Além de tudo a inexistência de víveres levava pela fome a população ao desespero e à anarquia.

Decidiu então o presidente transferir a sede do governo para bordo da fragata "Campista" e evacuar toda a tropa e o povo, que lá coubesse, para todos os navios surtos no porto. Os defensores do Trem foram alertados da decisão pelos navios da força naval. A 22 é realizada a operação.

Percebendo a impossibilidade de manter numerosas famílias e a tropa a bordo dos navios o Marechal Manoel Jorge facilita a retirada daquelas para o interior e instala a tropa na ilha de Tatuoca.

A 23 de agosto de 1835 os cabanos são novamente donos de Belém.

— O 3º Governo Cabano — Angelim.

Vencida a legalidade na capital a insurreição volta a irradiar-se para Vigia, Acará, Moju, Abaeté, Macapá e outros pontos do interior.

Itacuam, à margem do rio Arari em Marajó, Igarapé-Mirim e outras localidades tornam-se centros de movimentos anárquicos como Belém.

A suposição legal de que poderia mobilizar contingentes em Marajó, dissipou-se pela falta de disposição demonstrada nos primeiros encontros com os insurretos na ilha e a defecção generalizada, inclusive entre oficiais.

Sòmente Cametá e Abaeté permaneceriam inexpugnáveis ao ininterrupto assédio cabano.

Em Manaus, um movimento de quartel traz como consequência o assassinio de Bernardo Sena, então exercendo o govêrno local insurreto.

A reacção legal toma corpo na comarca iniciando-se na vila de Ega (Tefé).

Pouco depois, são os cabanos expulsos de Manaus graças à acção decidida de Ambrósio Aires, nomeado então Comandante das armas, e outros. Voltam os insurretos a assediarem a cidade alguns meses após, sendo porém repellidos. Ambrósio Aires prossegue nas operações de limpeza pelas vilas e povoações do interior.

A êsse tempo o Marechal Manoel Jorge comprara 1.000 armas e 10.000 libras de pólvora e requisitara ao govêrno da Regência 2.500 homens, peças de artilharia e 18 embarcações de pequeno calado para navegação fluvial.

Em outubro de 1835, o navio inglês "Clio", que trazia para a firma Campbell da praça de Belém uma carga de armamento encomendada ainda pelo presidente Lôbo de Souza foi saqueado pelos cabanos em Salinas.

Fundeando na costa seu comandante desembarcara à procura de práctico. Em contato com um americano John Priest que ali vivia, o comandante do barco irrefletidamente revelou a natureza de sua carga quando buscava um homem credenciado para realizar a praticagem até Belém. Os insurretos locais, com a cumplicidade ou não do americano, dispondo da informação, assaltam o navio dominando e matando a tripulação e apossam-se da carga.

Em dezembro dêsse ano chegam os primeiros reforços em tropa, suprimentos e navios enviados pelo govêrno central ao Marechal Manoel Jorge na ilha de Tatuoca.

O presidente instala suas novas forças na ilha de Cutijuba. Retoma as atividades expulsando com uma coluna de 100 homens os insurretos que se haviam instalado no Mosqueiro de onde faziam fogo de artilharia sobre os navios que passavam.

Prosseguiu a operação atacando-os, em seguida no Chapéu Virado, com um batalhão apoiado por dois navios de guerra. Realizou uma expedição sobre Vigia com o 2º Batalhão de Caçadores, embarcado em três navios, conseguindo dominar a vila em poucos dias, estendendo a operação pelo litoral, restabelecendo o regime legal a Penhalonga, Veríssimo, Colares, São Caetano, Curuçá e Cintra.

Nessa ocasião é surpreendentemente demitido de suas funções o velho Marechal, sendo nomeado para substituí-lo o Brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréa que só chegaria a Tatuoca a 9 de abril de 1836.

Em março de 1836 uma força naval inglesa, sob o comando do Capitão B. Strong, fundeou na baía de Guajará. Seu comandante, dirigindo-se a Eduardo Angelim, apresenta um protesto formal e ameaçador e exigências descabidas a propósito do incidente de Salinas com o navio "Clio".

Além da indenização da embarcação e da carga, exigia mais a instauração de processo e entrega dos responsáveis e implicados à justiça inglesa bem como o "desagravo da bandeira inglesa, ofendida e desrespeitada — (exigindo) que esta seja arvorada em tôdas as fortalezas da cidade, estando por baixo a brasileira — e que seja cumprimentada com uma salva de vinte e um tiros."

Da resposta altaneira do presidente insurreto vale transcrever o seguinte tópico:

"..... e que jamais os entregarei ao governo inglês sem ordem do governo do Rio de Janeiro, quando o país tem leis para punir os criminosos; e que igualmente não sujeitarei a bandeira da minha nação à humilhação exigida, sem ordem da côrte."

Aproveitando essa oportunidade e outras os ingleses — segundo um contemporâneo daqueles acontecimentos — sugeriram e ofereceram proteção à província, caso fôsse proclamada a separação política do império.

Também por êsse tempo, um missionário protestante Tomás Youd insinuara-se pela região do Pirara, instalando-se junto à tribo dos Macuxi, reunindo-a sob a bandeira inglesa.

O destacamento brasileiro daquela fronteira⁺ fôra solicitado para as operações que se desenrolavam em tôrno de Manaus, abandonando-a temporariamente.

Alegava o missionário inglês a proteção então buscada pelos indígenas para escaparem aos maus tratos e, principalmente, ao recrutamento para as fileiras combatentes, de um e outro lado.

O diligente Ambrósio Aires comandava na ocasião o Forte São Joaquim (próximo a Boa Vista) e auxiliado por Frei José dos Inocentes agiu rapidamente, limitando a progressão do inglês no proselitismo que desenvolvia.

Já então no governo do Brigadeiro Soares de Andréa veio a ordem para intimar o missionário Youd a abandonar o território nacional. Assim compelido, transferiu-se inicialmente para a margem direita do Rupununi e, após nova intimação, deslocou-se para o Essequibo, arrastando porém grande número de adeptos persuadidos pela proteção invocada.

O episódio é relevante para mostrar a coincidência de atitudes por parte da Inglaterra, explorando a difícil situação que a província atravessava.

III — A REPRESSÃO

— O governo do Brigadeiro Soares de Andréa:

A 19 de abril de 1836 chega à ilha de Tatuoca o Brigadeiro Soares de Andréa, nôvo presidente da província e comandante das armas.

Acompanhava-o uma força naval de embarcações apropriadas à navegação em rios — patachos, escunas, brigues — além de navios mercantes, todos conduzindo víveres, equipamento e armamento, além de 400 recrutas para as tropas de linha, retirados das prisões do Rio de Janeiro e da Bahia.

Determinou o General Andréa a exploração imediata da ilha de Arapiranga, mais próxima da cidade, para lá transferindo seu Quartel-General. Ali também organizou um campo de instrução submetendo sua tropa a severíssimo regime de adestramento e disciplina. Isolou completamente a ilha assegurando assim, não só o necessário sigilo das providências que levava a têrmo, como principalmente resguardava a tropa recém-chegada do contato com o ambiente militar dominante.

Inicia as operações buscando a destruição das forças insurretas nos pontos mais próximos à capital em que se haviam fortificado. Mantém a iniciativa das ações, atuando com agressividade, organizando destacamentos combinados operando com forças terrestres embarcadas em navios de sua divisão naval.

Desta forma realiza sistemáticas operações de limpeza expulsando os insurretos, primeiro de Igarapé-Mirim, depois de Viseu, atirando-os para Ourém e Guamá. Afinal destroça as forças cabanas que se haviam fixado no Capim e em Guajará ali reunindo recursos para a luta.

Angelim sentiu imediatamente o efeito desses golpes e a dificuldade, cada vez maior, que encontrava para reduzir a anarquia e exercer a precária autoridade que, pouco a pouco lhe escapava das mãos.

Buscou então a mediação.

O General Soares de Andréa recusou conceder a declaração de anistia pleiteada pelos insurretos, através do bispo D. Romualdo, alegando a medida da competência da Assembléa Geral. Concordeu porém em fazer-se intermediário da petição. Repeliu a pretensão dos cabanos no sentido de suspenderem as hostilidades. Considerou o avisado General que o armistício só caberia entre nações e não de insurretos para governo legal.

Mesmo sob a ameaça de incêndio de Belém pelos cabanos, recusa-se admitir a retirada das forças insurretas de Angelim para o Amazonas de armas na mão, onde se dispunham a aguardar a anistia.

Opõe-se à pretensão indicando um local — a fazenda Carapijó — para recesso dos cabanos naquela emergência e articula suas forças navais para estabelecer o bloqueio dos rios Acará e Guamá.

Impõe condições, suspendendo a mediação conduzida pelo bispo D. Romualdo, quando percebe a intenção de Angelim, no sentido de intimidá-lo.

Angelim compreende a impossibilidade de manter-se em Belém. Tenta romper o cerco com suas forças a fim de reorganizar-se em núcleos de resistência no interior, nos rios Guamá, Capim, Acará e Moju.

A primeira tentativa realizada pela Pedreira encontra violenta e decidida reação. A força naval apoiando força de desembarque destrói os insurretos levando-os a refluir para a cidade em desordem e perdendo toda a capacidade de ação. Tentando mais uma vez a fuga, agora pelo Arsenal de Marinha, são inteiramente batidos escapando os remanescentes para o Acará, entre eles Angelim.

A 14 de maio, após o desembarque do grosso das forças terrestres, o General Soares de Andréa ocupa a cidade abandonada e instala o governo em Belém.

Exercendo em toda sua plenitude os cargos de presidente da província e comandante das armas, dotado ainda de poderes excepcionais por seis meses pelo governo imperial, Soares de Andréa prossegue a repressão das forças insurretas pela ação sistemática militar e policial.

Dispondo a essa altura de uma organização militar disciplinada, instruída e equipada, sob o comando de chefes subordinados de qualidade e tudo muito adequado aos processos de combate e às características do terreno e do inimigo, o general-comandante passaria a empregar esse instrumento por ele forjado com a mesma energia, habilidade e método.

Reduziu os últimos focos no Acará fazendo prender Angelim. Ao mesmo tempo, convocava antigos soldados dos governos irregulares realistando-os. Com os rebeldes que não fossem criminosos organizou corpos de trabalhadores — lavradores, operários e artífices — ocupando-os em trabalho produtivo e indispensável para o soerguimento da província devastada. No exercício de uma administração austera e equilibrada modificou as atitudes do povo absorvendo as facções mais moderadas nas atividades comuns de reconstrução.

Eliminou as derradeiras resistências insurrecionais em Marajó e Oeiras.

No Amazonas, Ambrósio Aires prosseguia suas operações de limpeza na região dos Autazes, onde é morto em ação.

Usando dos poderes extraordinários que lhe haviam sido concedidos o General Soares de Andréa, na impossibilidade de criar três Batalhões de Caçadores um de artilharia de posição e um Esquadrão de Cavalaria autorizados pelo governo imperial, criou na capital um corpo de polícia, em substituição aos permanentes e dividiu a província em nove comandos militares assim constituídos: 1º, todo o município de Belém; 2º, de Vigia (Colares, São Caetano, Cúruçá, Cintra e Salinas); 3º, de Bragança (Viseu, Turiassu e Ourém); 4º, de Marajó (compreendendo toda a ilha); 5º, de Macapá (toda a margem esquerda da foz do Amazonas, até encon-

trar o 1º Comando); 6º, de Cametá (Tocantins), Oeiras, Portel e Melgaço); 7º, de Pôrto de Moz ou Gurupá (limitando com as de Macapá, Marajó, Cametá e Santarém); 8º, de Santarém (limitando com o 7º e com o Alto Amazonas ou Rio Negro); 9º, o de Rio Negro (guarda das fronteiras).

Em abril de 1839 o Brigadeiro Soares de Andréa é substituído pelo Dr. Souza Franco, que encontrando a província inteiramente pacificada solicita a anistia geral para os insurretos. A medida alcança os próprios chefes rebeldes Vinagre e Angelim que, após alguns anos de degrêdo marcados pela lei, vêm a falecer no Pará.

IV — CONCLUSÕES

A despeito de decorridos mais de 120 anos, a Cabanagem, como movimento insurrecional, proporciona ainda ensinamentos de sugestiva atualidade.

Iniciada sob a forma de Guerra Civil — diríamos “localizada” — visando, tão-somente às autoridades constituídas na província e ressalvando, em ocasiões diversas, sua fidelidade ao Imperador e a declarada disposição de manter a província vinculada ao país, a Cabanagem, por outro lado, encontrava sua maior e mais constante exaltação no complexo racial dirigido contra o colonizador estrangeiro encarnado ainda pelas próprias autoridades. Caracterizava-se assim, também, sob a forma de verdadeira Guerra de Libertação, a revolta mais ou menos generalizada de toda a população.

O hipotético Estudo de Situação dos insurretos, apresentado inicialmente, sob a forma esquemática, segundo o método de análise dialética, procurou destacar os principais fatores da discussão, sendo relevantes os que condicionavam a adequabilidade desse tipo de guerra e aqueles outros que apresentavam flagrantes possibilidades de inverterem seu sentido de atuação dadas as contradições do meio e a eventual fragilidade dos organismos institucionais.

Sua eclosão foi condicionada pelo clima de insatisfação dominante, fruto de causas longínquas e difusas, umas; atuantes e irreduzíveis, outras. Todas devidamente aproveitadas e exploradas.

O simples confronto do poder e da opulência com a opressão e a miséria, gerou os germes da revolta que nascia desse sentimento de frustração, alimentado pela omissão rotineira de métodos e regimes ultrapassados pela evolução inelutável de novos conceitos, aspirações e tendências.

O ódio gera a violência — destruidora, incontrollável, intangível por sua própria essência.

A insurreição não dispunha de um Chefe. Não contava também com um plano previamente esboçado.

As posições de liderança, galgadas pela eventual projeção de indivíduos que, se por um lado, gozavam de condições de autenticidade para encarnarem as aspirações da massa da qual emergiam, por outro, não dispunham da ascendência intelectual e moral indispensáveis que afirmassem a autoridade para um exercício pleno de comando e de governo, ainda que sem propósitos seguramente definidos.

A explosão de complexos e reivindicações nem sempre dirigia e fixava seus impulsos para um mesmo objetivo. Ao contrário, a insurreição buscava mais preservar o seu ímpeto apoiando-se apenas na exaltação permanente da massa desordenada e incontrolável. Daí a já limitada capacidade da liderança esgotar-se sucessivamente em tentativas infrutíferas de controle e contenção, toda vez que buscava a unanimidade da consciência popular na adoção de condições mínimas para o exercício da autoridade. Esses percalços inevitáveis cindiam, pouco a pouco, a coesão, não só da massa popular armada, como principalmente, dos chefes que passariam a hostilizarem-se mutuamente e, afinal, a se destruírem.

Do ponto de vista operacional, sem maiores considerações de ordem doutrinária, podemos concluir que os cabanos guardaram uma atitude de defensiva estratégica procurando realizar continuamente condutas táticas ofensivas descentralizadas porém decisivas. Exploraram com habilidade magistral a "guerra de superfície", a guerrilha nos rios, na selva e na cidade, desenvolvendo e aplicando as emboscadas, os ardis, o terrorismo, a propaganda e a ação psicológica na decisão de luta, na manutenção do sigilo, na aliciação de adeptos, transfugas e submissos.

Empenharam-se decisivamente na conquista e posse de Belém tirando real partido de sua manutenção, não só pelo aspecto puramente militar, como principalmente pelo efeito moral do domínio da capital da província e a implantação do governo insurreto.

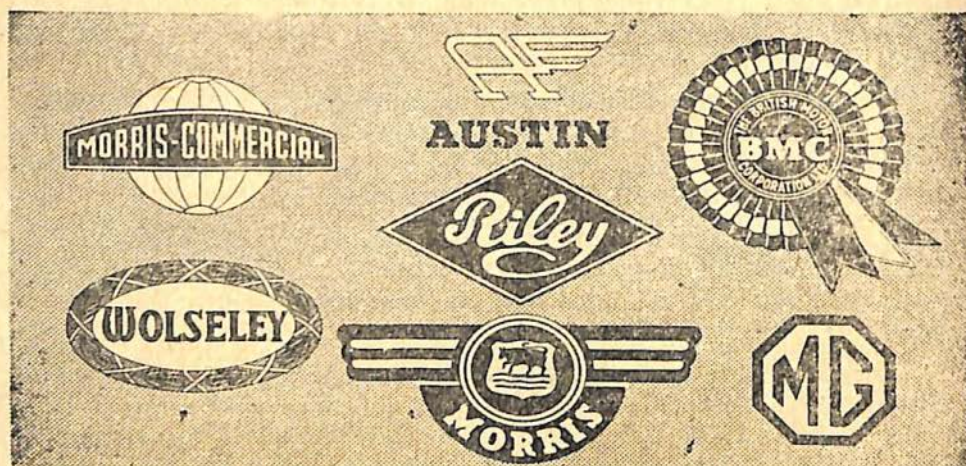
Afinal a repressão. Caracterizou-se pela conjugação acertada da redução e eliminação progressiva das causas da insurreição com uma segura orientação militar inspirada em soluções políticas firmes e coerentes.

Após restaurar as características institucionais do aparelho policial-militar dando-lhe condições operacionais de eficiência e impor os critérios irredutíveis da ordem legal o Brigadeiro Soares de Andréa buscou, pouco a pouco, retirar aos insurretos o apoio popular ativo que desfrutavam. Empregou todas as forças disponíveis em grupamentos combinados — navais e terrestres — adotando processos de combate adequados para capturar e destruir os bandos cabanos, procurando sempre o contato agressivo em operações eminentemente ofensivas.

Erradicados os últimos focos da insurreição, rearticulou suas forças segundo uma adequada divisão territorial, assegurando assim o controle operacional de toda a área.

BIBLIOGRAFIA

- Cel Luiz Lobo — *História Militar do Pará*, Rio, 1943.
- Anísio Jobim — *O Amazonas — sua história*, São Paulo, 1957.
- Arthur C. F. Reis — *Síntese da História do Pará*, Belém, 1942.
- Arthur C. F. Reis — *A Amazônia e a cobiça internacional*, S. Paulo, 1960.
- M. Pinto Bravo — *Curso de História Naval*, Rio, 1959.
- Caio Prado Junior — *Evolução Política do Brasil*, São Paulo, 1947.
- Domingos A. Rayol — *Motins Políticos da Província do Pará*, Belém, 1890.
- J. Hurley — *Belém do Pará sob o domínio português*, Belém, 1940.
- Cel G. Bonnet — *Les guerres insurrectionnelles et revolutionnaires* — Paris, 1958.
- Gen Augusto Fragoso — *Introdução ao estudo da Guerra Revolucionária* — 1959.
- Artigos diversos da "A Defesa Nacional" e do "Mensário de Cultura Militar".



PEÇAS LEGÍTIMAS

Cia.



Av. Oswaldo Cruz, 73/95
tel. 45-8187

R. Camerino, 79/81
tel. 43-4990

R. Bambina, 36
tel. 36-6763

A CAMPANHA DA CORDILHEIRA

Major EVERALDO DE OLIVEIRA REIS

Oficial de EM

Capítulo mais ou menos olvidado, da épica Guerra do Paraguai, tem sido a Campanha da Cordilheira. Um ano foi aproximadamente a sua duração. Incontáveis foram os mortos. Ilustres os chefes. Mas sobre tudo e sobre todos tem caído cerrado silêncio.

O que foi a fase da Guerra do Paraguai chamada "A Campanha da Cordilheira"?

Em dezembro de 1868, após as brilhantes vitórias de AVAÍ, ITO-RORÓ e LOMAS VALENTINAS, recolhe-se ao Brasil o Duque de Caxias. Ocuparam as Fôrças Aliadas a cidade de ASSUNÇÃO. O ditador SOLANO LOPEZ, mobilizando as últimas reservas, guarnece a CORDILHEIRA DE ALTOS e determina uma nova capital: PERIBEBUI. Continuará a luta, à frente agora, de um exército de mais de dez mil homens, que utilizará ao máximo o terreno como aliado.

No dia 16 de abril de 1869, na cidade de LUQUE, assume o comando-em-chefe das Fôrças Brasileiras, em operações no PARAGUAI, GASTÃO DE ORLEANS, Conde D'Eu, Príncipe Consorte.

Desta data até 1 de março de 1870, perseguirá, sem tréguas, o ditador SOLANO LOPEZ. No tempo, será aproximadamente um ano. No espaço, cerca de trezentos quilômetros, balizados pela CORDILHEIRA e pelos cortes do MANDUVIRÁ, do JEJUI do IPANÉ, do AQUIDABÁ e do APA. (Fig. 1)

A estas operações, que se desenrolaram sob o comando do Conde D'Eu, chama a História de CAMPANHA DA CORDILHEIRA.

Procuraremos estudá-la sob um triplice aspecto. Primeiramente a analisaremos, dentro dos aspectos da guerra convencional. Estudaremos, à luz das Doutrinas Clássicas, as suas manobras mais importantes: PERIBEBUI e SANTO ESTANISLAU. Em seguida nos deteremos nos aspectos da Campanha, que nos parecem, sobre interessantes, atuais: são as características de Guerra Irregular, como hoje nós a chamamos. São fatos acontecidos há um século e que se enquadram com exatidão neste, hoje tão falado, tipo de guerra. E crescem de importância, porque desenrolados na América do Sul deles participa o Exército Brasileiro e o faz com invulgar inteligência.

Encerraremos este trabalho com uma análise das qualidades de chefia do então comandante das Fôrças Brasileiras: o Conde D'Eu.

Aspectos regulares da Campanha da Cordilheira: A Manobra de Peribebuí

A — SITUAÇÃO GERAL

1 — Os aliados.

Quando a 16 de abril o Conde D'Eu assumiu o comando das Forças Brasileiras, os aliados, vindos de retumbantes vitórias, ocupavam Assunção e suas cercanias. Reinava, porém, na tropa, uma certa inércia. Após três anos de lutas, a conquista da Capital inimiga parecia a todos o fim há muito almejado, que significaria a volta aos lares. O invicto CAXIAS, já agora em idade avançada, fôra obrigado a retirar-se do comando e do teatro de operações, como aliás já o tinham feito outros ilustres chefes.

O novo comandante, de apenas vinte e sete anos, iria procurar dinamizar as operações. Como ótimo augúrio, conseguira trazer, aos comandos dos Corpos do Exército, dois chefes de primeira água: MANOEL LUIZ OSÓRIO — o Mané Luiz da tropa — e POLIDORO DA FONSECA QUITANILHA JORDÃO.

Nova expedição naval é determinada no MANDUVIRÁ; reitera-se ao General PORTINHO a ordem de abandonar a região de AGUAPEÍ, transpor o PARANÁ e atuar na direção de VILA RICA. Reconhecimentos são acionados na direção geral de SE, e um deles, ao comando do Coronel do Exército Uruguaio, HIPÓLITO CORONADO, atinge IBICUI, causando danos à fundição de ferro aí existente. Para o norte, pela via fluvial, é lançado o Brigadeiro JOSÉ ANTÔNIO CORRÊA DA CÂMARA, agora à testa de força de valor considerável. Busca o Conde D'Eu restringir ao máximo a zona de ação de SOLANO LOPEZ. Dentro desta idéia e já trazendo em mente o prosseguimento das operações, determina o comando-em-chefe, no dia 18 de maio de 1869, o deslocamento dos Corpos de Exército. A 25 de maio, o comando-em-chefe, justaposto ao 1º C Ex está em PIRAIÚ e o 2º corpo está em TAQUARAL.

A expedição CORRÊA DA CÂMARA obtém uma série de vitórias contra as forças do Major GALDEANO.

Na direção sudeste nova expedição é mandada. Comanda-a o General JOÃO MANUEL MENA BARRETO que recebe a missão de reunir as numerosas famílias que consta existir nas proximidades de VILA RICA e IBITIMI e subtraí-las ao domínio de LOPEZ; completar, se necessário, a destruição da fundição de IBICUI e reconhecer o terreno ao sul da posição de LOPEZ. Foi então a fundição destruída e a coluna expedicionária regressou, acompanhada por milhares de pessoas, após vencer todos os encontros com o inimigo e conquistar dois estandartes, no desfiladeiro de SAPUCAÍ.

A par destas ações, contínuos reconhecimentos eram levados a efeito sobre a cordilheira.

2 — Os paraguaios.

Após os acontecimentos de dezembro de 1868, LOPEZ dirigira-se para a CORDILHEIRA, onde anteriormente já instalara nova capital: PERI-

BEBUI. Determinara a instalação de uma nova fundição, às margens da lagoa IPACARAÍ e estendera, então, a velhos e crianças o recrutamento militar. A CORDILHEIRA começaram a afluir outros chefes de categoria, entre os quais o General CABALLERO. O moral da tropa, se não mais era excepcional, ainda era muito bom. Inexplicavelmente, LOPEZ mantém-se numa defensiva estática na linha ALTOS-PERIBEBUI (Fig. 2), deixando a defesa do flanco Este da Posição muito a desejar.

Mantinhm ainda os paraguaios, no território, fora da posse das Forças Aliadas, inúmeras partidas, destacamentos de valor variável, com a finalidade de carrear recursos materiais para a Cordilheira, em particular gado.

B — INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1 — Terreno (Figs. 1 e 2).

As operações ir-se-iam desenvolver inicialmente na região da chamada CORDILHEIRA, que se estende na direção NW-SE desde EMBOSCADA até o vale do TEBICUARI. Limitavam-na pelo sul, a lagoa de IPACARAÍ e o rio PIRAIÚ, no vale do qual corria a estrada de ferro existente na região, que ligava ASSUNÇÃO a PARAGUAI, já estando o traçado da mesma delineado até VILA RICA, atingindo os trabalhos de atêrro a localidade de SAPUCAÍ.

Concomitantemente com a ferrovia, corria a estrada de rodagem, muitas vezes cortada pelos trilhos dessa.

Eram as seguintes as estações da estrada de ferro: TRINIDAD, LUQUE, AREGUÁ, PATIÑO-CUE, TAGUARAL, PIRAIÚ, CÉRO LEON e PARAGUARI. Como localidade importante alinhavam-se: ALTOS, ATIRÁ, CAACUPÊ, ASCURRA e PERIBEBUI, esta agora já designada Capital.

O acesso à CORDILHEIRA limitava-se, em princípio, aos seguintes passos e desfiladeiros: (Fig. 2) o desfiladeiro de VALENZUELA, que a par de oferecer boas condições de acesso, assegurava a ligação entre os departamentos da CORDILHEIRA e o de VILA RICA, ou de modo geral, assegurava a SOLANO LOPEZ a ligação com a parte meridional do PARAGUAI; a subida de MBOBICUÁ, sobre a qual não se possuíam suficientes informações; a subida de MBOCAIATI, com razoáveis condições de transitabilidade (nas proximidades da localidade de PARAGUARI); o desfiladeiro de CÉRO LEON, quase intransitável, de todos, o de pior acesso; o desfiladeiro de ASCURRA, pedregoso, rodeado de precipícios, de acesso difícil, em particular para a cavalaria, largo na parte inferior e estreitando-se à medida que subia; o desfiladeiro de ATIRÁ, de solo menos pedregoso, porém de fácil defesa, já que fôra aberto em espessos matos; a subida de EMBOSCADA, de ótimo acesso e de razoável amplitude, permitindo até que se manobrasse em face de pequenas resistências.

C — SITUAÇÃO DOS MEIOS

1 — *Fôrças Aliadas.*

Vejamos a organização dada pelo Conde D'Eu às Fôrças Brasileiras, para execução da MANOBRA DE PERIBEBUÍ, e como se apresentaram os nossos aliados e também agora a Legião Paraguaia, já lutando sob bandeira própria, ao nosso lado.

A massa de manobra, à qual caberia a ação de desbordamento, seria constituída pelos dois Corpos de Exército Brasileiro. O Primeiro ao Comando do bravo General OSÓRIO, de constituição equilibrada em Infantaria e Cavalaria, dispondo de apoio de Artilharia e Engenharia, bem como de Elementos de Transporte. Nêle estavam incluídas a Legião Paraguaia, ao comando de PABLO RECALDE, e o Contingente Oriental sob as ordens do General HENRIQUE CASTRO.

O 2º C Ex marchará subordinado ao eficiente POLIDORO; como o Primeiro, está eqüitativamente composto de Infantaria e Cavalaria e tem apoios de Artilharia e Engenharia. Não enquadrará, contudo, Elementos de Transporte. A êle subordinar-se-á a Divisão Argentina do Coronel LUIZ MARIA CAMPOS.

Para os movimentos iniciais será constituída uma Fôrça de Segurança, diretamente subordinada ao Comando-Geral: a Flancoguarda de JOÃO MANUEL MENA BARRETO, cuja composição será básicamente de Cavalaria.

Para ação frontal no vale do PIRAIÚ, lado a lado com os argentinos, permanecerá o Destacamento do General JOSÉ AUTO GUIMARÃES, sob o Comando-Geral do General EMÍLIO MITRE. Ao comando do General JOSÉ AUTO ficará subordinada a guarnição de ASSUNÇÃO.

Apresentaram os aliados um efetivo de 33.000 homens dos quais 21.000 constituiriam a massa de desbordamento.

2 — *O Exército Paraguaio.*

Ao iniciar-se a CAMPANHA DA CORDILHEIRA, LOPEZ montara a defesa daquela posição, com um efetivo de 13.000 homens apoiados por 18 peças de artilharia, peças estas que poderiam ser aumentadas, já que um arsenal fôra estabelecido em ALTOS e uma fundição em CAACUPE. Com El Supremo estavam os Generais RESQUIN e CABALLERO. O dispositivo adotado deixava a desejar, como demonstraram posteriormente os acontecimentos. Visava primordialmente à defesa do desfiladeiro de ASCURRA, onde se concentrava a maioria de meios. CÉRO LEON, ALTOS e PERIBEBUÍ também apresentavam razoáveis efetivos. O flanco direito da posição, sôbre o qual incidia o desfiladeiro de VALENZUELA, apresentava-se fracamente defendido.

Conservavam os paraguaios, nas áreas ainda fora do contrôlle aliado, destacamentos à base de Cavalaria, com os quais buscavam carrear

meios, particularmente gado. Dentre estes, salientavam-se o do Major GALDEANO, que operava ao norte do JEJUI e do Coronel ROMERO que se mantinha no Distrito de VILA RICA.

Procuravam também, continuamente, os nossos adversários de então, realizar pequenas incursões na ferrovia, tentando prejudicar-lhe o funcionamento, particularmente destruindo-lhe as obras de arte. A par destas ações "irregulares" atentadas eram praticadas contra aqueles que isoladamente afastavam-se dos acampamentos aliados: era a ação dos chamados "bombeiros".

Se fôssemos enumerar hoje as possibilidades do inimigo de então, fariamos assim:

— Defender a Cordilheira, em particular nas regiões de ASCURRA, CÉRRO LEON, ALTOS e PERIBEBUI, com o valor de até 13.000 homens apoiados por bôcas de fogo.

— Atacar, com todo ou parte do valor acima referido, procurando isolar o grosso das Fôrças Aliadas de suas bases de abastecimento: PIRAIÚ e ASSUNÇÃO.

— Reforçar as ações acima, a qualquer momento, em particular com o Destacamento GALDEANO.

— Atuar contra o nosso Flanco em particular com o Destacamento ROMERO.

— Retrair para o Norte, internando-se cada vez mais, de molde a novamente ameaçar o território brasileiro, ou permitir a internação de LOPEZ na BOLÍVIA.

— Realizar ações irregulares contra as Fôrças Aliadas, em particular contra a ferrovia ASSUNÇÃO — PARAGUARI.

D — SITUAÇÃO PARTICULAR

1 — *Decisão do Conde D'Eu.*

A decisão do Conde tomada no Conselho reunido em PIRAIÚ, no dia 7 de julho de 1869, foi antecedida pela realização de completos "estudos de situação", quer pelo General EMÍLIO MITRE, quer pelo General OSÓRIO. O estudo destes documentos constitui leitura deveras interessante para os que se dedicam à profissão das armas.

A título de curiosidade, vamos apresentar como "linhas de ação" as propostas apresentadas por aqueles chefes.

Linha de ação do General EMÍLIO MITRE: Atacar frontalmente pelos desfiladeiros de CÉRRO LEON, ASCURRA e CABAÑAS. Atacar também pela subida de MBOCAIATI para apossar-se de PERIBEBUI e pela subida de EMBOSCADA para apossar-se sucessivamente de ALTOS, ATIRÁ e CAACUPE.

Linha de ação do Marquês de HERVAL: Atuar por VALENZUELA para apossar-se sucessivamente de PERIBEBUI e ASCURRA. Atacar

também frontalmente pelos desfiladeiros de MBOCAIATI e CHOLOLÓ. Esforço na ação por VALENZUELA.

De posse das duas opiniões acima enunciadas, reunidos os mais distintos chefes militares: MITRE, OSÓRIO, POLIDORO E ELISIÁRIO, tomou o Comandante-em-Chefe a decisão abaixo, que procuraremos expressar em linguagem mais condizente com a terminologia militar presente, evitando porém desvirtuá-la.

“Atuar por VALENZUELA (Fig. 2) para cortar a retirada do inimigo, apossando-se sucessivamente de PERIBEBUI e ASCURRA.

Nas atuais posições fixar também o inimigo em condições de cooperar com a ação principal.”

2 — *Missão dos elementos subordinados.*

Poderia ser anunciada nestes termos:

a) 1º C Ex: OSÓRIO:

Atuar na direção PARAGUARI — VALENZUELA, quer pela subida de MBOBICUÁ, que deverá ser reconhecida, quer pelo desfiladeiro de SAPUCAÍ.

b) 2º C Ex: POLIDORO:

2º Escalão.

c) Destacamento JOSÉ AUTO (enquadrado no comando do General EMÍLIO MITRE).

Manter as atuais posições, de molde a assegurar o funcionamento da linha férrea; em condições de cooperar com a ação principal.

d) Destacamento JOÃO MANUEL MENA BARRETO:

Atuar na direção PIRAIÚ — IBITIMI, apossando-se sucessivamente de CÉRO PORTEÑO, do PASSO DA CRUZ, do cruzamento PIRAIÚ — VILA RICA e finalmente da localidade de IBITIMI, onde deveria chegar até 4 de agosto, de molde a cortar a retirada de ROMERO ou pelo menos dificultar-lhe a junção com LOPEZ.

Com data de trinta de julho, foram enviadas instruções ao Comandante-Geral da artilharia Coronel EMÍLIO MALLET e ao Coronel RUFINO ENEAS GUSTAVO GALVÃO, chefe da Comissão de Engenheiros.

E — *ESTUDO DA MANOBRA DE PERIBEBUI*

Conceituada a manobra, quer pelo entendimento da DECISÃO em si, quer pelas MISSÕES que foram atribuídas aos comandos subordinados, analisemo-la agora, em face dos fatores clássicos de uma DECISÃO.

1 — *Missão.*

Qual a missão que se impunha ao Exército Aliado? A guerra, de acordo com o Tratado de Tríplice Aliança, não era feito ao povo paraguaio e sim ao ditador. Para terminá-la era mister, portanto, que LOPEZ

desaparecesse do cenário político do país, que contra nós se mantinha em armas. Isto só poderia ser possível, capturando-o numa manobra audaciosa que implicasse praticamente na destruição das forças que lhe permaneciam fiéis. Diremos, pois, que se impunha às Forças Aliadas a tarefa de capturar ou destruir o Exército Paraguaio. Para realizá-la, teríamos que (missões deduzidas):

- Isolar a CORDILHEIRA DE ALTOS;
- Destruir ou capturar o inimigo nela existente.

2 — *Comparação entre as ações acima admitidas e as missões atribuídas pelo Conde D'Eu aos elementos subordinados.*

a) Isolar a CORDILHEIRA DE ALTOS: possuíam os aliados total domínio da navegação do rio PARAGUAI, o que praticamente a isolava por W; a manutenção de um efetivo aproximado de 12 mil homens no sopé da Cordilheira, efetivo dentro do qual estava incluído o Destacamento JOSÉ AUTO, assegurava o isolamento pelo sul; a direção de atuação do 1º C Ex, PARAGUARI — VALENZUELA, completava o isolamento por SE, já que interceptaria a única ligação entre a CORDILHEIRA e o DEPARTAMENTO de VILA RICA; a conquista de PERIBEBUÍ e ASCURRA coroava este desiderato.

b) Capturar ou destruir o Exército Paraguaio: o tipo de manobra adotada pelo Comandante-em-Chefe era de molde a possibilitar a execução de uma operação de cerco, quando para tal se apresentasse um clima propício. O grosso das forças, os 1º e 2º Corpos, constituiriam a "fôrça de cerco" enquanto ao Destacamento EMÍLIO MITRE caberia o papel de "fôrça de pressão direta".

3 — *Terreno.*

O terreno foi sempre uma incógnita para o Alto Comando Aliado durante toda a Guerra do Paraguai. O Duque de Caxias valeu-se até da aerostação, no afã de conseguir informes que lhe permitissem montar com segurança as manobras combinadas.

E quanto mais nos interiorizávamos no território inimigo, mais aumentavam as nossas dificuldades neste aspecto.

a) Vias de Acesso: atuavam as Forças Aliadas com os seus grossos, pela via de acesso mais longa (PARAGUARI — VALENZUELA). Era, entretanto, uma via de fácil acesso, superada apenas por duas outras: a de ATIRÁ e a de EMBOSCADA. Apresentava ainda outra particularidade interessante: tudo indicava que não estava defendida.

Entretanto, não abandonaram os aliados a possibilidade de também atuar nas outras vias, pois sobre elas estava prevista a realização de ação secundária.

b) Acidentes capitais: VALENZUELA. A ocupação de VALENZUELA isolaria a Cordilheira dos diversos Departamentos do sul do país. PERIBEBUÍ — ASCURRA: a ocupação destas duas localidades concretizaria o isolamento da Cordilheira pelo N.

4 — *Inimigo.*

Responderia a manobra montada pelo Conde D'Eu as possibilidades que emprestamos ao inimigo? Vejamos:

a) Possibilidade de defender as atuais posições em particular nas regiões de ASCURRA, CÉRRO LEON, ALTOS e PERIBEBUÍ.

A manobra montada pelo Comando-em-Chefe, que se valera de informes fornecidos por "passados", incidia com o esforço sôbre a região que LOPEZ, inadvertidamente, deixara praticamente sem defesa.

b) Atacar de modo a isolar os nossos grossos das bases de suprimentos.

O Plano adotado mantinha, no sopé da Cordilheira, o Destacamento EMÍLIO MITRE, com um efetivo aproximado de 12 mil homens, inicialmente, em atitude defensiva, e com a missão precípua de assegurar o funcionamento da ferrovia ASSUNÇÃO — PARAGUARI.

Vê-se, pois, que dificilmente êste ataque teria êxito.

c) Reforçar as ações previstas...

Contra esta possibilidade de refôrço, que o inimigo poderia concretizar no curso de nossa ação, prevenira-se o Conde D'Eu ao completar a determinação feita a MITRE, de cooperar com o esforço "logo que êste, tendo tomado a retaguarda do inimigo, devesse atacar" e quando diz ao Brigadeiro JOSÉ AUTO DA SILVA "que só deveria atacar quando recebesse o aviso do Comando-em-Chefe brasileiro, que chegara o momento oportuno, *exceto se o som do canhão indicar que o grosso do Exército se encontra empenhado num combate geral*".

d) Retrair para o Norte:

Procura o Conde cobrir-se contra esta possibilidade, valendo-se ao máximo do fator surpresa. Inúmeros reconhecimentos à viva força foram feitos frontalmente à Posição, de modo a iludir os paraguaios sôbre a nossa verdadeira intenção.

e) Atuar contra nosso flanco, em particular com o Destacamento ROMERO.

A existência do Destacamento JOÃO MANUEL MENA BARRETO, com a função precípua de cortar a retirada das forças de ROMERO, ou pelo menos de impedir-lhe a junção com o grosso na Cordilheira, respondia cabalmente a esta ameaça.

f) Realizar ações irregulares contra as nossas forças...

A manutenção da ferrovia, sôbre a qual deveriam incidir particularmente as ações irregulares, como já vinha acontecendo, era missão específica do Destacamento MITRE. Além disso, de há muito que o Comando-em-Chefe se vinha preocupando contra os atentados que se vinham sucedendo contra indivíduos ou pequenos grupos, tanto assim, que desde 15 de maio de 1869, isto é, um mês e um dia após assumir o comando,

determinara: "os comandantes de Corpo de Exército proibissem terminantemente às suas praças o afastamento além dos limites marcados pela boa audição dos toques de corneta".

E — CONCLUSÃO

Do que se estudou, só há uma conclusão a inferir: a manobra de PERIBEBUÍ foi uma bem delineada manobra de flanco, na qual se procurou, por um "desbordamento", destruir na CORDILHEIRA o Exército Paraguai.

Combinou-se inicialmente atitudes de dois agrupamentos, um fixando e o outro buscando o flanco desguarnecido da posição adversária, para se passar posteriormente a uma combinação de direções. Explorou-se habilmente o terreno, de vez que se abandonava a via de acesso mais curta e mais favorável à progressão, para se buscar "surpresa" pela utilização da que conduzia ao ponto mais vulnerável da posição.

Sem favor podemos reafirmar que PERIBEBUÍ foi uma bem delineada manobra de flanco, clássica manobra, na qual se procurou surpreender o adversário, sem contudo, em nenhuma ocasião, abrir mão da segurança necessária.

Vejamos se os fatos sancionaram o planejamento.

F — EVOLUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS

A 28 de julho, o Destacamento JOÃO MANUEL MENA BARRETO iniciou o deslocamento. A 1 de agosto, foi a vez do 1º Corpo, seguido 24 horas depois pelo Segundo. De acordo com as ordens recebidas, mandou OSÓRIO verificar a subida de MBOBICUÁ e viu-se então que a mesma não se prestava ao deslocamento de grandes efetivos. Continuou pois a marcha, no sentido W-L. O 1º Corpo penetrou no Desfiladeiro de SAPUCAÍ, reduzindo as residências lá encontradas. A 7 de agosto, atingia-se a Estrada de VALENZUELA (Fig. 2), com os Corpos de Exército ainda escalonados em profundidade, mas já agora, com o Destacamento JOÃO MANUEL incorporado ao 2º Corpo de Exército. Em fim de jornada alcançou-se VALENZUELA, onde se estacionou. A localidade foi encontrada deserta. Às 06,30 horas do dia seguinte, 8 de agosto, prosseguiu-se sobre PERIBEBUÍ. Marchou-se toda jornada deste dia e no fim da de 9, cobriu-se o Conde D'Eu, lançando na direção de BARRERO GRANDE a 1ª DC, ao comando do Coronel OLIVEIRA BUENO, a qual posteriormente reforçou. No dia 10 de agosto, o Exército Aliado defrontou-se com PERIBEBUÍ. A localidade estava defendida por uma trincheira e artilhada com dezoito canhões. Na praça estavam 1.800 homens ao comando do Ten-Cel PABLO CABALLERO. Às 06,30 horas de 12 de agosto, desencadeou-se o bombardeio e às 08,30, ao toque de avançar, três colunas progrediram sobre a cidade, com engenheiros e infantes atuando em perfeita coordenação. Às 08,45 horas, os primeiros brasileiros entraram em PERIBEBUÍ. Os paraguaios perderam 1.800 homens dos quais 700 mortos. Perderam também, além de toda artilharia, doze bandeiras.

As baixas aliadas somaram apenas 498 homens, dentre os quais estava o bravo Brigadeiro JOÃO MANUEL MENA BARRETO, cuja memória a Pátria imortalizou, ao denominar de JOÃO MANUEL, o atual 2º RC, de parada na cidade de SÃO BORJA. Cidade na qual, a 10 de julho de 1865, o heróico MENA BARRETO, como Tenente-Coronel, enfrentou, pela primeira vez, os paraguaios, que após transpor o rio URUGUAI invadiam o BRASIL.

No combate de PERIBEBUÍ, foi OSÓRIO, mais uma vez, o herói da jornada. SOLANO LOPEZ ainda desta feita não foi encontrado: não estava no meio dos seus bravos e leais soldados. Permanecera em ASCURRA e ao tomar conhecimento da derrota, escapou-se na direção NE, buscando alcançar CARAGUATAÍ. Para tanto, articulou sua tropa de ainda doze mil homens, em dois grupamentos de aproximadamente seis mil homens. A vanguarda, com a qual se deslocava o próprio marechal era comandada por RESQUIN e a retaguarda era comandada por CABALLERO.

Conquistada PERIBEBUÍ, cortada estava a possibilidade de EL SUPREMO dirigir-se para leste. Ao Conde Gastão acudiam duas ordens de idéia. Poderia, mantendo PERIBEBUÍ, lançar-se com a maioria dos meios sobre BARRERO GRANDE, enquanto o Destacamento MITRE seria acionado sobre TOBATÍ. Era uma manobra ousada, mas que coroada de êxito cortaria a possibilidade de LOPEZ evadir-se para o Norte.

Poderia, também, procurar decidir a luta na região de ASCURRA, apossando-se de CAACUPÊ e fechando conseqüentemente tôdas as saídas de ASCURRA.

Ao meio-dia de 13 de agosto, após determinar novo deslocamento da 1ª DC, que refluía de BARRERO GRANDE durante os acontecimentos de 10 de agosto, para aquela localidade, em missão de cobertura, determinou o Comando-em-Chefe o deslocamento do grosso na direção de CAACUPÊ, com o 1º C Ex na Testa e o 2º C Ex fazendo a retaguarda.

A 15 de agosto, tem conhecimento o Conde, que na véspera, LOPEZ abandonara ASCURRA. Determina, então, que o 2º C Ex retroagisse; com o 1º C Ex prossegue sobre CAACUPÊ, que alcança ainda, às 13,00 horas daquele dia e onde estabelece contato com o Destacamento EMÍLIO MITRE, utilizando-se da subida de ASCURRA. Criava-se, assim, para o Exército Aliado uma nova rota de suprimento. Em CAACUPÊ ainda são encontrados elementos de CABALLERO, mas a perseguição que se impunha não é realizada, pois o estado da cavallhada não mais o permitia.

As seis horas e um quarto do dia 16 de agosto, o 1º C Ex, agora ao comando do Brigadeiro JOÃO LUÍS MENA BARRETO, já que naquela manhã o Tenente-General OSÓRIO se retirou para ASSUNÇÃO, em conseqüência do agravamento dos seus males, marchou para o Norte, pela estrada que passava por NU-GUAZU. Lançavam-se assim os dois Corpos, em movimento convergente sobre CARAGUATAÍ. O 2º Corpo, ao comando do Marechal VITORINO, desde o dia 15, deslocara-se na direção geral, PERIBEBUÍ — BARRERO GRANDE — CARAGUATAÍ,

e o 1º Corpo, com o qual marchava o Comando-em-Chefe, na direção acima descrita. (Fig. 2)

As duas estradas por onde marchavam os Corpos de Exército encontravam-se na Picada de CAAGUIJURU, fazendo um "V" (Fig. 3). Nas proximidades deste "V", a que vinha de CAACUPE, cortava inicialmente o arroio IUQUIRI afluente do PERIBEBUÍ e em seguida, o próprio PERIBEBUÍ.

Às sete horas de 16 de agosto, o 1º Corpo começa a ouvir o troar da artilharia do 2º C Ex. Às oito horas, ao desembocar num campo limpo, próximo ao arroio IUQUIRI, a vanguarda estabelece contato com o inimigo. O grosso, composto de três Brigadas de Infantaria, alivia a mochila e cerra em "marche-marche". Inicialmente, a 6ª e a 2ª atacam frontalmente o inimigo, que manobra agora, procurando o "passo". A 8ª Brigada ataca o flanco direito da tropa de CABALLERO. O combate é renhido. O Coronel PEDRA, Comandante do grosso, ao tentar atravessar o arroio, é lanceado no pescoço, caindo n'água. Salvou-se milagrosamente.

A uma hora e quarenta e cinco da tarde, a 4ª Brigada de Cavalaria, que naquele dia fazia a retaguarda, chegou à frente e ataca o flanco esquerdo paraguaio, já na margem oposta do IUQUIRI, estabelecendo contato com as forças do 2º Corpo, às margens do PERIBEBUÍ.

O que se vinha passando com o 2º Corpo?

Às sete da manhã a vanguarda do 2º Corpo, ao comando do General CÂMARA, atingira a picada de CAAGUIJURU e tentara, à viva força, apossar-se dela. Sente então CORREA DA CÂMARA que seu flanco esquerdo estava sendo seriamente hostilizado por uma força que se veio depois a precisar como tendo um valor de 2.000 homens e oito (8) bôcas de fogo. Devidamente reforçado por mais uma Brigada de Cavalaria, quatro batalhões de infantaria e oito bôcas de fogo, CORREA CÂMARA atua contra aqueles elementos. Fica assim CABALLERO entre dois fogos. A retaguarda caçada pelo 1º Corpo de Exército no Passo do IUQUIRI e a vanguarda acometida pelo 2º Corpo e lançada sobre a ponte do PERIBEBUÍ.

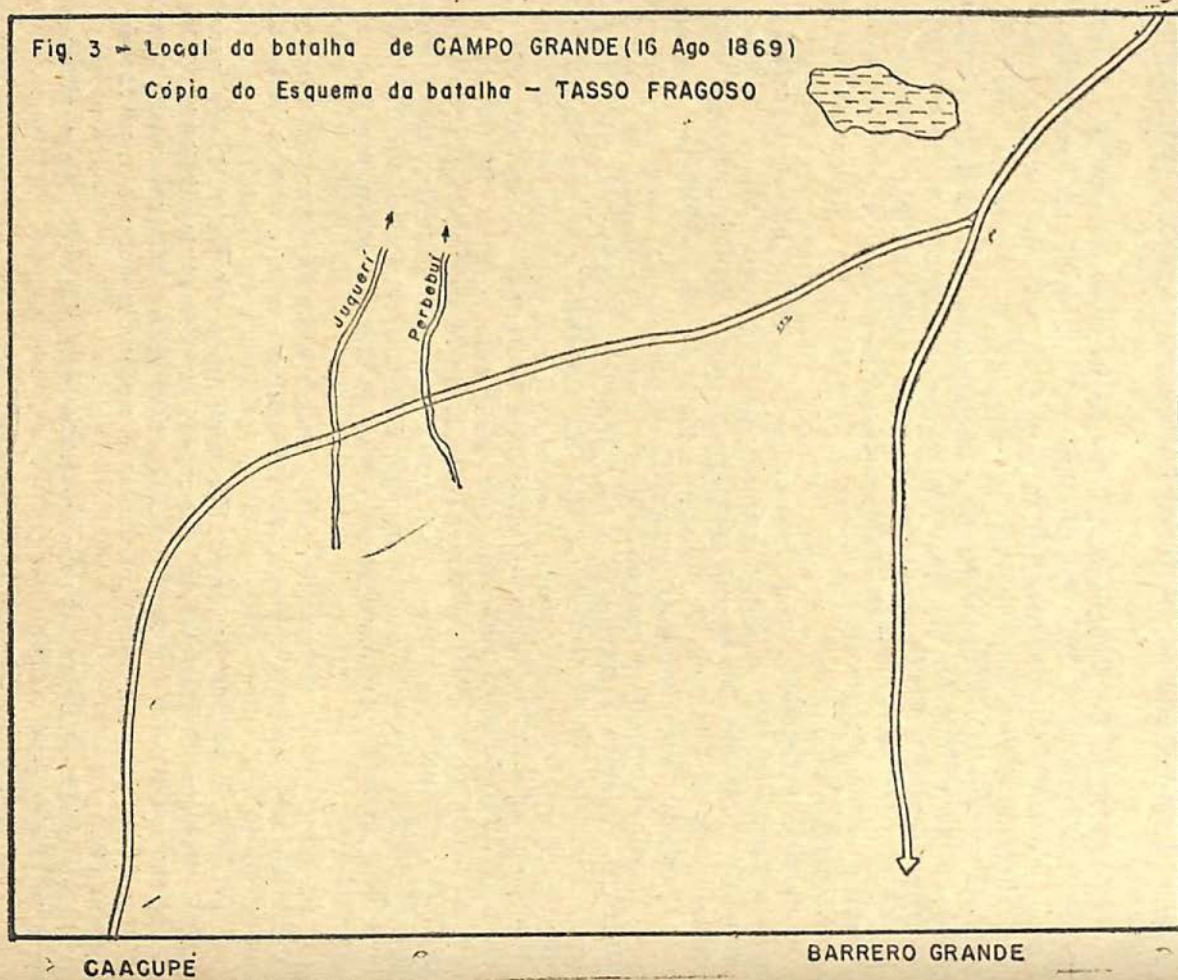
Às quinze horas o combate estava terminado. Às dezesseis horas o Conde Gastão atravessa a ponte do PERIBEBUÍ e se coloca à testa do 2º Corpo de Exército.

Esta foi a Batalha de Campo Grande ou de NU-GUAZU. Os paraguaios tiveram completamente destruído o Corpo de CABALLERO: 2.000 mortos e 1.300 feridos. Perderam quarenta e duas carretas e vinte e três bôcas de fogo; várias bandeiras e muito armamento moderno de infantaria.

CABALLERO "apiou" de sua montada, cavalo assustado e refúgio e a pé fugiu pelo mato.

Mais uma vez, SOLANO LOPEZ escapava.

No dia 18, prosseguem os aliados para o Norte, reforçado agora com o Destacamento EMÍLIO MITRE. Ainda neste dia, o 2º Corpo e o Destacamento MITRE acamparam em CARAGUATAÍ. Foi determinado ao 1º Corpo que se mantivesse em ALFONSO, duas léguas e meia aquém



de CARAGUATAÍ. A 19, o Destacamento MITRE inicia a perseguição, recalcando a 21, nas margens do HONDO, uma força inimiga.

A 22, porém, exaurido, o Destacamento MITRE contramarcha.

Estávamos em fins de agosto de 1869 e a manobra de PERIBEBUI, bem concatenada manobra de desbordamento, fracassara. LOPEZ escapara para o norte do MANDUVIRÁ, acompanhado ainda por 6.000 homens.

A Manobra de São Joaquin

Com o mês de agosto, foram-se também as esperanças do Conde D'Eu, de capturar ou fazer desaparecer do cenário político o Ditador SOLANO LOPEZ e assim pôr termo a tão sangrenta luta.

Nova manobra imagina então o príncipe consorte, em busca deste desejo. Vejamo-la:

A 3 de setembro de 1869, dirige o Conde D'Eu ao comandante interino do 2º Corpo de Exército, Marechal VITORINO JOSÉ CARNEIRO MONTEIRO, um documento do qual procuraremos extrair a missão dos dois Corpos de Exército:

2º Corpo de Exército: Atuar na direção CARAGUATAÍ — SÃO JOAQUIN, devendo antes assegurar a abertura de uma via de suprimento passando por ENCARNACIÓN — VILA RICA.

1º Corpo de Exército: Deslocar-se pelo rio PARAGUAI até a localidade de ROSÁRIO, posteriormente e simultaneamente com a atuação do 2º Corpo, atuar na direção ROSÁRIO — S. ESTANISLAO. (Fig. 1)

Ao mesmo tempo, um destacamento, ao comando de CORREIA DA CÂMARA, pelo rio PARAGUAI atingiria a localidade de CONCEPCIÓN, para, atuando ao norte do rio JEJUI, limpá-lo dos elementos fiéis ao Ditador LOPEZ bem como capturar o gado lá existente e encaminhá-lo aos Exércitos Aliados. Criava-se, assim, mais uma ameaça ao Marechal LOPEZ.

Em correspondência datada de 19 Set 869, estabelece o Conde Gastão mais um comando subordinado. O Comando das Forças ao sul do MANDUVIRÁ.

A situação do Exército Aliado, em fins de setembro, era a seguinte: O 1º Corpo de Exército, novamente ao comando de OSÓRIO, estacionava em ROSÁRIO. O Destacamento CÂMARA ainda não se deslocara para CONCEPCIÓN. O 2º Corpo, agora ao comando efetivo do Marechal VITORINO, ainda permanece em CARAGUATAÍ. Já lançou sobre SÃO JOAQUIN, ao comando do General CARLOS RESIN, um destacamento. Desde o dia 21 que o destacamento se apossou da localidade, mas sofre grandes dificuldades quanto a suprimentos. Entrementes, a Divisão PORTINHO marchou para SE, atingiu VILA RICA e prosseguirá sobre ENCARNACIÓN. O General POLIDORO assumiu o comando das forças ao sul do MANDUVIRÁ.

O que veio a ser este Comando?

Recebia o Tenente-General POLIDORO o comando de todas as forças estacionadas ao sul do MANDUVIRÁ ou que lá viessem a estacionar.

Recebia, diz textualmente a correspondência do Comando-em-Chefe, as atribuições de Comandante de Corpo de Exército; e mais as seguintes: demitir de emprego, qualquer oficial que estivesse debaixo daquela esfera de comando; autorizar oficiais e praças a se recolherem ao Brasil; remover forças; soltar presos; recolher material ao Brasil e por fim "não se descuidar de concorrer para que, quando possível, sejam abastecidas de víveres e forragens as diferentes forças que têm de operar no norte interior desta República".

Assim em 1869, criava o Conde D'Eu um escalão territorial de comando, hoje consagrado, numa medida que se antecipava cerca de cinquenta anos às mais eficientes organizações militares. As atribuições estabelecidas pelo Conde continham em germe todas as previstas no manual "Administração em Campanha", em emprego correntemente na ECEME. Neste se lê: "Zona de Administração" é a parte do TO compreendida entre o limite posterior do TO e o limite posterior da ZC; sua área deve permitir o funcionamento e a defesa em condições satisfatórias, dos órgãos de suprimento, evacuação, transporte, serviços e outros de natureza administrativa, necessários para o apoio da "Zona de Combate". Outras não eram, na ocasião, as instalações existentes ou a criar ao sul do MANDUVIRÁ, particularmente em ASSUNÇÃO e VILA RICA.

Conceituando numa síntese a Zona Administrativa, diremos que ela busca aliviar os comandos empenhados na ZC das tarefas de suprimento e evacuação, bem como guarda as instalações administrativas de maior vulto, necessárias à vida em campanha. As obrigações impostas pelo Comando-em-Chefe ao Comando das Forças ao sul do MANDUVIRÁ, traduzem, sem sombra de dúvida, os conceitos acima emitidos.

Tomava, assim, o Conde D'Eu, em 1869, uma medida que seria muitos anos depois adotada pelos mais poderosos exércitos, e que passaria a ter então caráter de novidade, sendo como tal avidamente incorporada à Doutrina Militar Brasileira.

Na manobra de SÃO JOAQUIN, um outro aspecto está a merecer atenção pormenorizada. Trata-se da missão atribuída ao Brigadeiro JOSÉ ANTÔNIO CORREIA DA CÂMARA.

Não seria a primeira vez que iríamos utilizar o rio como via de acesso para as Forças Aliadas.

Em abril de 1869, já o utilizara o Destacamento BUENO, ao se deslocar pelo rio para atuar contra ROSÁRIO, tendo prosseguido posteriormente até SÃO PEDRO, já então ao comando do próprio CÂMARA.

Agora, porém, a manobra não será uma simples incursão. É um destacamento de 2.600 homens: uma Brigada de Infantaria e duas Brigadas de Cavalaria. A atuação far-se-á agora, não apenas para "apressar" e sim também "descobrir quais as estradas ou picadas, que porventura comuniquem o Departamento de CONCEPCIÓN, com os de IGATIMI e observá-las de modo a obstar que por ali o inimigo consiga retirar-se para os confins setentrional da República, no caso de se ver expulso dos Distritos de CARAGUATAÍ e IGATIMI.

Era, pois, a missão atribuída ao General CÂMARA, uma nítida manobra de envolvimento, delineada com a precisão da letra do regulamento: "procurar contornar e evitar o grosso do inimigo e atingir um objetivo situado profundamente à sua retaguarda. A finalidade desta manobra é forçar o inimigo a abandonar sua posição ou desviar forças importantes para fazer face à ameaça. O inimigo é, então, destruído no terreno escolhido pelo atacante. A força que executa o envolvimento está, normalmente, além da distância de apoio de qualquer outra força terrestre atacante". Ainda no C 100-5 encontramos: "o envolvimento conquistou uma zona vital, situada profundamente à retaguarda, a fim de evitar a retirada e o apoio ou reforço das forças adversárias".

O que se buscava com o Destacamento CÂMARA? atingir pela via fluvial o território de onde LOPEZ ainda poderia carrear recursos indispensáveis à manutenção do exército que lhe era fiel, e cortando-lhe as ligações com o Departamento de IGATIMY evitar-lhe a fuga, levando-o ao desespero e a destruição no Departamento de CARAGUATAÍ.

LOPEZ, porém, mais uma vez escapará. No dia 13 de outubro, atinge o 1º Corpo de Exército, a localidade de S. ESTANISLAO. O ditador não mais foi encontrado. Fugira ao cerco, internando-se mais ainda na direção do norte.

Quatro meses e meio restariam de guerra, que não mais ensejariam grandes batalhas ou manobras de vulto. Ir-se-ia, então, aproveitar o bem lançado movimento do General CÂMARA e prosseguir tenazmente com pequenas frações na perseguição ao EL SUPREMO. LOPEZ continuaria fugindo à luta. Mas, em se aproveitando habilmente do conhecimento que possuía do terreno, obrigaria os aliados a uma verdadeira caçada.

Não terminou, pois, a guerra do PARAGUAI com uma grande batalha que servisse de coroamento a uma bela manobra.

Manobras houve e bem traçadas, permitindo que se diga da capacidade do jovem chefe militar que as idealizou. O adversário, porém, se lançou a uma outra guerra. Guerra feia, se assim se pode dizer, mas tenaz. A tudo, porém, acudiu o Conde D'Eu, que soube aliar à concepção de duas belas manobras: o desbordamento de PERIBEBUÍ e o envolvimento fluvial de S. JOAQUIN, as qualidades necessárias para enfrentar uma guerra, que já se apresentava com característica de GUERRA IRREGULAR.

BIBLIOGRAFIA

- 1) *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai* — Tasso Fragoso.
- 2) *Diário do Exército* — Visconde Taunay.
- 3) *Método para Estudo de um Curso Histórico* — Major Moacyr Pereira.
- 4) N. 29 da Revista NAÇÃO ARMADA.
- 5) *A Campanha das Cordilheiras* — Coronel Antônio José Dias de Oliveira — "Revista do Instituto Histórico" — Primeiro Congresso de História Nacional — Parte V.

ASPECTOS IRREGULARES DA CAMPANHA DA CORDILHEIRA

Afirmamos na primeira parte dêste trabalho, que SOLANO LOPEZ emprestara as últimas ações das forças que lhe permaneciam fiéis, um cunho nitidamente "irregular". É evidente, que não temos hoje como afirmar, se esta conduta foi adotada premeditadamente por El Supremo, ou se foi fruto apenas, da necessidade de autoconservação. Qualquer que tenha sido porém, a causa determinante, em nada fica diminuído o mérito daqueles que o enfrentaram e venceram.

O que é Guerra Irregular? Terá a Guerra Irregular, exclusivamente, como manifestação própria a Guerra Revolucionária ou Insurreccional? Poderá um país mais fraco, enfrentar um outro mais poderoso, sem abrir mão da estrutura legal própria, realizando Guerra Irregular?

A Guerra Irregular é a manifestação por excelência, daquilo que de há muito se vem chamando de Guerra Indireta. Isto é, guerra que busca desgastar o inimigo, material e psicologicamente, evitando tanto quanto possível a batalha. Se êste objetivo é conseguido pela utilização de meios e métodos que fogem à normalidade, admitidos como tal, o armamento e os Princípios de Guerra, da guerra dita clássica ou convencional, temos então a Guerra Irregular.

A Guerra Indireta e o seu corolário: a Guerra Irregular, têm sido através do tempo, a guerra que o mais fraco realizava contra o mais forte; que o invadido fazia contra o invasor. Está presente em tôdas as páginas da História, em tôdas as épocas e em todos os lugares. No século XVII, por exemplo, a chamada Insurreição Geral Pernambucana foi uma manifestação típica dêste tipo de conflito.

No século que estamos vivendo, a Guerra Irregular é uma constante; foi a guerra que na conflagração de 1939, os alemães tiveram que enfrentar em quase toda Europa, que conquistaram mas não puderam dominar; de lá têm se valido os comunistas para consecução dos desígnios de conquista de que estão possuídos. Reveste-se agora a Guerra Irregular de especial matiz: tornou-se Revolucionária ou Insurreccional.

Partindo pois da conceituação inicial de Guerra Indireta e passando pela de Guerra Irregular, vamos chegar a uma definição de Guerra Revolucionária: "Guerra que busca desgastar o inimigo, material e psicologicamente, evitando tanto quanto possível a batalha e utilizando meios e métodos de combate que fogem ao emprego corrente, tudo com a finalidade de conquistar o poder político e destruir uma dada ordem social".

E's pois aí, a inteligência que emprestamos ao conceito tão em voga. Por ela é fácil compreender, que uma Guerra Irregular não será forçosamente uma Guerra Revolucionária e que uma Guerra Revolucionária, excepcionalmente, poderá não ser Irregular.

A guerra será direta ou indireta, regular ou irregular em consonância com a maneira pela qual é conduzida; será revolucionária ou in-

surreccional, se encerrar aspecto político, que justifique esta denominação.

Ainda algumas considerações: os mais exigentes procuram diferenciar a Guerra Revolucionária da Guerra Insurreccional; esta minúcia, porém, não afeta a compreensão do presente ensaio. Dificilmente a Guerra Irregular, por si só, conduz a resultados definitivos; quase sempre exige, a participação oportuna de uma ação militar regular ou a realização de uma intervenção diplomática.

Assim, quando afirmamos que a conduta final do Exército Paraguai na Guerra da Tríplice Aliança, foi uma conduta própria da Guerra Irregular, estamos certos. Em nenhum momento as forças paraguaias procuraram o combate, só o aceitando quando premidas pelos Exércitos Aliados. A ação dos nossos então adversários, caracterizava-se por dois aspectos: a atuação de pequenos elementos, os quais sempre fugiam do engajamento e o estabelecimento de verdadeiros vazios à frente dos Exércitos Aliados, que cada vez mais tendo que marchar em regiões desconhecidas e inóspitas, se viam assoberbados por graves problemas de suprimentos, que lhes tolhiam os movimentos e os aniquilavam pela fome, fome que encontrava na doença e nos anos da guerra, que já se contavam por muito, os seus maiores aliados. Para que não se diga que incorremos em exagero, é oportuno lembrar que no banquete oferecido ao Visconde do Rio Branco em Assunção, quando este para lá transferiu-se, o Major ANFRÍSIO FIALHO usou da palavra para pregar as vantagens do estabelecimento imediato de uma paz negociada. Destarte, após anos de vitoriosas lutas, nos quais avultariam os sucessos de dezembro de 1868, o moral do Exército Aliado ressentia-se em face do tipo de operações que tinha agora de empreender.

Não fiquemos porém nesta análise perfunctória. Examinemos mais detidamente os aspectos da campanha e busquemos ver até que ponto, podemos classificá-los como "irregulares".

Uma Guerra Irregular exige por suas condições peculiares, a presença de um líder, capaz de incutir nos combatentes, um moral que lhes permita enfrentar em condições desvantajosas um exército regular e acutilá-lo sem desfalecimento. O valor dêste chefe avulta, porque aos irregulares, as vitórias quando conseguidas, custam sempre alto preço em vidas; porque nem sempre os feridos podem ser socorridos e os mortos enterrados.

SOLANO LOPEZ foi, inegavelmente, um tirano sanguinário. Sem nos determos na atuação de El Supremo na política interna da brava pátria guarani, fatos como a existência das "destinadas" e do Campo de Prisioneiros do ESPADIM, corroboram a afirmativa acima feita. É inegável porém, que o bravo povo paraguaio manteve-se nas horas de infortúnio, bem mais coeso do que seria de esperar. Guardasse o ditador uma conduta à altura daquela brava gente e teria possivelmente criado uma situação de impasse, com grande desdouro para os países da Tríplice Aliança. Faltou-lhe, contudo, gênio militar e até a coragem,

de que apenas soube fazer alarde ao morrer, mas que nunca esteve presente em outras ocasiões. Se LOPEZ imaginou este tipo de guerra, faltou-lhe capacidade para executá-lo. Se algum êxito obteve, prolongando por mais um ano as operações, deve aos bravos soldados e ao indômito povo paraguaio.

Outro fator de sucesso na conduta de uma Guerra Irregular é a existência de uma apropriada base geográfica, pouco habitada, de difícil acesso e fácil defesa. O norte do PARAGUAY, em particular a CORDILHEIRA, apresentava condições que se ajustavam como uma luva aos desígnios de uma campanha irregular.

Não soube o ditador aproveitar tão útil aliado. Deixou-se ficar estático, esperando sempre, que do inimigo partisse a iniciativa. Batia-se via de regra, quando outra coisa não lhe era possível fazer. É bem verdade que havia a atuação dos "bombeiros"; que os Destacamentos ROMERO e GALDEANO exerciam alguma atividade; que freqüentemente a ferrovia ASSUNÇÃO-PIRAYU era atacada. Muito mais, todavia poder-se-ia ter conseguido, se por exemplo todos os acessos da CORDILHEIRA tivessem sido efetivamente guardados.

É inegável que foi judiciosa a solução adotada, de trazer a luta para a região norte do país, tanto que, quando todos acreditavam que a guerra estivesse finda, ela se prolongou por mais quatorze meses.

Para obtenção do êxito, neste tipo de guerra, é de essencial importância também o apoio da população civil. O estudo imparcial dos fatos demonstra, que mais de uma vez SOLANO LOPEZ enfrentou dissensões, até mesmo com familiares. No início do ano de 1869, já combatia ao lado das Forças Aliadas, a Legião Paraguaia e em agosto daquele mesmo ano, se instalava no país um governo provisório. É inegável todavia, que El Supremo sufocou com violência todas as rebeldias intestinas e manteve o apoio da maioria do povo e da quase totalidade da força armada. Para isto não escolheu processo: matou, intrigou e aliciou, mas conseguiu seu propósito. Esta solidariedade do povo paraguaio àquele governante foi inegavelmente o fator decisivo para que a resistência se prolongasse além do que seria lícito esperar da força humana. Pena é, que o povo fôsse mais digno do que o dirigente.

Falta-nos ainda averiguar, se os processos de combate postos então em prática pelo Exército Paraguaio foram processos regulares.

Como já vimos anteriormente, a Campanha da Cordilheira apresentou aspectos regulares, alguns mesmo contendo belos ensinamentos. De uma certa época em diante porém, os nossos adversários não mais usavam os métodos habituais de combate. Mesmo admitindo-se, que esta foi uma atitude imposta, o fato é que processos irregulares foram postos em prática. Senão vejamos: quem se afastasse dos acampamentos aliados, distância maior que recomendasse a prudência, era morto ou aprisionado por pequenas partidas ou emboscadas. Era a atuação dos que ficaram conhecidos como "bombeiros". Não eram grupos de ação coordenada; inquietavam contudo a nossa tropa e che-

garam a impor ao Comandante-em-Chefe uma recomendação especial aos comandantes dos Corpos. Ativa foi também a atuação dos nossos adversários, contra a ferrovia em funcionamento. Para que se possa ter uma idéia, do valor desta atuação, basta que se diga que entre os dias 26 de maio e 10 de julho de 1869 foram realizadas quatro ações de sabotagem contra aquela vital linha de abastecimento aliada. No dia 26 de maio tentaram incendiar e destruir alguns pontilhões nas proximidades da estação terminal, quando até machados foram apreendidos após a mal sucedida tentativa; no dia 8 de junho foi a vez da Ponte de IBIRAY, que entre outros danos teve vários esteios inutilizados, sem que a guarda da ponte pressentisse o que se estava passando; no dia 3 de julho, nas proximidades da Estação de PIRAYU cinco bombas foram encontradas, sendo que duas chegaram a explodir, embora sem resultado apreciável; menos de 10 dias depois, mais precisamente no dia dez de julho, a tropa argentina encontrou e recolheu duas bombas de fabricação semelhante as já encontradas.

Estes incidentes obrigaram o comando aliado, ao iniciar o deslocamento para a Manobra de PERIBEBUY, a destinar um terço do efetivo disponível para segurança da ferrovia.

Concluindo convém ainda ressaltar, que a própria ação dos destacamentos ROMERO e GALDEANO, visava antes de mais nada estabelecer um vazio em torno das Forças Aliadas.

Nos parece pois, demonstrado à saciedade, que LOPEZ procurou conduzir este final da guerra, nos moldes de Guerra Indireta, com fortes características de Guerra Irregular, inclusive a procura constante de conseguir pressão diplomática sobre o Império Brasileiro, pressão a qual nunca esteve indiferente o Diplomata americano MAC MAHON.

A tudo e a todos venceu o Império do Brasil, graças ao valor daqueles que na ocasião lhe dirigiam os destinos.

E como o Conde D'Eu conseguiu anular os planos de SOLANO LOPEZ?

Providências de duas ordens foram tomadas pelo Comando-em-Chefe: no campo político e no campo militar.

É evidente que não podemos atribuir estas medidas, exclusivamente ao príncipe. Assessorando-o, estava o experimentado e brilhante JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS, ao qual possivelmente devem ser creditadas as medidas de ordem política. Isto em nada desmerece a atuação do jovem general, pelo contrário, é um testemunho da sadia compreensão que o mesmo revelava da alta função cujo desempenho lhe fôra confiado.

Quais as medidas políticas tomadas pela Tríplice Aliança?

A primeira medida de grande alcance, foi a existência, agora de baixo de bandeira própria, dentro das Forças Aliadas de um contingente paraguaio. A Legião Paraguaia, que já se vinha batendo, recebeu

em fins de março de 1869, a bandeira paraguaia, que assim se incorporou às bandeiras aliadas.

O que representou, de perda de prestígio para SOLANO LOPEZ, esta medida, basta que se diga, que por duas vezes o ditador paraguaio oficiou furiosamente ao comando-em-chefe aliado apresentando protesto. No primeiro dos ofícios, datado de 29 de maio de 1869, exige a devoção da bandeira, ameaçando com represálias se não for atendido. Posteriormente, no dia 3 de julho volta à carga, e desta como da outra oportunidade nada consegue.

Das mais positivas, foi a inteligente medida política das Potências Aliadas, de apoiarem a criação de um novo governo, que disputasse ao ditador o título de dirigente legal do povo paraguaio. Desde 31 de março de 1869, que patriotas reunidos em ASSUNÇÃO, designaram uma comissão para estabelecer contato com as potências aliadas e obter permissão para criação de um governo provisório. O Império do Brasil atuou desde logo junto aos outros governos aliados, no sentido de que esta pretensão fôsse bem recebida. A 25 de maio, o Sargento CIRILO RIVAROLA, na vida civil advogado, e que ganhara notoriedade por uma constante atuação contra o tirano, foi aprisionado. Pôsto em liberdade, iniciou RIVAROLA forte atividade política, acompanhada prudentemente pelo comandante da praça de ASSUNÇÃO.

A 2 de junho de 1869, assinou-se o protocolo que estabelecia as condições para o funcionamento do governo provisório paraguaio.

A 15 de agosto o governo estava estabelecido: um triunvirato composto de CIRILO RIVAROLA, CARLOS LOIZAGA e JOSÉ DIAZ BEDOYA.

Como um de seus primeiros atos, quarenta e oito horas após estabelecido, o novo governo declarou LOPEZ: "fora da lei e para sempre banido do solo paraguaio, como assassino de sua pátria e inimigo do gênero humano".

Arrebatava-se ao ditador, o galardão de líder do povo paraguaio e mais do que isto, antepunha-se-lhe, novos, legítimos e legitimados chefes. Em fins de outubro, a quase totalidade do território paraguaio se encontrava sob controle do novo governo estabelecido.

Ainda dentro desta política, de valorizar os genuínos homens públicos aos quais devia caber por todos os títulos, a liderança da nobre nação guarani, oficiou Sua Alteza Real, em 12 de setembro de 1869 ao governo provisório recomendando-lhe que fosse decretada a Abolição da Escravatura.

Os que se preocupam com as características que as guerras vêm apresentando e que procuram estabelecer normas e técnicas para enfrentá-las, não podem deixar de estudar a atividade política exercida naqueles dias, pelo comando das Forças Aliadas.

Digna de meditação é também a maneira pela qual foram conduzidas as operações militares.

A primeira preocupação do comando aliado foi isolar o "refúgio geográfico" no qual LOPEZ se escondera.

Vimos na primeira parte do estudo, que o Conde D'Eu assumiu o comando das Forças Brasileiras no dia 16 de abril de 1869, e desde logo reiterou ao General PORTINHO, a ordem anteriormente dada pelo General GUILHERME DE SOUZA para que transpusesse o PARANÁ e se dirigisse a VILA RICA. (Fig 2). Logo a seguir, no dia 4 de maio duas expedições partem na direção SE: a do Coronel JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES e a do Coronel ANTONIO PEREIRA JÚNIOR, que atingem a linha AREGUÁ-ITAGUÁ-ITÁ. De imediato, o Coronel uruguaio HIPÓLITO CORONADO marcha sobre YBICUY. Buscava-se assim o isolamento pelo sul.

Igualmente, a preocupação de isolar a CORDILHEIRA por Oeste, se fez presente. Procurou-se desde logo, fazer desaparecer toda possibilidade de qualquer navio paraguaio singrar novamente as águas do rio. Determinou-se que uma expedição fluvial subisse o MANDUVIRÁ até onde possível fôsse; obteve-se então, a certeza de que da esquadra inimiga nada mais restava.

Ao assumir a direção do Exército Brasileiro já encontrara o Príncipe atuando ao Norte da CORDILHEIRA, tendo como base a localidade a ROSÁRIO uma coluna comandada pelo Coronel OLIVEIRA BUENO. Resolveu o generalíssimo ampliar o raio de ação desta força, a qual reforça com a 2ª Divisão de Cavalaria, do General Câmara, sob cujo mando ficará agora toda expedição. Ordenou-lhe então o Príncipe, que estendesse sua ação, tomando agora como base a vila de SÃO PEDRO, mais ao norte, que a vila de ROSÁRIO. ♦ ♦ ♦

A decisão que presidiu a manobra de PERIBEBUY é mais um elemento de convicção: "atuar por VALENZUELA para apossar-se sucessivamente de PERIBEBUY e ASCURRA". (Fig. 2).

Para que não se diga porém que a imaginação guiou nossa mente, fazendo descobrir intenções, onde só havia acaso, encerramos este tópico com a transcrição de um trecho do Diário do Exército, referente ao dia trinta de maio de 1869: "Os diversos sucessos que se haviam dado ultimamente, tendiam a apertar o inimigo na zona de montanhas em que ele está metido. No norte uma expedição importante marchava ao encontro de uma coluna paraguaia, cujo fim principal era guardar a linha de recursos que ligava a parte setentrional da república com o departamento da cordilheira; a Oeste ficara, pela ocupação do vale do PIRAIÚ, interceptada a comunicação com o litoral do Paraguai, que poderia, por meio de contrabando, fornecer elementos de resistência, e o Sul estava ameaçado da iminente invasão do General PORTINHO que devia se achar a caminho para VILA RICA, depois de atravessar o PARANÁ. (Fig 2).

Outro aspecto, também tipicamente de combate à Guerra Irregular foi a preocupação de articular os elementos combatentes, em frações, que pelo tamanho e característica, melhor permitissem a realização da

perseguição. Assim, no dia 25 de novembro de 1869 era público em ordem do dia, a reorganização das Fôrças Aliadas. Vale a pena transcrever dois períodos desta ordem, que demonstram nitidamente o pensamento que norteava o Comando: "Atendendo à disseminação das fôrças que resulta da atual fase das operações, fica extinta a denominação de corpos de exército". "Atendendo a que a natureza das operações não permite reunir mais cavalaria senão em massas pequenas em cada ponto, ficam extintas as divisões de cavalaria".

Nos dias atuais um escritor militar brasileiro, MEIRA MATOS, assim descreveu as tropas da contraguerrilha. "Em resumo, dada a natureza do inimigo — tipo infantaria e suas características de combate, mobilidade e fluidez — deverá a tropa encarregada da contraguerrilha, se quiser conservar sua iniciativa tática, adaptar-se às condições peculiares da rasa campanha revelando no combate, pelo menos, igual mobilidade, aliada a muito maior potência de fogo móvel".

Há exatamente um século, travava-se no continente sul-americano um conflito bélico de grandes proporções. Ao fim de cerca de quatro anos de luta, um dos contendores não mais se podendo opor em fôrça, procurou travar uma guerra indireta, com nítidas características de Guerra Irregular, na esperança de esvair o adversário ou de conseguir por uma intervenção diplomática, uma solução que lhe amortecesse o amargor da merecida derrota. O outro contendor porém, pela adoção de inteligentes medidas, quer militares quer políticas, anulou com eficiência tôdas as manobras engendradas. Hoje, olhando para trás, forçados somos a reconhecer o valor militar e político daqueles cuja conduta então, constitue para a nossa geração fonte de estudo, meditação e orgulho.

BIBLIOGRAFIA

- 1) Influências das civilizações nos tipos de Guerra — Ten-Cel SUIRE — Tradução do Cel RAIMUNDO TELES PINHEIRO.
- 2) A técnica e a tática da Guerra Revolucionária — SERZEDELO COELHO.
- 3) Memórias — Visconde de TAUNAY.
- 4) Reminiscências da Campanha do Paraguai — DIONÍSIO CERQUEIRA.
- 5) A Guerra Insurrecional — CARLOS DE MEIRA MATOS.
- 6) Diário do Exército — VISCONDE DE TAUNAY.

O CONDE D'EU, UM CHEFE MILITAR BRASILEIRO

"... o homem é sempre o homem, com os seus defeitos e com as suas qualidades, deixando à história a tarefa de fazer-lhe as contas, para apurar os saldos que medirão a sua benevolência." F. DE PAULA CIDADE.

Ao Conde D'Eu coube o comando das Fôrças Brasileiras, juntamente com o comando em chefe das Fôrças Aliadas, durante a Campanha da Cordilheira.

Quem era êste Conde? LUIZ FELIPE MARIA FERNANDO GASTÃO D'ORLEANS, príncipe francês, neto de um Rei de França, era o espôso da herdeira imperial. Nascido em 28 de abril de 1842, aos seis anos de idade, destronado o rei, conhecia pela primeira vez o exílio. Adolescente, cursou a Academia Militar de SEGÓVIA: bateu-se em MARROCOS, conquistando na Batalha de TETUAN, os galões de capitão, quando ainda não chegara aos vinte anos de idade.

Em dezembro de 1864 casou com a Princesa Isabel, herdeira do trono brasileiro e assim se converteu em príncipe-consorte.

Em setembro de 1865, recém-chegado da viagem de núpcias, pela primeira vez vai ao teatro de operações, acompanhando o Imperador na renção de URUGUAIANA.

No dia 22 de março de 1869 é nomeado comandante em chefe das Fôrças Brasileiras, cargo no qual permaneceu honrosamente até o dia 16 de abril de 1870.

A 17 de novembro de 1889, dirigiu o Conde um officio ao Ministro da Guerra, solicitando exoneração do cargo de Comandante Geral da Artilharia. Exilado mais uma vez estava. Só em 1920 o Presidente EPITÁCIO PESSOA revoga o decreto de banimento e assim, aos setenta e nove anos, pisa novamente o Conde a terra brasileira, no cumprimento da melancólica tarefa de para aqui trazer os restos mortais do último casal imperial.

Em 1922, octogenário, novamente dirige-se ao Brasil para participar do Centenário da Independência. Não lhe será permitido porém, usufruir estas alegrias. Falece em alto-mar, no dia 23 de agosto de 1922, a bordo do navio MASSILA.

Até que ponto, perguntamos, será lícito considerar o Conde D'Eu um soldado Brasileiro?

Era o Brasil, no século XIX uma jovem pátria; da Independência haviam participado, para nossa felicidade, não apenas os que aqui nasceram, mas todos aquêles que amavam a terra acolhedora. Do môço Pedro I, ao homem humilde do povo, a todos a Pátria aceitou, exigindo apenas que a amassem e respeitassem. Não somente aos portugueses; até mesmo aos soldados da fortuna que aqui chegaram e ajudaram a organizar a jovem nação.

Nos idos de 1830, a primeira febre malsã de "nacionalismo" avassalou o país, após a queda de Pedro I. Mas, logo o povo brasileiro reencontrou o natural modo de proceder e as injustiças foram reparadas. O 2º Império, ostenta, não um ou outro chefe militar, nascido em terras alheias, mas uma galeria numerosa, nas Fôrças de Terra e nas Fôrças de Mar. Não seria pois, GASTÃO D'ORLEANS um caso isolado, uma exceção. A República provocou uma onda iconoclasta. Fazia-se necessário destruir tudo que representasse o regime desaparecido e em particular os feitos guerreiros, que não possuíam, é evidente, sabor positivista. Passada a febre, a Nação Brasileira, soube mais uma vez, reverenciar os verdadeiros heróis e reconduzi-los ao altar da pátria. Aproxima-se agora o centenário da Guerra do Paraguai. Sem que isto signifique despreço ao nobre povo guarani, o Brasil deverá aproveitar o ensejo para reverenciar os filhos que naquela luta incruenta prestaram tributo de sofrimento e sangue. E não mais oportuna ocasião haverá, para fazer a GASTÃO D'ORLEANS, a justiça que já tarda, de consagrá-lo, um Soldado do Brasil.

E não estamos sós, ao afirmar que o CONDE D'EU foi um soldado do Brasil. Conosco, está o MARQUÊS DO HERVAL, o bravo "MANÉ LUIS", que assim se expressou: "Brindo o senhor CONDE D'EU, meu companheiro d'armas, pelo seu valor, pela sua coragem e pela justiça com que administrou o Exército. Brindo-o, porque no PARAGUAY deu sempre provas de amar o Brasil e se devotou d'alma ao seu serviço como os brasileiros que lá serviram."

Teria sido porém o CONDE, um autêntico chefe militar? É o que nos propomos provar.

Vejamos inicialmente no C22-10-Princípios de chefia o que é Chefia Militar. Diz o regulamento: "É a arte de influenciar e conduzir homens a um determinado objetivo, obtendo sua obediência, confiança, respeito e leal cooperação. É indispensável ao bom êxito no combate. Como tôdas as outras espécies de chefia é função de qualidades pessoais, que podem ser aperfeiçoadas, e da aplicação de uma técnica que pode ser aprendida". Ainda no citado regulamento encontramos: "Qualidade de chefia é a qualidade pessoal, própria, que concorre para o bom êxito do exercício da chefia".

De que testemunho nos valeremos para estudar a personalidade de GASTÃO D'ORLEANS?

Vamos particularmente nos valer do VISCONDE DE TAUNAY, em duas obras: "O Diário do Exército" e as "Memórias". Taunay foi um áulico no melhor sentido da palavra. Talvez exageremos ao usar a expressão, quando nos referimos à côrte de SÃO CRISTÓVÃO. A família TAUNAY privava indiscutivelmente com a família imperial. O Visconde manteve durante a CAMPANHA DA CORDILHEIRA, o encargo de redigir o "Diário", o que o forçava a uma cerrada convivência com o Conde. Estes fatos não contribuíram porém, para que o depoimento do escritor sôbre o príncipe, fôsse tendencioso; muito pelo contrário, porém; guar-

daram os dois, durante a Campanha, cordiais relações, que escondiam pelo menos por parte do Visconde, gratuita antipatia. Os elevados dotes morais do autor da Retirada da Laguna, nos permitem contudo, aceitar como sincero e interessante o depoimento que nos legou a respeito da pessoa do Comandante em chefe da CAMPANHA DA CORDILHEIRA.

Quais as qualidades de chefia, que definem o chefe? Diz o FN 22-100. — O estudo da vida de chefes militares revela, que muitas das seguintes qualidades são comuns em todos eles.

Integridade;
Cultura profissional e geral;
Coragem física e moral;
Espírito de decisão;
Autoconfiança;
Iniciativa;
Tato;
Sentimento de justiça;
Entusiasmo;
Aparência;
Tenacidade;
Desprendimento;
Lealdade;
Discernimento.

Em que graus estas qualidades são encontradas em GASTÃO D'ORLEANS, particularmente quando exerceu o Comando em chefe das Fôrças Brasileiras? Analisemos.

INTEGRIDADE: íntegro é o chefe que possui indiscutível honestidade e inteireza moral. No Conde, isto foi inegavelmente uma constante. Não apenas, durante a GUERRA DO PARAGUAI, quando até pecou por excesso, no tratamento rigoroso a que submeteu os fornecedores LESICA E LANUS. Não há notícia de uma intriga palaciana, uma negociata, uma trapaça, da qual tenha participado o Príncipe, ou dela se beneficiado.

Homem de caráter reto e de firmes princípios morais, há um documento que o retrata em corpo inteiro. É o ofício que dirige em 17 Nov 1889 a um vitorioso da hora: BENJAMIN CONSTANT:

— “Rogo a V. Exa. me conceda exoneração do cargo de Comandante Geral de Artilharia, que exerço desde o dia 19 de novembro de 1865 e licença para retirar-me do país. Diz-me a consciência que sempre servi à Nação Brasileira, na medida de minhas fôrças e inteligência e procurei guardar justiça com os meus comandados. Dela me despeço saudosamente, assim como de todos os meus camaradas do Exército Brasileiro.

Se não fôssem as circunstâncias que bem contra a minha vontade me obrigam a sair do país e que não são desconhecidas de V. Ex.^a estaria pronto a continuar a servir debaixo de qualquer forma de governo à Nação Brasileira, nação que por tantos anos me acolheu no seu seio,

cumulando-me de honras e enchendo-me de imorredouras saudades e cuja prosperidade e glória serão sempre um dos meus mais ardentes anelos". CULTURA PROFISSIONAL E GERAL: Ao assumir a chefia do Exército Brasileiro em operações, GASTÃO D'ORLEANS era um jovem de 27 anos. Substituiu o mais completo chefe militar do nosso continente ao mesmo tempo que ia comandar generais, cujos bordados se haviam ilustrado em árduas campanhas. O Conde fôra educado na renomada Academia militar de SEGÓVIA. Não possuía é evidente, o tirocinio adquirido pelo exercício do comando, em operações, mas aquela formação inicial regular ser-lhe-ia de muita valia. Na primeira parte deste trabalho, citamos as manobras de PERIBEBUI e de S. ESTANISLAO como capazes de envaidecer o chefe que as concebesse. O fato da primeira ter sido fruto de uma reunião de estado-maior não diminui o valor do chefe, que dentre as propostas que lhe foram apresentadas, soube encontrar a melhor solução. Muito pelo contrário.

Dotado de meticoloso espírito de pesquisa, aliava o Conde ao conhecimento profissional a exata noção das coisas que se passavam ao seu derredor. Desde quando acompanhou o Imperador a URUGUAIANA, observou atentamente todos os aspectos e peculiaridades das Organizações Militares, com que então se deparava pela primeira vez. É evidente que o fruto destas observações, não foi apenas o interessante livro de impressões que nos legou, mas, obviamente, proporcionou ao futuro comandante em chefe, razoável conhecimento da estrutura com que ia lidar.

Côncio do papel de "homem público" era, diz TAUNAY, "de amor sincero ao estudo e consciência no saber".

CORAGEM FISICA E MORAL. É a qualidade mental, que nos permite reconhecer o medo do perigo ou da crítica, mas que nos habilita a proceder diante dêle, com calma e firmeza.

Da coragem física do Conde, selecionaremos, para não sermos fastidiosos, a conduta do jovem general, no combate de NÚ-GUAZÚ, já immortalizada na célebre tela: "A Batalha de Campo Grande", do pintor PEDRO AMÉRICO. A descrição da batalha, muito resumida, se encontra na 1ª parte do presente trabalho. Vamos de caso pensado, valeremo-nos das páginas das "Memórias", abandonando o "Diário" por se tratar de publicação oficial.

A vanguarda do 2º Corpo, com a qual marchava o Comandante em chefe, estabeleceu contato com a força paraguaia, por volta das sete horas da manhã. Iniciado o combate "tomara o Príncipe CONDE D'EU à frente e, galopando por todo o trecho restante da picada, chegou, com o seu Estado-Maior, ao campo, onde se estendia extensa força paraguaia".

Resistiam os paraguaios tenazmente e manobravam procurando cobrir o passo do YUQUYRY. Embora já envolvidos pela Brigada DEODORO, impediram nossa primeira tentativa de nos apoderarmos do passo. O Coronel PEDRA ao tentar impulsionar nossas hostes com o exemplo próprio, foi lanceado no pescoço e caiu ao rio. "Aproximara-se desse disputado passo, com a maior valentia e sempre com as côres rosadas da tez, o Príncipe, e aí corremos, êle e o Estado-Maior que o acompa-

nhava, pouco atrás grande perigo, pois, o despejar das balas de fuzilaria e de artilharia era contínuo, além das cargas de metralha, que variavam tudo, diante, com crocitante e pavoroso chocalhar da imensa rede de aço, a se abrir no espaço.

O General JOSÉ LUIZ MENA BARRETO, ao galope, de um lado para o outro, e sempre galhardo, voou ao encontro do CONDE D'EU e pediu-lhe que não se expusesse tanto".

Os sucessos continuaram; sigamos ouvindo TAUNAY. "Quando chegamos à zona das balas de fuzilaria ouvi um Soldado dêsse piquete reflexionar: "Olê, aqui está pipocando feio". Nisso veio uma bala rasa de artilharia, que passou bem perto do Conde D'EU, fazendo êste involuntário gesto de surpresa: "Esta o surdão ouviu", disse mais baixo aquele mesmo soldado.

Por volta das 14 horas, o 1º Corpo estabeleceu também o contato e os paraguaios ficaram entre dois fogos. Com a cooperação da Brigada de Cavalaria do Coronel HIPÓLITO, o passo é tomado. Imediatamente o Conde o transpõe. Um batalhão paraguaio sai do mato e com terrível fúria lança-se sobre nós.

Este (batalhão atrás do qual nos achávamos) não resistiu ao ímpeto inimigo e debandou, deixando-nos absolutamente sem proteção. Vi-me perdido. O Conde D'EU sacou da espada, no que todos o imitamos e pusemos os cavalos a galope, indo ao encontro da carga..."

O outro aspecto que desejo trazer à consideração dos pacientes leitores, é a coragem moral do jovem general.

Conquistada PERIBEBUÍ, duas alternativas se apresentavam. Ocupar a localidade e prosseguir com o grosso sobre BARRERO GRANDE. Coberto em BARRERO GRANDE, prosseguir sobre CAACUPE. Optou o Conde pela segunda alternativa e como LOPEZ escapou ao cerco, sofreu as mais severas críticas. Ao escrever ao Ministro da Guerra dando-lhe ciência dos acontecimentos, assim se expressou o Comando em chefe:

"Se houve erro, o erro foi só meu. Diz-me porém a consciência que fiz quanto pude e que a Providência visivelmente me protegeu, permitindo-nos alcançar os resultados que tivemos".

Esta é evidentemente a linguagem de um chefe que possui coragem moral.

ESPÍRITO DE DECISÃO. GASTÃO D'ORLEANS foi nomeado Comandante em chefe, em 22 de março de 1869. A 16 de abril, na cidade de LUQUE assumiu as funções. Levando-se em conta os meios de transporte da época, ressalta a presteza com que acudiu ao chamamento. Um mês depois, precisamente a 18 de maio, tirava-se o Exército do torpor determinando-se o deslocamento para TAQUARAL e PIRAYU. A 28 de julho, a flanco guarda de JOÃO MANUEL iniciava a execução da MANOBRA DE PERIBEBUY. A 10 de agosto conquistava-se PERIBEBUY. A 15, apossávamo-nos de ASCURRA. A 16 contramarchava-se sobre BARRERO GRANDE e vencia-se a Batalha de CAMPO GRANDE. Um mês de atividades.

A 3 de setembro, são expedidas as ordens relativas à manobra que chamamos de SÃO JOAQUIN. A 13 de outubro constata-se mais uma vez que LOPEZ escapara ao cerco. A 2 de janeiro de 1870, desloca o Conde o QG para a localidade de ROSÁRIO, ao mesmo tempo que atribuía ao Destacamento CÂMARA, a missão principal do Exército: capturar e destruir o ditador. A 1 de março, com a morte de EL SUPREMO, estava terminada a Guerra.

Um ano de comando em chefe, em região inhóspita, cada vez, mas inhóspita, e no qual esteve sempre presente a pronta decisão do chefe, transmitida incisiva e claramente. Pode-se estranhar, que se transferisse a um elemento subordinado a missão do conjunto. Em que está errada esta decisão, na situação em que foi tomada? Não estava CÂMARA nas melhores condições para executá-la, tanto que o fez com brilhantismo? No último grande conflito, quantas vezes encontramos decisões semelhantes e semelhantemente certas?

AUTOCONFIANÇA — É a qualidade que permite ao chefe realizar a tarefa que lhe é destinada com determinação, já que está convencido de que optou pela melhor forma de executá-la. A excessiva autoconfiança, a que é filha da vaidade e da presunção, conduz apenas ao insucesso e ao desastre.

GASTÃO D'ORLEANS substituíra em março de 1869 ao mais vitorioso dos generais brasileiros: O DUQUE DE CAXIAS. Assumia o comando de um Exército, com dois Corpos de Exército, comandados por OSÓRIO e POLIDORO. Imensa era a galeria dos chefes de menor posto, possuidores de inegável brilho: CORRÊA da CÂMARA, VITORINO, MENA BARRETO (os dois), MALET e muitos outros que seria cansativo enumerar.

Concomitante com a ação militar, iniciavam também os aliados, a tarefa de reerguer a nobre nação guarani. Era necessário pois, conciliar as operações militares que ainda prosseguiram com as atividades políticas. Era mais uma preocupação para o jovem príncipe.

Homens, como os comandantes de Corpos, não poderiam deixar de ser ouvidos e acatados, quando tal fato se impusesse. Seria leviano não fazê-lo e assim foi feito. Nunca isto significou porém, fraqueza ou falta de confiança. E toda vez que foi necessário decidir de motu próprio, o Príncipe o fez. Assim foi no Conselho de sete de julho de 1869, quando depois de ouvir MITRE e OSÓRIO, adotou solução própria, embora atendendo o ponto de vista do MARQUÊS DO HERVAL: realizar um movimento envolvente, combinando-o como uma ação frontal, apenas num segundo tempo.

Longe esteve de ser um títere, como ilustra o episódio que passamos a narrar: quando o 1º Corpo atingiu o desfiladeiro de SAPUCAÍ, encontrou-o ocupado. Sem vacilações, OSÓRIO monta uma ação frontal para atacá-lo. O Conde que marchava com o 2º Corpo, sabedor do acontecido, adianta-se e determina que se abram picadas e que o inimigo seja flanqueado. Este, pressentindo o movimento abandona a posição. Do fato ficou também o pitoresco diálogo, que me permito reproduzir:

— “É um instante, Vossa Alteza verá” diz OSÓRIO;

— “Mas”, reflexionava o Príncipe, “é o que se chama pegar o touro pelas aspas”;

— “Qual touro”, replicava OSÓRIO, “isto não passa de uma vaca velha”.

A ação contudo, foi executada como determinara o Comandante em chefe.

INICIATIVA — O Conde D'EU, repitamos, assumiu o comando no dia 22 Mar 69. A 28 Jul iniciou a MANOBRA DE PERIBEBUY. A 10 de agosto conquistou a cidade daquele nome. A 15, se apossou de ASCURRA. A 16, venceu a Batalha de CAMPO GRANDE. A 3 de setembro de 1869, montou a MANOBRA DE SÃO JOAQUIN, também chamada de SANTO ESTANISLAO. A 13 de outubro verificou mais uma vez, que LOPEZ escapara.

Em janeiro de 1870, tem-se a impressão que se apossara do jovem general repentina apatia; transfere para o Destacamento CÂMARA, a responsabilidade da conduta das Operações. É bem verdade, que deslocou o QG para ROSÁRIO, mas parece que seria razoável, que se fôsse colocar à testa daquele Destacamento; não que àquele chefe faltassem qualidades para cumprir a missão recebida, apenas porém, para que a presença do comando em chefe servisse de estímulo aos comandados.

TATO — Diz o Manual de Chefia em vigor no Exército Brasileiro: “tato é a capacidade de tratar chefes e subordinados, sem ferir suscetibilidade”. No FM 22-100, Military Leadership (Ed 1958), encontramos uma conceituação que nos parece mais favorável à inteligência do conceito: “é a habilidade de dizer a coisa certa na hora apropriada. E a compreensão da natureza humana e a devida consideração para a sensibilidade dos outros.

Quando o jovem Príncipe assumiu o Comando, muitos chefes militares já se haviam retirado dos campos de batalha e se recolhido ao aconchego do lar. A primeira vitória de GASTÃO D'ORLEANS foi conseguir que o acompanhasse alguns destes bravos, cujas feridas, algumas ainda estavam abertas. Entre estes ganham realce, o MARQUÊS DO HERVAL, o Visconde de SANTA TEREZA e TIBURCIO. No campo de batalha, êle foi encontrar, MALET, RUFINO, CORRÊA DA CÂMARA, RESIN, JOÃO MANUEL e JOÃO DE DEUS MENA BARRETO, DEODORO, FLORIANO, JOSÉ AUTO e muitos outros que seria tedioso enumerar. Da maneira com que foram mantidas as relações: chefe — subordinados, é testemunho não apenas o êxito da Campanha, como a amizade que ligou o Conde aos seus comandados da CORDILHEIRA.

A todos foi dispensado o tratamento que faziam jus. A OSÓRIO, foi receber pessoalmente na Estação de PIRAYU. E quando o velho general não resistindo ao ferimento que se agravava, mais uma vez retornou ao BRASIL, em 24 Nov 69, agora definitivamente, sua Alteza, pessoalmente o escoltou até fora do Acampamento.

A POLIDORO, por ocasião de designá-lo comandante das Forças do Sul do MANDUVIRÁ, assim se dirigiu: “Escuso ser mais detalhado nas presentes instruções, porque a ilustração e o tino de V. Exa. e o seu

espírito de equidade dão-me a segurança de que saberá tomar as medidas mais convenientes”.

Desta consideração, é evidente, nasceria o respeito mútuo, que tanto facilitou a espinhosa e difícil missão.

SENTIMENTO DE JUSTIÇA — É a qualidade que permite ao chefe ser imparcial e firme no exercício do comando. Para ser justo, ele tem que se manter acessível aos subordinados ouvindo-lhes os reclamos.

Na primeira Ordem do dia, em 16 Abr 69, o Príncipe assim se pronuncia: “Camaradas! Pronto me acharei sempre a advogar perante os poderes do Estado os vossos legítimos direitos”. Já a 21 de abril determina a regularização da situação dos presos que estavam sem processo ao mesmo tempo que determinava a prisão de três oficiais, sendo um oficial superior, por irregularidade na execução do serviço.

Durante o ano de Comando, cercado de preocupações militares e até mesmo políticas, está sempre no espírito do Comandante em chefe, a preocupação de fazer justiça aos comandados.

A sete de outubro dirige-se ao Comandante das Forças ao Sul do MANDUVIRÁ, para que apure as denúncias que diziam estarem os presos em ASSUNÇÃO submetidos à maus tratos.

Mas não era apenas a sorte dos militares que o preocupava. Jamais permitiu que à sombra das armas brasileiras, que tão dignamente conduzia, fôsem praticadas perseguições ou tropelias. Como tal, atua junto ao Governo Provisório, quando sabe que um cidadão, ODON CÁRCERES, estava jogado num calabouço em SÃO JOSÉ, vítima do ódio das novas autoridades constituídas.

E quando em 15 de março de 1870, na Ordem do dia n. 45, proclama o fim da Guerra, rende Justiça ao Visconde de PELOTAS, a quem coubera a honra de conduzir a perseguição final:

“Quando eu não tivesse co' h' do outro resultado dos meus trabalhos, dar-me-ia por satisfeito em ter feito brilhar e evidenciar-se pela prática os notáveis talentos do Brigadeiro JOSÉ ANTONIO CORREIA DA CÂMARA, em quem o Brasil tem hoje em dia, um general, ainda no vigor dos anos, capaz de levar ao cabo os mais árduos cometimentos e de honrar sua pátria perante o mundo civilizado.”

ENTUSIASMO — É expressão do regulamento: é o ardor de interesse demonstrado no trabalho; transmite-se facilmente aos subordinados.

É evidente que o príncipe consorte, recebeu com entusiasmo o ato governamental. De há muito que ele vinha insistindo junto ao governo, para conseguir um lugar no Exército em Campanha. Desejava com justa razão, conquistar o respeito e a admiração do Brasil, nos campos de batalha. Nomeado para o mais alto cargo, recebeu quase um século depois, de PAULA CIDADE, o julgamento justo e equilibrado, do qual não me posso furtar de repetir alguns trechos: “Hoje, passados tantos anos, cessadas as lutas ingratas que se travaram contra a família imperial, vê-se que o jovem Conde D'EU, conseguiu vencer em tão dura prova, dadas as suas invejáveis qualidades de caráter e o seu inegável bom senso”. E continua: “Homem valente (e essa seria a qualidade mais apreciada ali) há-

bil no conservar as amizades daqueles que o cercavam, trabalhador infatigável (no que a pouca idade o ajudava) ganhou a partida por uma simples questão de bom senso e mais tarde, ao deixar os campos de batalha, teria adquirido a experiência que antes lhe faltara e conquistado a admiração das massas populares".

Este julgamento, é por si só, uma consagração.

APARÊNCIA — é a qualidade que conjuga com a aparência física, a correção de uniforme e a esmerada atitude militar mais do que tudo isto, é aquele halo de simpatia envolvente, que cerca a personalidade daqueles que têm o destino de se tornarem grandes chefes militares. Às vezes, o uniforme não é correto, mas é peculiar. E este peculiar que seria ridículo na maioria dos mortais, naquele homem predestinado é motivo de atração e mesmo de orgulho para os comandados.

Este foi o aspecto negativo de GASTÃO D'ORLEANS, como chefe militar. Descuidado com a aparência própria, quer civil quer militar. Deselegante, prematuramente surdo. "Surdão" chamavam-no os "pracinhas". Num cenário em que se movimentavam homens como PORTO ALEGRE e um sem número de gaúchos bem "aperados", exibindo a natural elegância herdada dos espanhóis, estas coisas ainda mais se acentuavam.

Homem estudioso, o Conde com facilidade dominou o português. De palavra fácil e brilhante, era orador fluente e feliz. Perseguiu-o porém o vício de linguagem de não conseguir pronunciar a letra r, com a brandura peculiar do nosso idioma. Isto o tornava alvo do motejo popular, anulando mesmo as outras qualidades de orador.

Creio já ter alinhado argumentos suficientes, para afirmar que LUIZ FELIPE MARIA FERNANDO GASTÃO D'ORLEANS, foi chefe militar brasileiro, do qual todos podemos nos orgulhar. Tendo vivido e comandado no século XIX, quando a nação se consolidava internamente e afirmava no conceito internacional, ombreou-se aos mais ilustres chefes militares brasileiros e se não se colocou no mesmo nível de CAXIAS E OSÓRIO, impares nas suas posições, situa-se porém com justiça dentre os melhores. Vítima do nacionalismo, com aspas, dos fundadores da República, que buscaram destruir as glórias que o Império conquistara, como se fosse possível "tapar o sol com uma peneira", está por receber do País, os tributos que lhe são devidos.

BIBLIOGRAFIA

Conde D'EU — Luiz da Câmara Cascudo.

Diário do Exército — Visconde de Taunay

C 22-10: Manual de Campanha básico — Princípios de Chefia.

Memórias — Visconde de Taunay

FM 22-100: Edição 1958 — Military Leadership.

Viagem Militar ao Rio Grande do Sul — Conde D'EU.

História da Guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai — Tasso Fragoso.

Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira — F. de Paula Cidade.

ALTERAÇÃO DE ENDERÊÇO

Em caso de alteração do seu enderêço, *disso dê conhecimento à Revista, com a máxima urgência*, a fim de continuar a recebê-la com regularidade. Para isso faça a sua comunicação diretamente ou através do nosso Representante na sua organização.

FICHA DE MOVIMENTAÇÃO

(Fineza preencher a máquina ou com letra legível)

Nome

Pôsto

Enderêço antigo:

.....
(Organização militar ou residência)

Cidade Estado

Nôvo enderêço:

.....
(Organização militar ou residência)

Cidade Estado

.....
(Local e data)

.....
(Assinatura)

NACIONALISMO

Maj ALUISIO DE UZEDA

Oficial de EM

1. INTRODUÇÃO

No momento em que vemos recrudescer em território brasileiro a abusiva utilização do substantivo título do presente artigo, como plataforma para políticos, termo obrigatório nos "slogans" nacionais, ideologia para alguns, índice de patriotismo para outros, ao mesmo tempo que preciosa e sutil arma de propaganda do totalitarismo marxista-leninista para uma minoria exaltada e não patriótica.

No momento em que percebemos que o adjetivo "nacionalista" chega a constituir apêndice ao patriotismo, sem a posse do qual os brasileiros deixam de ser patriotas para serem "entreguistas".

No momento em que vemos esse fato causar dissensões entre brasileiros produzindo reflexos já na Segurança Nacional. Resolvemos, unindo nossa voz a algumas já surgidas nesse sentido, alinhar uma análise fria e sincera, emitir alguns conceitos e considerações que julgamos irretorquíveis e chegar a uma conclusão para deleite de muitos, esclarecimento de alguns e reflexão de outros.

2. CONCEITUAÇÃO

Inicialmente procuraremos conceituar o termo.

Folheando diversos dicionários da língua portuguesa em uso corrente entre nós, verificamos que o termo "nacionalismo nada mais é senão que um sinônimo de patriotismo, sendo interessante de se assinalar que na esplêndida obra de F. J. CALDAS AULETE nem mesmo chegamos a encontrar tal termo e sim somente o termo nacionalista com o significado: "adj relativo a independência nacional, relativo a interesse da pátria; patriótico".

Então, pela lexicologia, nacionalismo é o mesmo que patriotismo, não é uma palavra nova e pespegá-la a patriotismo é uma redundância ou pleonismo injustificável.

Nacionalismo como sinônimo de patriotismo deve consistir num sentimento vivo (e não ideologia) da soberania da Pátria sobretudo em presença dos antagonismos e limitações de toda e qualquer natureza. No ardente anseio de auto-suficiência da Pátria, política, econômica, cultural e militarmente. Na disposição permanente de lutar contra aqueles antagonismos e por aquelas auto-suficiências. Na tristeza de não podermos sensatamente negar as dependências de naturezas várias, da nossa Pátria, em relação a outras nações mais ou melhor desenvolvidas.

No orgulho de pelo nosso próprio esforço, conseguirmos o desenvolvimento político, econômico, cultural, social e militar de nossa Pátria sem o recurso de invejas, ódios ou complexos.

Reconhecendo o valor da sociologia para o esclarecimento do fato ou fenômeno em causa, achamos deveras interessante a interpretação lógica, real e bem situada, apresentada pelo sociólogo francês JACQUES LAMBERT em sua obra "OS DOIS BRASIS" publicada pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais em 1959. Dêste autor, vamos colher alguns trechos interessantes para a conceituação a que nos propusemos aqui.

O eminente sociólogo nos mostra que "há duas espécies de nacionalismo conforme seja ele oriundo de um país próspero, adiantado, culto e desenvolvido ou de um país pobre, atrasado e subdesenvolvido".

Diz ainda o sociólogo caracterizando o nacionalismo da primeira espécie: "é um nacionalismo orgulhoso, confiante no valor do país e no seu futuro", onde os seus propugnadores estão "certos de que o país é ou será amanhã, maior, mais rico e mais forte", onde "não se sente inveja do estrangeiro, tem-se mais tendência a lamentá-lo que desprezá-lo", que "não pode temer estabelecer contato com os estrangeiros porque sabe que o faz em pé de igualdade e talvez mesmo de superioridade" (o caso das relações com o bloco soviético para o Brasil é um problema particular e especial que foge a essa generalidade por motivos claros que não cabem aqui comentar) onde "não se precisa desconfiar dos capitais estrangeiros, pelo menos do privado, pois se o país oferece aos que nêle investem, mais vantagens do que nos países de onde provêm, não se tem dúvida de que em breve êsses capitais serão nacionalizados e provavelmente também os capitalistas". Não ocorre aos possuidores de tal nacionalismo o temor de uma forma indireta de colonização ou mesmo dominação econômica de povos que considera seus iguais e aos quais espera um dia ser superior.

Nos países subdesenvolvidos, diz o sociólogo "percebe-se um nacionalismo negativo, desconfiado e recluso". Ainda, "é um nacionalismo que contém mais amor próprio nacional do que interesses nacionais e os que o possuem não conseguem admitir que contatos com países estrangeiros mais desenvolvidos (mais uma vez faço a ressalva para o caso do bloco soviético idêntica à acima já feita) possam ter outra forma de consequência senão a dominação econômica ou servidão colonial. E ainda, "é o nacionalismo das sociedades indígenas que sofreram processos colonizadores e que, antes de mais nada, querem dessa forma afirmar ou reafirmar a sua independência. É o nacionalismo fruto de reflexos do passado e não da confiança no futuro, não quer admitir estrangeiros e fazer pela absorção dos mesmos e sim prefere isolar-se com receio de ser explorado e humilhado.

É nacionalismo que tem complexo de inferioridade, medo, covardia.

Há ainda a considerar na presente conceituação o papel que o nacionalismo como patriotismo vem exercendo para a sub-reptícia propaganda psicológica comunista.

Já em 1920 o 2º Congresso do Comintern em seu relatório final recomendava a "colaboração comunista com os movimentos indígenas de liberação nacional com o objetivo de trazê-los ao controle bolchevista". Esta recomendação tinha destino de aplicação, na época, para os povos subdesenvolvidos e colonizados da Ásia e África. Entretanto o resultado da aplicação desta estratégia foi tão compensador que tem evoluído através os tempos e cada vez mais se firma como verdadeira arma soviética para uso em sua "guerra fria" de conquista do poder político mundial, objetivo final do comunismo internacional.

É fingindo-se aliado do nacionalismo sadio que Moscou encontra os pontos fracos da armadura ocidental, encontra melhor oportunidade para embaraçar as potências colonialistas, ou não, ocidentais e exacerbar as relações destas com as populações coloniais ou subdesenvolvidas.

O comunista sabe que o sucesso de qualquer movimento político depende de sua ligação com o nacionalismo. Então sua primeira atitude na luta pela conquista do poder político da nação que tem em mira é o aliar-se às manifestações nacionalistas desta, principalmente porque assim fazendo estará, ao mesmo tempo que ombreando-se com os nativos locais, lutando pela tolerância da Rússia e repulsa dos países estrangeiros, isto é, está atingindo o seu objetivo de unificação mundial.

Conseguido o alijamento completo das "potências estrangeiras", ao mesmo tempo que consolidada a certeza ou sinceridade da aliança russa, um simples golpe político conduzido por líderes comunistas ou comunizados adredemente colocados em posições chaves, dará ao comunismo internacional, ou seja à Rússia, o acalentado objetivo, a sovietação daquele inocente, incauto e infeliz país.

Com tenaz e persistente propaganda muito bem dirigida, o comunista acena com aparentes vantagens do seu sistema, capaz de proporcionar um rápido florescimento econômico, ao país subdesenvolvido que não resiste ao insinuante profeta que lhe promete uma solução definitiva e eficaz para seus problemas, dizendo-se ou mostrando-se aliado a seu nacionalismo ou patriotismo.

Não há dúvida que é um caminho arriscado para o comunista, pois está sujeito, como já tem acontecido, a, antes de conseguir dar seu golpe final, ver-se golpeado pelo aliado fortuito de ontem. Mas o tempo e a experiência têm servido aos comunistas para cada vez mais aperfeiçoarem seus métodos e hoje vêem essa possibilidade adversa como muito remota.

Para verificar a exatidão da teoria acima levantada basta ao leitor, lembrar-se das conquistas comunistas da China, Coréia do Norte, Viet-Nam, Nepal, etc., de ontem, Cuba de hoje e observar a conjuntura atual dos países africanos recém-libertos.

Para provar a assertiva acima levantada, é ainda interessante de se observar, nos pronunciamentos e exacerbações "nacionalistas" um movimento de oposição principalmente dirigido ao Americano do Norte, líder incontestado do bloco ocidental e inimigo principal da Rússia, líder do bloco oriental.

Não resta dúvida portanto de que há um "nacionalismo dirigido" pelo comunismo, nacionalismo explorado pelos comunistas, de interesse dos soviéticos, nacionalismo que para estar de acôrdo com os métodos marxista-leninista prega a revolta, a subversão, as encampações puras e simples, que procura culpar o "estrangeiro" por tudo de mal que temos em nossa situação econômica, agrária, industrial, social, etc. E os propugnadores dêsse nacionalismo exaltado, que chamam os seus não seguidores simplesmente de "entreguistas", nacionalismo xenófobo e jacobino, são inocente ou conscientemente aliados dos comunistas, patriotas invertidos.

Êsse "nacionalismo" é suspeito, não é patriotismo, pois contém algo mais que não está abrangido neste, êsse sim poderá ser considerado como um apêndice a ser adicionado ao patriotismo.

3. ADAPTAÇÃO AO BRASIL

Depois de considerado o nacionalismo em seus campos léxico, sociológico e pragmático vamos, movidos da mesma disposição de espírito, sincera e fria, situá-lo na conjuntura atual brasileira.

De acôrdo com a lexicologia não há o que adaptar e sim a confirmar, isto é, que o verdadeiro nacionalismo confunde-se com patriotismo e dêle ninguém precisa estar fazendo alarde especial buscando destacá-lo ou considerá-lo como uma particularidade do patriotismo.

Do ponto de vista sociológico, considerando-se que o Brasil, por suas estruturas, econômica e sociais é ainda classificado como País subdesenvolvido.

Reconhecendo que no Brasil existe de fato o fenômeno de nêle se encontrar algumas áreas bem desenvolvidas, prósperas e cultas, formando verdadeiras ilhas em meio à maioria de seu território subdesenvolvido, pobre e inculto. É perfeitamente aceitável e compreensiva a afirmativa do sociólogo em foco de que em nosso País, vicejam dois tipos de nacionalismo. No Brasil desenvolvido caracterizado pela região de SÃO PAULO, representada por uma agricultura e indústria progressivas, o brasileiro se mostra nacionalista orgulhoso e confiante no futuro e valor do seu País, não há inveja ao estrangeiro e sim uma perfeita integração com o mesmo sem subordinações mesquinhas.

No Brasil subdesenvolvido caracterizado pelo seu Nordeste o brasileiro é um nacionalista desconfiado, recluso, que chega a um "bairrismo" extremo e exagerado, que teme o contato com o estrangeiro, que vê no estrangeiro um colonizador antes de tudo, que prefere seguir

a tradição recebida dos seus antepassados a receber e utilizar o progresso científico que lhe seja oferecido.

Note-se que mesmo dentro de regiões desenvolvidas perduram quistos subdesenvolvidos e nestes o segundo tipo de nacionalismo ainda.

As duas formas de nacionalismo no Brasil são inevitáveis. Dependendo de qual delas seja a dominante, esse nacionalismo poderá ser construtivo ou destrutivo.

Do ponto de vista da exploração do nacionalismo pelos adeptos da comunização mundial, forçoso é reconhecer depois de estabelecida a teoria acima tentada, que o Brasil pela sua situação econômico-social é campo fértil para a vicejação de tal tática envolvente.

Lembremo-nos de que não há um comunista confesso ou reconhecido como tal, que não alegue ser um nacionalista. Os nacionalistas, principalmente os do segundo grupo citado pela sociologia, são arrastados a comungar com o comunista, oportunista e mais "esclarecido", de tal forma que ao fim de pouco tempo os dois se confundem, se amalgamam e são ambos propagandistas de um "nacionalismo" inteiramente orientado pelo mais "esclarecido", mais culto, o comunista.

Não temos dúvida e os fatos estão aí para provar, que a maior parcela do tão decantado "nacionalismo" de hoje em nosso País, está inteiramente impregnada da influência comunista. Não fôsse assim, não teria forças para se transformar em ideologia como vem acontecendo entre nós e a exemplo do fenômeno idêntico de países que se sovieterizaram ultimamente tais como Tcheco-Eslováquia, China, Cuba, etc., etc., faltar-lhe-ia organização, liderança e recursos que é justamente o que têm os comunistas e muito bem. Lamentável é que tão poucos reconheçam esta verdade que é fruto de um estudo e meditação fria, sincera e objetiva de uma situação mundial refletida sobre nosso País, sobre nosso homem grandemente capacitado sociológica e economicamente para receber e aceitar uma influência dirigida mesmo que do exterior.

Basta que estudemos um pouco a teoria marxista-leninista, atentemos para suas máximas e táticas e observemos a sua evolução e aplicação no mundo, para facilmente concluirmos que de fato nossa bem-amada e infeliz Pátria está sendo gradativa e progressivamente impregnada de uma ideologia exótica contrária a todas nossas tradições, origens e anseios, quase que inconscientemente já que nenhuma reação de vulto tem apresentado contra tal.

E diga-se também, muita culpa cabe a nossos homens públicos — principalmente políticos que para se verem alçados ou eternizados em cargos públicos e políticos não titubeiam em dar apoio, distribuir graças a aceitar acordos com elementos que direta ou indiretamente estão a serviço de uma potência estrangeira que por intermédio de uma muito bem planejada e melhor organizada propaganda, constituída de verdadeira guerra psicológica, procura ascender ao poder político mundial e do qual já conta com ponderável parcela.

Nossa História, dos tempos em que éramos relativamente mais bem desenvolvidos econômica e politicamente, está cheia de exemplos de verdadeiros patriotas que nunca precisaram de ter pespegado a suas atitudes em favor do Brasil, o termo de nacionalista. Ninguém se lembrou até hoje de citar RIO BRANCO, CAXIAS, ABREU, FELIPE CAMARÃO, HENRIQUE DIAS, VIDAL DE NEGREIROS, e tantos outros como "nacionalistas".

No entanto percebe-se que há uma preocupação atual, principalmente entre os homens públicos e políticos, de fazer essa distinção, ou melhor, de adicionar ao patriotismo o seu sinônimo nacionalismo e com isto constituir plataforma de defesa de um Brasil supostamente subjugado e por tornar-se independente ainda.

Estão aí as Frentes, Alas, Partidos, Movimentos, etc., todos ostentando em altos brados as suas intenções "nacionalistas", dizendo-se em oposição aos que chamam de entreguistas. Por que isso? Para que isso?

É interessante de se notar que esse "nacionalismo" volta-se quase que exclusivamente contra os EE.UU. da América do Norte. Será coincidência?

Esse nacionalismo decantado por nossos "nacionalistas", em geral, se resume a um movimento de oposição ao que é estrangeiro. Esta oposição só teria sentido essencialmente nacionalista na proporção em que fôsse uma luta a favor do Brasil e não uma simples campanha de ódio orientado como sói acontecer.

Esses "nacionalistas" temem ou recusam-se a confessar que sua Pátria não pode, no estágio em que se encontra, prescindir do auxílio externo, no entanto pretendem que países estrangeiros auxiliem o Brasil naquilo que quisermos, no exato momento que exigirmos, com quanto reclamarmos, pelos prazos que estabelecermos, nas condições que determinemos, tôdas às vêzes que quisermos, para o fim que nos convir, verdadeiro contrato "sui-generis" único compatível com a soberania brasileira.

Bem sabemos que dominação econômica é uma das mais odiosas e deprimentes formas de escravização. Não poderemos desconhecer que benefício desinteressado entre indivíduos é raro e entre nações é impossível.

Mas prejudicar-se economicamente subjugado por um capital estrangeiro que não temos sabido disciplinar, capital estrangeiro que só benefício poderá trazer a quem dêle está ávido, é prejudicar-se inferior, é ter complexo, é sinal de incompetência.

Um País que ainda não pode prescindir de livros estrangeiros, que ainda carece de maquinaria pesada e meios de fabricá-la, que tem sua moeda cada vez mais desvalorizada, que tem sua exportação tão insuficiente para fortalecer-lhe a moeda, que ostenta um padrão de vida acima de suas posses reais, onde sobra o luxo e falta o necessário, que apresenta tanta carência de divisas, tem sua situação econômico-fi-

nanceira tão débil, e que até hoje depende de um único produto não essencial para a obtenção de suas divisas, não pode se dar ao simples prazer ou mal orientado sentimento de jacobinismo xenófobo.

Nenhum país do mundo é auto-suficiente, nem o nível atual da ciência humana o permite isolar-se da comunhão das nações independentes, para se dar ao luxo de dizer-se ou tornar-se realmente neutro, para isolar-se dessa contenda mundial atual em que se digladiam "em guerra fria" dois blocos de países, um de países livres e democráticos e, outro de países escravizados a um totalitarismo ditatorial de um grupo de homens que querem ser considerados como Deuses de uma religião que se chama comunismo.

Não se trata de optar, e muito menos de fingir adesão a um para melhor beneficiar-se do outro, o que seria desonesto e traiçoeiro.

Trata-se de não hostilizar o país que atualmente é o único capaz de liderar o bloco a que pertencemos e do qual não devemos querer sair, reconhecer a superioridade dêsse líder sem inveja ou complexo, não nos descurando daquilo que temos de igualdade e algo até de superioridade sem necessidade de recorrermos a comparações vexatórias, imitações espúrias ou injúrias descabidas.

Dispamo-nos um pouco de uma megalomania que nos caracteriza, baixemos os olhos a nossos pés, pensemos em nós mesmos sem fitos comparativos ou imitativos com outros povos mais, ou menos, adiantados que o nosso, reconheçamos (e disto não há do que se envergonhar), a nossa situação de subdesenvolvimento e saibamos com patriotismo utilizar do auxílio que não podemos prescindir e vindo de quem em melhores condições está para fazê-lo, para daquela situação sair e evoluir para um Brasil realmente mais desenvolvido, sem desvio de nossas tradições e conveniências democráticas e cristãs, ao invés de estarmos acatando ideologias importadas e suspeitas fazendo com isso o jôgo que interessa ao inimigo do sistema, ao comunismo internacional.

Trabalhemos em esforço honesto, conjunto, planificado e sem interrupções de ordem politiqueria, pelo nosso desenvolvimento, por nosso próprio esforço, já que a nós mesmos cabe a culpa por tudo isto de mal que, com lamúrias, politicagem, populismo, desenvolvimentismo, desonestidade, incompetência, soluções paliativas, etc., temos querido resolver. Não fuçamos ao problema acomodaticamente inculcando a outrem uma responsabilidade que só é nossa.

Se déssemos maior e mais honesta atenção ao nosso homem, sem pensar que u'a mera confusa e prolixa legislação trabalhista (que ela mesma não é cumprida a risca) fôsse suficiente para resolver nossas necessidades sociais. Se não tivéssemos abandonado nossa agricultura em proveito de uma industrialização galopante e desordenada. Se déssemos mais atenção ao problema educacional. Se a militância política fôsse exercida como serviço público e não como emprêgo público ou meio de vida como vem sendo considerada por u'a minoria que se en-

crustou nos cargos eletivos ou comissionados e fazem "qualquer negócio" para desta situação privilegiada não mais sair. Se tivéssemos um maior e melhor distribuído espírito de sacrifício que nos permitisse basicamente sair da aflitiva situação econômico-financeira e suas conseqüências inflacionárias e deletérias, problema primeiro a ser enfrentado e sem o encaminhamento do qual não poderá ser resolvido nem talvez equacionado qualquer dos outros que nos afligem. Se fôssemos menos egoístas individualmente e tivéssemos mais espírito público, a conjuntura nacional seria bem outra que a atual.

Não haveria campo propício para medrar êsse nacionalismo exótico que hoje infesta-nos.

Fala-se hoje, tanto em reformas de base. Será que não é o nosso próprio homem quem estará a merecer primordialmente uma reforma de base?

Parece que há entre nós mais preocupação com o "nacionalismo" do que com patriotismo, há muito "nacionalismo" e pouco patriotismo, isto sim.

Já tive oportunidade de ouvir de político e jornalista conceituados o elogio feito a determinado indivíduo em que se alegava distintamente que "fulano é pessoa de confiança porque é nacionalista e patriota". Assim, distintamente é que se interpreta e reconhece os termos nacionalismo e patriotismo, o que a nosso ver contraria a própria gramática portuguesa, comprova nosso estado de subdesenvolvimento e ao mesmo tempo satisfaz os planos e desígnios do comunismo.

4. CONCLUSÕES PARCIAIS

Da análise que acima fizemos da qual não soubemos nos conter para deixar de fazer ligeiro comentário, conclui-se:

a. que nacionalismo e patriotismo na verdadeira acepção da palavra são substantivos sinônimos e como tal poderão ser usados indistintamente, não havendo razões para distingui-los;

b. que o Brasil por sua estrutura sócio-econômica geral de subdesenvolvimento em relação ao padrão médio do restante do Mundo é um País onde o nacionalismo ou patriotismo tem ainda um sentido muito introvertido, desconfiado, negativo face às sociedades estranhas e reacionário face ao progresso;

c. que o comunismo internacional por sua teoria e tática aplicadas, usadas nos países e povos que já conquistou ou busca conquistar, tem na exploração do sentimento nacionalista dos seus "alvos", um poderoso e eficaz aliado e arma contra as reações possíveis quer internas quer externas à sua implantação.

A História passada e a conjuntura mundial presente aí estão para demonstrar a exatidão desta afirmativa;

d. que em consequência dos dois últimos subitens acima, o "nacionalismo" que viceja com alarde atualmente no Brasil é de colorido eminentemente comunista.

Reconheçamos que a exaltação do mesmo vem crescendo em paralelo com o sucesso da propaganda e impregnação comunista entre nós, não como uma reação a estas mas como uma aliada.

5. CONCLUSÃO FINAL

Concluindo a presente, sincera e julgamos nós, irretorquível exposição que em linhas gerais mais objetivas, fizemos acima, cabe-nos, como brasileiro nacionalista por ser patriota e não apenas nacionalista ou nacionalista e patriota, fazer um apêlo à razão dos nossos patrícios que inconscientemente estão se deixando enredar nesta teia meliflua que tem como finalidade a conquista do poder político para em repentina manobra de surpresa implantar o regime comunista soviético em nossa Pátria, ocasião em que êsses mesmos "nacionalistas" que hoje são aliados, serão postos de lado por desprezo ou supressão física, por já não serem mais necessários àqueles.

Concito meus patrícios mal informados, ingênuos ou de boa fé a que leiam, estudem e se aprofundem na doutrina marxista-leninista, não na distribuída pelos próprios comunistas que é falsa, mas na de observadores e estudiosos democratas do assunto e como eu, percebam onde está a verdadeira verdade.

Que sejamos ou continuemos a ser apenas patriotas pois se assim o formos de fato, estaremos sendo nacionalistas, implicitamente.

Que repudiemos essa exacerbação esquerdista de "nacionalismo" apêndice de patriotismo e com isto estaremos tolhendo de meios de luta ao principal inimigo da comunidade católica e cristã mundial e assim do Brasil e do momento, o comunismo internacional.

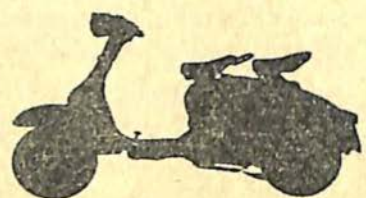
Procuremos ser mais orgulhosos de nós mesmos e percebendo que somos um povo e nação onde há todos os requisitos para sermos felizes, evoluídos e ricos, olhemos para nossos irmãos de Pátria e despindo-nos de todo egoísmo, procuremos salvar suas mentalidades, levantando suas morais, esclarecendo-os da realidade.

Fazemos êsse apêlo à maioria dos brasileiros que sei, ainda felizmente, estão em condições de se reencaminharem ou manterem-se alérgicos a êsse tipo de propaganda, de pregação, de "nacionalismo" que nos está fazendo relegar o patriotismo a segundo plano.

Aos já convictos nada mais tenho a dizer, repudio-os, observo-os e peço a Deus que os ilumine.



MEDIDA
CERTA EM



PNEUS
PARA SUA



MOTONETA

PNEUS **ATLAS**

PENETRAÇÃO SOVIÉTICA NA ÁFRICA

Maj OCTAVIO A. DE MEDEIROS
Oficial de EM

Contém alguns trechos traduzidos dos seguintes artigos:

- "O Pensamento Soviético Sobre a África" — publicado por "Intelligence Digest", n. 279, de Fev 1962;
- "Imperativos Estratégicos", publicado por "Revue Militaire Générale", n. 3, de Março de 1962.

O interesse da Rússia e dos demais países do Bloco comunista pela África, especificamente, é, de certo modo, recente. O continente africano, retalhado em inúmeros territórios coloniais, achava-se entretanto, tácitamente incluído como objetivo dentro da doutrina estratégica comunista de dominação do mundo, desde muito tempo. Em 1928, no VI Congresso do Komintern, afirmava-se já, sem citar o caso peculiar da África, que:

"a luta revolucionária nas colônias e semicolônias constitui, do ponto de vista do proletariado, *um dos mais importantes objetivos estratégicos da Internacional Comunista*".

Naquele tempo, entretanto, preocupada com a ^{*}superioridade da Inglaterra e da França, a atenção da Rússia voltava-se, especialmente, para a Ásia (na época, a África era encarada como um fator desprezível).

Após o fracasso das tentativas revolucionárias na Europa ocidental, entre 1918 e 1921, a concepção estratégica de Lenine modificou-se bastante. Passou êle, então, a afirmar que: "o caminho para Paris e Londres passa por Shangai e Calcutá", querendo com isso indicar que a atuação direta sobre as colônias, visando a enfraquecer os Estados capitalistas, privando-os de suas fontes de matérias-primas e dos consumidores certos de seus produtos, abriria o caminho para o sucesso do comunismo sobre o Ocidente.

Nos dias de hoje, quando voltamos nossa atenção para a política soviética relativa à África, vemos que o pensamento estratégico de Lenine prevalece, em toda a sua plenitude.

* * *

Foi a 2ª Guerra Mundial que, abrindo a era dos grandes espaços e das grandes velocidades, pôs em relêvo o valor estratégico da África. E foi, principalmente, depois da morte de Stalin que o continente afri-

cano passou a ter, no seu todo, especial consideração por parte dos comunistas. Não que o desaparecimento daquele chefe russo influísse para isso, mas porque, por essa época, já haviam eles obtido na Ásia todos os sucessos que, de imediato, poderiam ter conquistado.

A investida comunista sobre a África tem, sem dúvida, duplo objetivo: um estratégico-militar, visando à guerra contra o ocidente (ou a conquista de posições poderosas para a sua contenção); outro, econômico. Os dois são interdependentes, e a sua conquista se processa lentamente, segundo a mesma política ditada, há tantos anos, por Lenine: "estremecer as relações entre os novos países e as suas antigas metrópoles, aproveitando os descontentamentos surgidos das dificuldades de caráter econômico e social que, fatalmente, advirão. Em seguida, lançar sobre eles uma onda de propaganda e oferecer farta e fácil ajuda técnica, industrial e financeira, a fim de atraí-los firmemente para a sua órbita de influência". Com essa política, os países do bloco ocidental vão sendo, pouco a pouco, alijados da África, e a integração completa do continente africano ao Bloco comunista será conseguida, paulatinamente.

O valor estratégico dessa integração numa guerra futura dispensa comentários. Significará, em última análise, o envolvimento, pelo sul, da Europa Ocidental, com o conseqüente domínio do Mediterrâneo; significará a possibilidade de intervenção direta nas rotas marítimas do Atlântico, e muito particularmente do Atlântico Sul, e, finalmente, a grande proximidade do continente americano.

Essa investida progressiva vem se processando segundo três direções, que têm uma origem comum no Egito e são, em traços gerais,

- 1 — EGITO — LÍBIA — TUNÍSIA — ARGÉLIA — MARROCOS, visando toda a África do Norte;
- 2 — EGITO — CHAD — REPÚBLICA DOS CAMARÕES — NIGÉRIA — GANA — GUINÉ — SENEGAL, que se ramificará, naturalmente, a partir da República dos Camarões, para os países do Sudoeste africano, como o mostra, desde já, a maneira como têm sido explorados os acontecimentos do Congo e de Angola;
- 3 — EGITO — ETIÓPIA — SOMÁLIA — TANGANICA — FEDERAÇÃO DAS RODÉSIAS — MOÇAMBIQUE — ÁFRICA DO SUL, incluindo a República Malgache.

Se olharmos o quadro político e econômico atual da África, poderemos verificar que as duas primeiras direções já estão bem delineadas. Os sucessos soviéticos no Egito, na Tunísia e no Marrocos; em Gana e na Guiné, já são palpáveis, como o são, também, no Sudão e na Etiópia, de certa forma. Mas, nessa última direção é de esperar-se que a investida comunista encontre uma maior resistência, mercê da maneira cuidadosa pela qual a Inglaterra vem conduzindo a preparação da independência do Quênia, de Tanganica e da Federação das Rodésias e Niassalândia, em face dos fortes laços que ligam a África do Sul à Comunidade Britânica.

Num futuro mais imediato, para o lançamento ou para a contenção de uma guerra contra o Ocidente, é fora de dúvida que a direção n. 1 será a mais importante. Ela está diretamente ligada ao T.O. europeu que será, também, o mais importante. Essa importância prevalece para qualquer hipótese de guerra, seja a nuclear ou a do tipo convencional, pois os valores da região do Norte da África permanecem imutáveis. E, para bem avaliarmos a sua importância, basta que raciocinemos com o que representará para as potências ocidentais, na emergência de uma guerra nuclear ou convencional, o domínio das zonas geográficas do Mediterrâneo e do Norte da África, incluindo o Saara.

Bases para lançamento de mísseis, estabelecidas no Norte da África, estariam dentro de condições ofensivas ótimas. Os IRBM, com o alcance de 1.500 milhas náuticas, do-norte do Saara, poderão atingir além da linha LENINGRADO-MOSCOU-BAKU e, se o seu alcance fôr de 2.000 milhas náuticas, poderão atacar as instalações petrolíferas de Bachiria e Tataria. E qualquer resposta da Rússia, visando a neutralizá-las, não atingiria mais do que as próprias áreas de lançamento.

O Mediterrâneo é uma plataforma ideal para o lançamento de aviões, baseados em porta-aviões, ou de Polaris, lançados de submarinos. As esquadrias que operarem no Mediterrâneo estarão em excelentes condições para efetuar a proteção eficaz da Grécia, da Turquia e do Irã, e de atacar as vias de comunicações dos Bálcãs, do Cáucaso ou do Turquestão. É preciso atentar para o fato de que as bases britânicas de Gibraltar, Malta e Chipre, desprovidas de aparelhamento portuário adequado, de arsenais equipados e protegidos contra ataques nucleares, e de grandes espaços circundantes, perderam muito da significação que tiveram na última Grande Guerra. A guerra moderna, considerada a ameaça permanente de emprêgo de engenhos nucleares, exige, para a localização das bases de suprimentos e de lançamentos de armas de grande alcance dos exércitos em operações, a observância da trilogia: afastamento, dispersão e proteção. Na Europa ocidental, apenas a Espanha (considerada a possibilidade de manutenção da barreira dos Pireneus) e a Inglaterra, em situação bem inferior à do Norte da África, podem oferecer aquelas condições.

Para avaliarmos o que representa para o Ocidente a manutenção da posse do Saara, com o seu petróleo e as suas instalações petrolíferas, basta citar que a Europa ocidental consumiu, em 1957, 140 milhões de toneladas de petróleo das quais só produziu cerca de 12 milhões. Na guerra moderna, nuclear ou convencional, o petróleo constitui a necessidade essencial das forças em operações. Nas fases de movimento os carburantes representam 3/4 do volume total de suprimentos, baixando essa razão, para 1/3 durante as fases de estabilização.

Em tempo de paz, a Europa supre-se no Oriente Médio, de todo o petróleo que excede à sua produção. Na emergência de uma guerra, em pouco tempo ela perderá o controle dessa fonte de suprimento, sobre a qual se lançarão os russos. O transporte de carburantes de ultramar,

com os oceanos infestados de submarinos soviéticos (que somam hoje mais de 600 e incluindo mais de 200 de grande raio de ação, sendo alguns atômicos), será uma aventura muito cara. Restar-lhe-á o petróleo do Saara, cujo escoamento e transporte deve ser defendido como um imperativo estratégico para o Ocidente, desde já.

Há que pesar, ainda, o enorme apoio em efetivos que a África setentrional poderá fornecer ao bloco de potências a que se aliar. Durante a última Grande Guerra, somente a Tunísia, a Argélia e o Marrocos forneceram aos aliados efetivos em homens correspondentes a 22 divisões.

O objetivo econômico, de que falamos e cuja conquista vai sendo efetuada lado a lado com a do objetivo estratégico-militar, é traduzido na criação de um comércio africano com os países do Bloco comunista. A África é rica em cobre, minérios de manganês, de ferro, de cobalto e de urânio; é rica em petróleo, estanho, ouro, diamantes, borracha, algodão, café, cacau, óleos vegetais e muitos outros recursos de cuja falta tanto se ressentem os países comunistas. Os seus olhos, cobiçosos de matéria-prima, estão voltados para a África, fazendo com que a questão econômica assuma uma importância muito grande dentro do programa soviético estabelecido para a África. Os países da cortina de ferro, como a Polónia, não se conformam em ter que comprar 90% dos minerais oriundos do continente africano, através de Londres, Paris ou Rotterdam, e não escondem a sua irritação pelo fato de países que adquiriram recentemente a independência não poderem ter relações comerciais irrestritas com eles. E por isso, tanto se empenham em estabelecer — senão controlar com exclusividade, tão rapidamente quanto possam, as ligações comerciais com aqueles países.

O trecho de um artigo publicado no *World Marxist Review*, em junho de 61, resume bem esse pensamento soviético sobre a África, e reflete, fielmente, a política estabelecida pelo Prof. Potemkin para o continente africano: "os problemas com que se defrontam as nações que adquiriram a sua independência, recentemente, tornaram um imperativo, para elas, a procura da cooperação econômica com os países socialistas. Esta cooperação vem se constituindo numa das condições para a recuperação nacional e independência completa das antigas colônias e semicolônias".

* * *

Ao iniciarem a sua investida sobre a África, os soviéticos depararam com uma série de dificuldades. As colônias, semicolônias ou estados dependentes africanos fugiam por completo ao esquema russo, tanto no campo político como nos social e econômico. A ausência de um proletariado industrial, a força das tradições tribais e a falta de elites intelectuais de valor ponderável, constituíram um entrave que obrigou a revisão de toda a tática comunista de penetração e de propaganda. Foi sentida a necessidade de serem aprofundados os estudos sobre os povos

africanos, povos esses que apresentavam características diferentes entre si, tanto do ponto de vista étnico como dos geográfico e histórico.

Em 1955, foi criado na Rússia um departamento africano do Instituto de Etnografia da Academia de Ciências da URSS, destinado a estudar as questões relativas "à luta dos povos africanos contra o imperialismo e por seus direitos".

O plano de pesquisa então elaborado pelo Prof. Potenkhin e apresentado em uma conferência que reuniu os principais africanistas soviéticos em Moscou, deixa transparecer, claramente, a orientação política que se desejava dar aos estudos programados.

Esse plano comportava:

- 1 — A história da África antes de sua partilha entre os imperialistas;
- 2 — Composição étnica da África;
- 3 — Situação econômica e movimento de libertação nacional na África, após a 2ª Guerra Mundial;
- 4 — Obras históricas sobre certos países africanos, como Gana, Guiné, etc.;
- 5 — Geografia africana, e
- 6 — Filologia.

Os estudos sobre a África, dentro da orientação acima, foram iniciados, pouco depois, em outros países comunistas, principalmente na Tcheco-Eslováquia, Alemanha Oriental e China Popular. E ao mesmo tempo que esses estudos se desenvolviam, os dirigentes comunistas procuravam atrair, para além da cortina de ferro, os jovens africanos que se declaravam decepcionados com o Mundo Ocidental. Tratava-se de formar os quadros africanos comunistas, tendo em vista a propaganda e a subversão dentro da África negra.

Ao lado da preparação de especialistas em assuntos africanos e de preparação desses quadros comunistas, a URSS desenvolveu outras formas de propaganda.

Em 1957, pouco depois da efetivação da independência de Gana, o Prof. Potenkhin — primeiro africanista a visitar a África negra, lá desembarcou e permaneceu por três meses, realizando conferências na Universidade de Acra e utilizando-se da Rádio de Acra para exortar a nova nação a seguir o exemplo de tantas minorias soviéticas subdesenvolvidas que, "de um sistema decadente de clãs", entraram para o "mundo socialista" sem passarem pelo "estágio capitalista".

Gana foi o primeiro país africano a estabelecer relações diplomáticas com a URSS. E, nas primeiras semanas de 1958, foi em Gana que desembarcaram os diplomatas, os especialistas e os técnicos soviéticos

que, nos meses seguintes, espalharam-se por outras capitais africanas. Depois dêles vieram as missões comerciais, culturais e econômicas, oriundas da Tcheco-Eslováquia, da Bulgária, da China e da Alemanha Oriental. Ajudados por jovens africanos formados, anteriormente, nas oficinas comunistas de Paris, Roma ou Londres, êsses técnicos plantaram na África os primeiros marcos da penetração comunista.

Os programas radiofônicos da rádio de Moscou para a África foram se tornando, cada vez mais freqüentes e melhor orientados, desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre Gana e a URSS. Inicialmente em francês e em inglês, fazendo a propaganda vermelha e colocando os povos africanos a par dos acontecimentos mundiais, a partir de 1959, essas irradiações passaram a ser feitas em dialetos africanos, tais como o swahili, o zulu e o amar.

Êsses programas russos para a África foram logo secundados por outras estações radiodifusoras do Bloco comunista (Rádios Sofia, Praga, Pequim, etc.). O aumento do número de horas semanais foi muito rápido, chegando, hoje, a cerca de 200 horas, de propaganda bem apresentada e que é ouvida em todo o continente africano, até mesmo em locais onde os agentes comunistas dificilmente conseguem penetrar.

Outra tática utilizada pela Rússia, paralelamente com a propaganda pelo rádio, tem sido a da organização das chamadas "jornadas de solidariedade", destinadas a ressaltar o apoio das democracias populares aos nacionalistas africanos. Essa tática consiste na publicação de vários artigos e estudos consagrados a um país africano e na execução, simultânea, de reuniões públicas de massas nas grandes cidades da União Soviética, da China Popular, Tcheco-Eslováquia, Polônia, etc., coincidindo, sempre, com um acontecimento notável na África, como os sangrentos eventos de Leopoldville, Brazaville, Niassa e Camarões, que foram particularmente explorados.

A rápida evolução política da África negra, nos anos de 58, 59, 60, obrigou os dirigentes russos a modificarem a estrutura do seu organismo diplomático. Foi criada, inicialmente, uma seção especial africana, no Ministério dos Assuntos Estrangeiros. Posteriormente, essa seção foi transformada em um departamento que, no fim de 1960, foi substituído por 2 novos departamentos, um para a África negra e outro para a África do Norte. Como órgão oficialmente independente, foi criada em Moscou, nessa mesma época, a "Comissão para a África" (que é uma espécie de ramificação da Comissão Soviética de Solidariedade aos Países Afro-Asiáticos), e posta sob a direção do Prof. Potenkhin. Esta Comissão, cuja principal missão é facilitar a aproximação entre soviéticos e africanos, recebe e orienta os africanos que vão à Rússia em visita, como bolsistas, etc.

A independência adquirida pela maioria dos países africanos, entre 1958 e 1960, possibilitou aos dirigentes soviéticos um contato direto com os novos chefes daquelas nações, desde que puderem estabelecer as suas embaixadas e consulados em vários daqueles estados. Centenas de

agentes, disfarçados em diplomatas, técnicos ou assessôres, infiltram-se na África, cada vez em maior número. Encontramos, hoje, em Conakry, Acra, Leopoldville, Lomé, Banako ou Molgadiscio, embaixadas ou consulados soviéticos, chineses, romenos ou búlgaros, que outra coisa não são do que centros de espionagem, informação e subversão comunistas. E o mais grave é que grande número de africanos ignora a verdadeira missão dessas representações ou técnicos.

A formação dos partidos comunistas nesses países não é, ainda, do interesse da Rússia, pois, ela não deseja despertar as suspeitas dos chefes políticos africanos. E por não disporem de tais agências é que os dirigentes comunistas se utilizam de suas representações diplomáticas e de todos os elementos ao seu alcance, para atingir os seus fins, que nada têm a ver com a política ou a economia atual desses países.

Será um erro, porém, pensar-se que a Rússia deseja, desde já, transformar essas novas nações em repúblicas populares. Isso não está, atualmente, dentro das suas possibilidades, principalmente, por falta de pessoal preparado, entre os militantes africanos, para assumir uma tal responsabilidade. No estágio atual de desenvolvimento da África negra, o que os comunistas procuram é subtrair essas novas nações ao Bloco ocidental, fazendo-as entrar para o campo neutralista. Ao mesmo tempo, instigam-nas à nacionalização de empresas estrangeiras, em nome da independência nacional, desencorajando, dessa forma, novos investimentos e, até mesmo, a ajuda por parte de americanos e europeus.

Eis porque os comunistas incitam os novos estados africanos a aliar-se ao Bloco de Casablanca e a hostilizar, abertamente, aqueles que preferem continuar beneficiando-se da ajuda ocidental (participantes das conferências de Monróvia e de Brazaville).

No campo da política interna, os comunistas procuram convencer os dirigentes dos novos estados africanos a transformarem os seus países em "estados independentes de democracia nacional", o que não é mais do que um primeiro passo para a criação de regimes de república popular.

Três elementos caracterizam, aos olhos comunistas, um "Estado Independente de Democracia Nacional":

1. a independência nacional e política, ou seja, a ruptura de todas as alianças militares, diplomáticas, etc., com o Mundo Ocidental, e a passagem para o "neutralismo positivo", no campo político internacional;
2. a ruptura de relações econômicas e comerciais com os países do Ocidente e a criação de laços dessa natureza com o Bloco comunista; e
3. "a ordem democrática interna", isto é, a participação do partido comunista na vida da nação. A "democracia" é medida pelo grau de influência dos comunistas nos problemas nacionais. (A "democracia" é considerada como tendo atingido o seu grau total quando o poder está, inteiramente, em mãos dos comunistas).

Atualmente, de todos os países árabes, africanos ou latino-americanos comunizados, apenas Cuba preenche as três condições acima enumeradas. Na África, a Guiné, Gana e o Mali já perfazem, embora parcialmente, as 2 primeiras, e a Somália e o Congo devem ser os dois próximos a se encaminharem na senda dos "estados independentes de democracia nacional".

A Rússia tudo fará para aumentar esse número e, por isso, vemos, dia a dia, a propaganda vermelha que vai penetrando na África, profundamente.

O Bloco comunista tem explorado, grandemente, e o faz cada vez com maior intensidade, as necessidades das novas nações africanas em técnicos de toda a espécie. Enquanto o Ocidente envia à África especialistas e técnicos que, para lá vão orientados apenas para a execução dos serviços para os quais foram solicitados, inteiramente alheios aos problemas políticos dessas novas nações, os técnicos dos países comunistas são perfeitamente orientados para a missão complementar que ali terão a cumprir, em favor da causa comunista. Em princípios de 1960, Moscou declarou que mais de 6.000 técnicos de países da cortina de ferro trabalhavam em antigos territórios coloniais. Em 1962, esse número subiu para 12.000, dos quais mais da metade em territórios africanos.

Esses homens trabalham como uma equipe, sob a direção central de Moscou, com uma missão definida. Moscou tem o cuidado de não assustar os novos países, e mesmo o Ocidente, com o envio de muitos russos. Uma boa parte desses técnicos é oriunda da Tcheco-Eslováquia, Alemanha Oriental, Polônia, etc. Há organizações especiais, na maioria dos países comunistas, destinadas a instruir e fornecer especialistas para onde e quando necessário. (Exemplo: o "Pol Service", na Polônia, que em 7 meses apenas formou mais de 200 desses técnicos). O Instituto de Pesquisas sobre a África, em Moscou, tem preparado muitos jovens soviéticos para desempenharem funções de diplomatas, conselheiros e técnicos nos países africanos. O planejamento econômico da Guiné foi todo executado por comunistas e 85% do capital necessário à sua execução foi fornecido por Moscou e seus satélites. O Governo de Mali solicitou ao Comitê Nacional Tcheco de Planejamento a supervisão do planejamento econômico e da execução das obras necessárias ao seu desenvolvimento. O Congo e a Somália já entregaram os seus planejamentos econômicos aos técnicos soviéticos, e é de esperar-se que a Niassa e Zanzibar assim o façam.

Os países africanos de mais difícil penetração têm sido a Costa do Marfim, Madagascar, Senegal e a Nigéria, porque os seus dirigentes compreenderam, em tempo, o que representa a ameaça comunista.

CONCLUSÃO

Uma guerra futura entre os blocos ocidental e soviético será travada em vários T. O. que, juntos, cobrirão, praticamente, toda a superfície do globo. Esses T. O., o europeu será ainda, e sem dúvida, o mais importante.

Para a sua sustentação, por parte dos ocidentais, será essencial contar com o apoio que lhes poderá propiciar o continente africano, apoio êsse que podemos resumir nos seguintes pontos principais:

- cobertura do flanco sul do T. O. europeu;
- liberdade de manobra nas águas do Mediterrâneo, única possibilidade de apoio à GRÉCIA e à TURQUIA, e a única linha de roçada ao sul do T. O.;
- liberdade de utilização das rotas marítimas do Atlântico;
- possibilidade de estabelecimento de bases de operações, principalmente face ao Mediterrâneo, valendo-se dos portos organizados existentes no Norte da África (principalmente Bizerta, Mers el Kebir e Argel);
- possibilidade de instalações de bases para lançamentos de mísseis, no Norte africano;
- suprimentos de petróleo oriundo do Saara, única fonte que poderá ser vantajosamente utilizada após a conquista ou destruição das instalações petrolíferas do Oriente Médio.

Atribuindo a êsse Continente africano o seu justo valor, a Rússia, secundada por inúmeros países do bloco comunista, e aproveitando-se do clima propício à subversão, instigando os sentimentos nacionalistas dos povos que recentemente adquiriram a sua liberdade, lança-se numa investida fria e inteligente, cujo duplo objetivo é:

- 1º. promover o rompimento entre as novas nações e as suas antigas metrópoles;
- 2º. arrastar essas novas nações, uma a uma, para a sua órbita a fim de que possa, futuramente, dominar todo o continente.

É imperativo que o Ocidente esteja alerta e que se oponha em todas as frentes a êsse avanço, para que possa garantir para si, um tão precioso ponto de apoio.

PENSAMENTOS DE CHEFES MILITARES

MARECHAL DUTRA

"Falo especialmente aos meus velhos companheiros de armas, exortando-os a que sustentem a Constituição e seus mandamentos. A coisa mais funesta que poderia acontecer agora ao Brasil seria a perda da autoridade conquistada, com a isenção das nossas Forças Armadas, que nunca pretenderam tutelar o Chefe do Governo nem o Parlamento e o Judiciário". (O Globo, 10/8/62)

MARECHAL LOTT

"Como Marechal da Reserva estou afastado da corporação a que tive a honra de servir, durante quase meio século. Sei e sinto, porém, que não mudaram os sentimentos dos militares. Eles são fiéis à Constituição, sentinelas da lei e defensores da Ordem. Nosso Exército nunca saiu dos quartéis para tutelar a Nação. As Forças Armadas são a garantia da soberania do Brasil, no plano externo, e, internamente, um instrumento da paz geral. Elas têm bem presente a idéia de que o seu papel é servir ao povo, e nunca dominá-lo, ou escravizá-lo". (O Globo, 17/8/62)

GENERAL NELSON DE MELLO

"Confio em que, sob a égide da lei, não faltareis jamais às vossas obrigações militares. Confio em que permanecereis leais à ordem jurídica, tanto quanto ao próprio pundonor militar, e em vigília a fim de que este País prossiga imperturbável na marcha para o destino que mais consentâneo fôr com as suas legítimas vocações.

Coesos, unidos, disciplinados e atentos, estaremos em condições de cumprir com unção e até ao supremo sacrifício, a missão sagrada das Forças Armadas, e assegurar, preservar e defender a legalidade, isto é, o respeito à Constituição, aos poderes constituídos da República, à lei e às instituições democráticas. Esta é a firme palavra de ordem do atual Ministro da Guerra e de vosso comandante". (Discurso feito no 4º RI, Quitáuna, São Paulo, 15/8/62)

GENERAL COSTA E SILVA

"Congratulo-me com V. Ex.^a pelas expressões altamente patrióticas e judiciosas proferidas no 4º RI, quando das justas homenagens que lhe prestou oficialmente o II Exército. O Exército não pode, nem deve, faltar à sua elevada destinação, assegurando, preservando e defendendo a legalidade, ou seja, o respeito à Constituição, aos poderes constituídos da República e às instituições democráticas". (Telegrama ao Sr. Ministro da Guerra, em 18/8/62)

ASSALTO AO PODER

“O avanço do movimento revolucionário por um caminho pacífico exige a mobilização das massas, a ação enérgica dos trabalhadores e do povo para quebrar a resistência das forças entreguistas e reacionárias” (assim rotulados sempre todos aqueles que se oponham ao comunismo) — da “Resolução Política da Convenção Nacional do PCB”.

A manobra pode ser esquematizada nas 6 fases seguintes:

— Numa 1ª fase — montagem da máquina de deslocação e demolição, pela conquista de postos-chaves em toda a máquina do governo e infiltração nos órgãos democráticos de informação e publicidade, pela agravação sistemática de todas as crises e tensões sociais, pela denúncia dos adversários como “traidores do povo” e a promoção dos elementos úteis como “burgueses progressistas”.

— Numa 2ª fase, bem mais dinâmica, desencadeia-se o jogo de oportunas pressões de cúpula e de incessantes pressões de base — as primeiras a carga das minorias infiltradas no Parlamento e nos órgãos governamentais; as segundas, pela arregimentação dos sindicatos, entidades estudantis e um sem número de organismos auxiliares; tudo tendo por trás o “Aparato” secreto, sob a batuta de técnicos especializados em revolução.

— Numa 3ª fase, já dissociados os democratas, desmoralizados os partidos tradicionais e atemorizadas as elites — dá-se início, então, ao grande expurgo, visando ao controle absoluto do poder político e militar; é quando são destruídos os inimigos e, logo depois, também os antigos aliados.

— Na 4ª fase, as nacionalizações, cada vez mais ampliadas e severas, levam à conquista do poder econômico, também.

— Na 5ª fase, a da “limpeza” de área, eliminam-se os chamados impedimentos psicológicos — a igreja, a cultura, o sentimento cristão — através de uma propaganda maciça e de um sistema policial impiedoso e onipresente.

— Finalmente, chega a 6ª fase, quando só resta proclamar a “ditadura do partido único” e a instituição de uma “democracia popular”.

E eis nascido, oficialmente, mais um satélite comunista, seja da URSS, seja da China.

ESTEJAMOS ALERTAS A ESSA MANOBRAS DE ASSALTO AO PODER QUE OS PRÓPRIOS COMUNISTAS CONFIRMAM JÁ ESTAR EM ANDAMENTO EM NOSSO PAÍS.

PANAIR DO BRASIL

Indiscutivelmente, quem houver de escrever a História da Aviação Comercial em nossa terra, terá de incluir, como um imperativo de justiça, um capítulo dedicado à atuação positiva que as asas civis da PANAIR DO BRASIL desempenham em cada fase de nosso progresso no ar. A PANAIR tem procurado, por todos os meios, contribuir com sua parcela enérgica e atuante, em nosso propósito de pioneirismo neste pedaço do continente sul-americano.

Assim, quando eram ainda incipientes as rotas para a hinterlândia brasileira, foi ela quem deu o passo mais agigantado, lançando os "Constellation", imponentes e confortáveis, rasgando perspectivas novas ao transporte de passageiros ao Norte do Brasil e lá permanece, ainda, naqueles ínvios caminhos da Floresta com seus aparelhos de pequeno porte mas de ação extraordinária, disseminando ação, implantando progresso.

Deve-se à empresa um mundo de empreendimentos ligados ao futuro nacional e graças a ela e à sua experimentada equipe de colaboradores e técnicos, dar-se-á, agora, um novo passo, nessa marcha entabulada no sentido de dotar o país, sempre e sempre, de caminhos mais seguros, através do espaço que suas aeronaves perlustram. O lançamento dos "Caravelle", da PANAIR, na linha Rio-Recife-Fortaleza, reduz à metade o tempo de voo na costa litorânea e, já agora, espera-se que, nos próximos dias, outros jatos do mesmo tipo serão lançados na rota Rio-Brasília-Manaus, deixando a "jungle", outrora remota, a apenas algumas horas da Avenida Rio Branco.

Consignando o fato, fazemos-lo como um registro histórico. Porque História, história de um País em franco desenvolvimento como o nosso, não é apenas política. É também, e principalmente, o esforço de empresas como a PANAIR DO BRASIL, no sentido de iniciativas sadias, onde se ponha, acima de tudo, o máximo de patriotismo, de senso de oportunidade, de idealismo sadio.

PLENO DE ATIVIDADES O EXERCÍCIO DE 1961 DO BANCO DO BRASIL

Ressaltando haver o Banco do Brasil atingido, em 1961, o objetivo primacial de suas atividades naquele período, qual fôsse fornecer cobertura à demanda de crédito proveniente da Instrução 204 da SUMOC, bem como colaborar para restabelecer o clima de confiança nos empreendimentos econômicos, de certa forma afetados pela crise política de agosto do ano passado, o atual Presidente do nosso principal estabelecimento bancário, Sr. Ney Neves Galvão, na apresentação do Relatório anual da entidade, recentemente editado, aponta um conjunto de medidas postas em prática pelas diversas Carteiras do Banco do Brasil que contribuíram para dinamizar o sistema financeiro brasileiro, com reflexos positivos na produção do país. Entre outros pontos, que são desenvolvidos amplamente no referido trabalho — levado ao conhecimento da Assembléia Ordinária dos Acionistas em abril último — o Sr. Ney Neves Galvão destaca a emissão, pelo Banco, das Letras de Importação, criadas pela Instrução 204, e que somaram Cr\$ 99,3 bilhões. Tais obrigações, visando conter aquisições no mercado interno e a canalizar recursos postos à disposição das autoridades monetárias, com resgates a 120, 150 e 180 dias, atingiam o saldo de Cr\$ 62,2 bilhões em dezembro de 1961, estando em depósito no Banco, para emissão das Letras, Cr\$ 5,6 bilhões.

Ainda no que se refere à nossa balança comercial, o Banco do Brasil emitiu Letras de Exportação no valor aproximado de Cr\$ 38,6 bilhões, no ano findo, e prestou financiamento para exportações de bens de capital e de consumo durável, em moedas de livre conversibilidade, até 80% dos respectivos valores e com resgate a médio e a longo prazo, segundo a Instrução 215 da SUMOC. Representantes do estabelecimento participaram das missões especiais que estiveram em países da Europa e da Ásia buscando desenvolver os mercados externos e, por outro lado, foram financiadas as vendas no país de equipamentos produzidos pela indústria nacional.

CRÉDITO RURAL

A par das inovações resultantes do emprêgo da cédula rural pignoratícia e da nota de crédito rural, o Banco do Brasil instituiu agências volantes (MOVEC), através das quais foram realizadas, somente de maio a dezembro de 1961, cerca de 24 mil operações bancárias, todas em valor médio inferior a Cr\$ 100 mil, proporcionando amparo efetivo ao médio e pequeno agricultor. Em maio, os acionistas aprovaram a elevação do teto dos empréstimos ao pequeno produtor de Cr\$ 100 mil para

Cr\$ 140 mil, sem contraprestação de garantia, ou, sendo o mutuário proprietário, para Cr\$ 210 mil. Em novembro, nova Assembléia Extraordinária sancionou o desdobramento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, a fim de atender melhor à diversidade de critérios adotados regionalmente e mais dinâmica tramitação de processos. A dotação para empréstimos agrícolas foi aumentada de Cr\$ 5 bilhões para Cr\$ 7 bilhões e, ao fim do exercício, os créditos aos pequenos e médios produtores alcançavam 71,7% dos contratos deferidos e 13,2% das aplicações da Carteira, contra 48,5% e 4,8%, respectivamente, em 1960.

Pela primeira vez, operações dessa espécie abrangeram produtos como algodão em caroço, arroz beneficiado, fécula de mandioca, feijão, milho e soja. Com relação ao café, a política governamental de comercialização, com o propósito de assegurar remuneração mais justa ao cafeicultor, criando condições favoráveis à exportação dos tipos finos do grão, deu ensejo a empréstimos do Banco do Brasil aos produtores de ordem Cr\$ 47 bilhões, em 1961. Em números relativos, os empréstimos à produção e ao comércio da lavoura elevaram-se em 80% sobre os de 1960.

DEPÓSITOS E AGÊNCIAS

Embora o financiamento ao setor privado se haja elevado a 52% sobre o montante de 1960, totalizando Cr\$ 279,8 bilhões em 1961, foi no setor público que o Banco do Brasil continuou a prestar maior cobertura creditícia. Até dezembro de 1961, haviam sido realizados empréstimos governamentais da ordem de Cr\$ 318,3 bilhões, mais de 90% dos quais destinados a cobrir o *deficit* do Tesouro Nacional, oriundo da inflação.

Por outro lado, os depósitos confiados ao Banco atingiram no ano passado cerca de Cr\$ 409,5 bilhões, ou seja, 67% a mais do que em 1960, contribuindo a área oficial com Cr\$ 252 bilhões e constituindo sua maior parte.

Para desenvolvimento de suas inúmeras atividades, o Banco do Brasil inaugurou 23 agências em diversas cidades, em 1961, enquanto 43 outras encontravam-se em processo de instalação, ampliando para 472 o número de suas filiais no Brasil e 4 (Buenos Aires, Montevideu, Assunção e La Paz) no Continente. Apesar de contínuo acréscimo nas despesas administrativas, mas que representaram 48,1% da renda bruta contra 54,3% dos cinco anos anteriores, o Banco obteve o lucro líquido de aproximadamente Cr\$ 3,8 bilhões, superior em Cr\$ 2 bilhões ao exercício de 1960.

O capital do Banco do Brasil S.A. é, atualmente, de Cr\$ 600 milhões, primeira etapa do aumento para Cr\$ 1,2 bilhões, aprovado pela Assembléia-Geral Extraordinária em 1959.

LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- **Síntese sobre a formação das nacionalidades sul-americanas**
Cel Newton Reis
- **A zona de defesa — Considerações**
Ten-Cel Arnizaut de Mattos
- **Reflexões militares**
Cel Campos de Aragão
- **Alguma coisa está errada**
Cap Luiz Paulo Macedo Carvalho
- **Emprêgo militar do helicóptero**, , ,
Cap Ivo de Albuquerque
- **Manganês do Amapá**
Mar Fernando Távora
- **Comissão Mista Executiva do Acôrdo Brasil — Estados Unidos sobre serviços cartográficos**
Maj João Carlos Santos Mader
- **China — Povo escravizado (Tradução)**
Maj Aluizio de Uzeda



Preço do Exemplar
Cr\$ 50,00

SMG
IMPREENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1962